

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
MESTRADO ACADÊMICO

ELISIANE DE FÁTIMA JAHN

MULHERES CAMPONESAS IDOSAS E SUAS LEITURAS DAS  
CARTILHAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/RS

LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

PORTO ALEGRE, RS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ELISIANE DE FÁTIMA JAHN

MULHERES CAMPONESAS IDOSAS E SUAS LEITURAS DAS CARTILHAS DO  
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/RS

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.**

**Área do conhecimento: Educação**  
**Orientador: Prof. Dr. Johannes Doll**

PORTO ALEGRE

2013

## CIP - Catalogação na Publicação

JAHN, ELISIANE DE FÁTIMA  
MULHERES CAMPONESAS IDOSAS E SUAS LEITURAS DAS  
CARTILHAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/RS /  
ELISIANE DE FÁTIMA JAHN. -- 2013.  
127 f.

Orientador: JOHANNES DOLL.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. CAMPESINATO. 2. ENVELHECIMENTO. 3. MOVIMENTO  
DE MULHERES. I. DOLL, JOHANNES, orient. II. Título. |

## ELISIANE DE FÁTIMA JAHN

Mulheres Camponesas Idosas e Suas Leituras das Cartilhas do Movimento de Mulheres  
Camponesas/RS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção de título de mestre em educação.

A banca examinadora, reunida no dia 10 de junho de 2013, foi constituída pelos seguintes professores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lucia Bezerra Machado (PPGEDU/UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Conceição Paludo (Departamento de Fundamentos da Educação, da Faculdade de Educação/UFPEL)

---

Prof. Dr. Fernando Seffner (PPGEDU/UFRGS)

---

Prof. Dr. Johannes Doll (Orientador/UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Às mulheres camponesas idosas, que com carinho, confiança e responsabilidade prestaram as informações necessárias para a construção deste trabalho.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas/RS pela confiança e pelo apoio, durante os anos de militância e no decorrer da pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Às professoras Carmen Machado e Conceição Paludo e ao professor Fernando Seffner que aceitaram o convite para estarem presentes nesse momento importante de minha vida acadêmica.

Ao Prof. Dr. Johannes Doll, grande mestre e educador, que soube orientar com tranquilidade todo o processo de pesquisa e escrita. Agradeço-o publicamente por todos os momentos de aprendizado decorridos nesses dois anos de estudo.

À minha família, grande parceira e companheira de todos os momentos: Luiz Felipe, Emily Gabriely e Luiz Eduardo, que me ensinam, todos os dias, a importância dos momentos, de olhar para além do óbvio, com respeito a cada processo desenvolvido.

O tempo da vida, da militância e das lembranças também se fez presente nessa trajetória. Não poderia deixar de agradecer a meus pais, minha irmã Aline e meu pequeno filho Ique, já falecidos, que nas horas difíceis e felizes sempre foram lembrados, pela coragem, pelo exemplo e pela força que dedicaram durante seus anos de vida em prol da continuidade de meus estudos. Meu pequeno filho, na última noite em que esteve comigo, antes do acidente de automóvel que o levou para outra dimensão de vida, disse-me que havia feito um desenho com as coisas que queria que fizessem parte do seu mundo melhor. Espero que com esse trabalho eu também possa estar contribuindo na construção de um mundo e de uma pesquisa melhores.

Muito obrigada a todos/as.

## RESUMO

No interior dos Movimentos Sociais, a comunicação é uma prática comum e importante, realizada de forma intencional, visa a atingir seus militantes mais distantes, bem como o conjunto da sociedade, com suas proposições, negações e propostas. No Movimento de Mulheres Camponesas no Estado do Rio Grande do Sul (MMC/RS) esta prática também é vivenciada de diferentes formas. Uma delas é a forma escrita, por meio de cartilhas. Sabe-se que esses cadernos possuem objetivos específicos, de acordo com cada tema e forma elaborada. No entanto, pouco se sabe como as cartilhas são percebidas pelas mulheres que participam do Movimento. A partir destes elementos, a presente dissertação analisa os processos de leitura de quatro mulheres camponesas idosas, ligadas ao MMC, buscando compreender como lêem e quais as leituras que fazem das cartilhas que foram elaboradas pelo Movimento durante os anos de 2004 a 2012. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas, registros em diário de campo e observações. Anterior à entrevista foi feita a coleta das cartilhas na secretaria do MMC/RS em Passo Fundo, e estabelecido o diálogo com as dirigentes do Movimento sobre o interesse em pesquisar este tema. Dos resultados, pode-se citar que: as mulheres realizam as leituras de variadas formas (individual, coletiva, familiar); a variedade das formas de leituras de mundo das mulheres influencia o processo de leitura das cartilhas; para as camponesas entrevistadas, as cartilhas possuem uma importância para além da simples junção de textos; as idosas buscam nos textos informações para sanar necessidades do seu cotidiano, fazendo com que as cartilhas sejam percebidas como importante ferramenta de aprendizado, mesmo quando não se sabe ler. Para além dos resultados da pesquisa, sobre as leituras das mulheres camponesas idosas das cartilhas do MMC/RS, também se evidenciou elementos da vida das camponesas e de seu território no entendimento de que a leitura do mundo e a sua vivência são anteriores à leitura da palavra.

Palavras-Chave: Campesinato – Envelhecimento – Movimento de Mulheres.

## RESUMEN

En el interior de los movimientos sociales la comunicación es una práctica común e importante, realizada de un modo intencional que se propone a attingir a los militantes más lejos, así como al conjunto de la sociedad, con sus ideas, negaciones y propuestas. En el Movimiento de Mujeres Campesinas del Estado de Rio Grande do Sul (MMC/RS) es la práctica también es vivida de diferentes maneras. Una de las formas es la de la escritura, por medio de cartillas. Sabemos que los cuadernos tienen objetivos específicos de acuerdo con cada uno de los temas y de la configuración. Sin embargo, poco conocemos de la forma cómo las cartillas son miradas por las mujeres que participan de los movimientos. Con esos elementos, la presente disertación analiza los procesos de lectura de cuatro mujeres campesinas ancianas ligadas al MMC, buscando comprender cómo leen y cual son las lecturas que hacen de las cartillas del Movimiento producidas durante los años de 2004 a 2012. Para la pesquisa fueran realizadas entrevistas, registros en el cuaderno de campo y observaciones. Antes de las entrevistas se realizó la colecta de las cartillas en la secretaria del MMC/RS en lo municipio de Passo Fundo/RS y el diálogo con las dirigentes del Movimiento sobre lo interese en investigar el tema. De los resultados se puede mencionar que las mujeres ancianas realizan las lecturas de variadas maneras (individual, colectiva, familiar): la variedad de las formas de lecturas del mundo de las mujeres afecta el proceso de lectura de las cartillas; para las campesinas las cartillas tienen una importancia muy grande, más allá de la simple junción de textos; las mujeres mayores buscan en los textos informaciones para sanar su necesidad, haciendo con que las cartillas sean percibidas como herramientas de aprendizaje, incluso cuando uno no sabe leer. Más allá de los resultados de la pesquisa sobre las lecturas de las de las cartillas del Movimiento por las mujeres campesinas ancianas, también tenemos evidencias de elementos de vida de esas campesinas y de su territorio, en el entendimiento de que la lectura del mundo y su vivencia son anteriores a la lectura de la palabra.

Palabras-clave: campesinato – personas mayores – Movimiento de Mujeres.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMR – Organização da Mulher da Roça

MMTR RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

AMTR – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMC RS – Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul

MMC SC – Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

NEA / UFRGS – Núcleo de Estudos Alternativos

FUNDEP – Fundação de Educação e Pesquisa da Região Celeiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos



## SUMÁRIO

- Introdução -----	11
1 - Campesinato -----	16
1.1 - Agricultura Camponesa -----	16
1.2 - As mulheres na agricultura camponesa -----	23
2 - Envelhecimento -----	30
2.1 - Envelhecimento: conceitos básicos -----	30
2.2 - Envelhecimento do campo -----	36
2.3 - Impactos do envelhecimento para o indivíduo e para a sociedade -----	41
3 - Gênero, feminismo e Movimento de Mulheres Camponesas -----	43
3.1 - Conceituando gênero -----	43
3.2 - Gênero, classe e patriarcado -----	46
3.3 - Gênero e feminismo -----	49
3.3.1 - Algumas correntes teóricas do feminismo -----	53
3.4 - Gênero, classe, feminismo e o Movimento de Mulheres Camponesas -----	59
3.4.1 - A comunicação e suas diferentes leituras -----	67
4 - A pesquisa -----	72
4.1 - Objetivo da pesquisa -----	72
4.2 - Método de pesquisa -----	73
4.3 - Cartilhas: o que são, para que servem e objetivos segundo o MMCRS -----	76
5 - Mulheres Camponesas Idosas e Suas Leituras das Cartilhas do MMCRS -----	88
5.1 - Participantes da pesquisa -----	88
5.2 - Análise das entrevistas -----	90
5.2.1 - Movimento de Mulheres Camponesas: memória, participação, paixão e necessidade-----	91

5.2.2 - A Comunicação do MMC/RS, segundo as camponesas idosas -----	95
5.2.3 - As mulheres de mais idade -----	97
5.2.4 - Mulheres Camponesas Idosas e as Leituras das Cartilhas do MMC RS -----	102
6 - Considerações Finais -----	107
7 - Referências Bibliográficas -----	111
8 - Anexos -----	119
A - Autorização de pesquisa MMC/RS -----	119
B - Descrição das cartilhas em tabela -----	120
C - Perguntas realizadas para as camponesas durante pesquisa -----	127

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como tema de estudo as diferentes leituras que as camponesas idosas do MMC/RS fazem das cartilhas produzidas pelo Movimento, tendo como orientador o Professor Doutor Johannes Doll e a linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS).

Os Movimentos sociais necessitam, para sua própria organização, uma comunicação interna, fazendo com que consigam alcançar suas definições e elaborações até seus membros militantes mais distantes. Entre as muitas formas possíveis de comunicação, existe a escrita através de cartilhas. Isso também vale para o MMC/RS, que elaborou entre os anos 2004 e 2012, além de outros materiais, sete cartilhas de diferentes temas.

No entanto, além dos objetivos propostos para cada um desses cadernos, não se sabe se as mulheres os leem, como leem e o que compreendem das mensagens elaboradas nos textos das cartilhas.

De posse desses elementos, a proposta desta dissertação é, em primeiro lugar, compreender e analisar de que forma as mulheres camponesas idosas, que fazem parte do MMC/RS, estão lendo e compreendendo as cartilhas produzidas pelo Movimento, buscando perceber quais elementos ficam das mensagens que foram intencionalmente planejadas. Além de compreender o processo de comunicação interna, essa pesquisa visa, também, a uma descrição do conteúdo planejado pelo MMC/RS, sistematizado nas cartilhas produzidas entre os anos de 2004 a 2012.

A busca pelo aprofundamento desse tema e as formas de compreensão das cartilhas pelas camponesas idosas, vieram se construindo devido à vivência pessoal de militância no MMC/RS, o que permitiu uma atuação na organicidade deste Movimento, desempenhando tarefas de coordenação, formação/educação e comunicação.

A opção pela militância no MMC/RS se constrói no cotidiano de minha família (meu pai e minha mãe eram militantes), se afirma a partir de uma oportunidade que tive em continuar estudando e se fortalece na medida em que compreendo e compartilho da necessidade de as mulheres camponesas se organizarem.

No decorrer dos anos, fui me inserindo por opção e sendo inserida pelo Movimento em atividades que desafiavam a mudar práticas, elaborar e planejar ações que envolviam leitura da realidade, estudos e escritas sobre a vivência das mulheres camponesas, seus problemas e possíveis alternativas.

Durante nove anos de militância, além de coordenar uma das regiões em que o MMC/RS tem organização - a regional Palmeira das Missões<sup>1</sup> - contribuí no coletivo de formação/educação, escrevendo e executando planos de formação com as mulheres camponesas em diferentes níveis. Também fiz parte do coletivo de comunicação que elaborava e revisava o jornal do MMC/RS, contribuía na escrita e na revisão de cartilhas, elaborava matérias e *releases* e fazia articulação de imprensa em jornadas de lutas das mulheres do campo.

A comunicação entendida e praticada pelo MMC/RS envolve um conjunto de ações que, por sua vez, envolvem encontros nas comunidades, reuniões de coordenação, momentos de estudo, ligações, elaboração de materiais (matérias, *releases*, cartilhas, *folders*, jornal *Desperta Mulher*), produção de camisetas, bandeiras, faixas, *bottons*, adesivos, bem como veiculação de materiais no site do MMC/BR ([www.mmcbrazil.com.br](http://www.mmcbrazil.com.br)) e de outros sites parceiros, produção de documentários, vídeos, áudios e músicas.

Devido à vivência e à atuação durante quatro anos na comunicação do MMC/RS, e a partir de uma pesquisa realizada por Vera Sirlei Martins (2006) sobre as matérias de capa do *Jornal Desperta Mulher*<sup>2</sup> - na perspectiva da comunicação e direito a informação no universo feminino do meio rural - muitas questões em meu cotidiano de trabalho e militância foram sendo por mim levantadas o que as mulheres camponesas compreendem dos materiais que lhes são fornecidos pelo MMC/RS? Os temas dos materiais estão de acordo com a realidade das mulheres camponesas das comunidades rurais? Será que os sentidos inicialmente planejados pelas lideranças do Movimento são mantidos a partir da forma e das elaborações realizadas? Qual o papel educativo que a comunicação possui para o Movimento e para as mulheres camponesas?

A opção pelas cartilhas como fonte desse estudo se construiu a partir da premissa de que essas têm servido de sistematização do acúmulo de discussão do MMC/RS sobre temas ou assuntos em determinado período, sendo um instrumento de comunicação dirigido,

---

<sup>1</sup> A Regional Palmeira é composta por oito municípios, sendo eles: Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Sagrada Família, Cerro Grande, Lajeado do Bugre, Jaboticaba, Seberi e São José das Missões. Nesta região é que a pesquisa será desenvolvida.

<sup>2</sup> Jornal trimestral do MMC/RS, de circulação estadual.

orientado e direcionado para as camponesas. São pequenos livros que podem ser considerados como o discurso oficial do Movimento.

A relação do tema dessa pesquisa com o envelhecimento se constrói a partir de uma escolha pessoal - tendo em vista o aprofundamento dos estudos nesta temática - e também pelo fato de que esse estudo foi desenvolvido com mulheres rurais e o campo, hoje, está envelhecido e masculino.

Para evidenciar o entendimento e os entrelaçamentos das abordagens sobre campesinato, envelhecimento, movimento social, mulheres e suas leituras das cartilhas, esse estudo está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz presente o tema do campesinato, entendido como um modo de vida próprio e que, inserido em um território, vai agregando elementos deste espaço, ao mesmo tempo em que o modifica. Juntamente a este exercício, descreve sobre a agricultura camponesa e sobre a participação das mulheres na agricultura. A opção por essa conceituação se fundamenta na medida em que o MMC/RS denomina-se como movimento camponês, feminista e de classe. Tão logo, aprofundar este tema se torna importante para compreender, com maiores elementos, o Movimento e as mulheres, sujeitos dessa pesquisa.

No segundo capítulo, aprofunda-se o estudo sobre o envelhecimento humano, trazendo conceitos que dialogam com perspectivas sociais e ampliam o olhar sobre o tema. Ainda, há um subcapítulo que trata do envelhecimento do campo, com dados e conceitos, e outro que descreve alguns impactos do envelhecimento para o indivíduo e para a sociedade.

No terceiro capítulo, buscou-se conceituar gênero, feminismo, o MMC e a comunicação, especialmente àquela realizada pelo MMC/RS. A forma como foi disposta a elaboração deste capítulo não foi pensada a partir de em uma ordem hierárquica, mas foi sendo discutida por passos, abordando os elementos e concepções acerca dos temas. Com relação ao feminismo, as correntes abordadas foram escolhidas após pesquisa em que apareceram - de maneira relevante - em vários momentos históricos. Durante o capítulo, se procurou entrelaçar as discussões com a compreensão do MMC/RS, por considerá-lo autor de teoria e prática sobre o assunto. Estudar a comunicação nesse capítulo, vinculada aos Movimentos Sociais, é importante porque muitos elementos educativos de sua prática não são explicitados, visto a imensidão educativa que o conjunto do Movimento possui. O MMC é um Movimento social nacional, autônomo, de mulheres do campo, organizado em 23 estados do Brasil. Compõe a Via Campesina do Brasil<sup>3</sup>. Nessa organização, segundo os materiais

---

<sup>3</sup> A Via Campesina é uma articulação de Movimentos e Organizações sociais do campo. No Brasil, fazem parte as seguintes organizações: MST, MAB, MMC, MPA, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

estudados, são as próprias mulheres que pensam e vivem o jeito de fazer movimento, desde os grupos nas comunidades até as instâncias de direção nacional. No estado do Rio Grande do Sul, o MMC possui mais de 20 anos de existência.

O quarto capítulo traz elementos sobre a pesquisa, seu objetivo e método. Ainda se descreve as cartilhas, de forma a apresentar ao leitor o que são estes materiais, para que servem e quais são seus objetivos, segundo quem os elaborou - o MMC/RS.

Com relação ao quinto capítulo, apresenta-se quem são as mulheres camponesas idosas pesquisadas e os resultados dessa pesquisa. Os resultados estão divididos entre a compreensão das mulheres sobre o Movimento, sobre a comunicação, o processo de envelhecimento e as leituras que realizam das cartilhas. De maneira abrangente, busca-se afirmar que, anterior à leitura dos textos das cartilhas, as mulheres têm as suas vivências e leituras de mundo. Por isso, além das diferentes leituras que as camponesas fazem das cartilhas, também foram evidenciadas as leituras do contexto em que estão inseridas.

No decorrer deste trabalho, para denominar as mulheres camponesas, trabalhou-se com três conceitos: camponesa, trabalhadora rural e agricultora. O primeiro conceito, por ser uma delimitação conceitual, uma prática histórica realizada por comunidades e indivíduos, além de ser uma afirmação enquanto sujeito político. O segundo e terceiro, porque as mulheres do campo, em sua maioria, assim se identificam enquanto reconhecimento profissional.

Os conceitos de “idoso/a”, “velho/a” e “pessoas de mais idade” também aparecem neste estudo. “Idoso/a” se apresenta por ser uma delimitação presente na legislação brasileira<sup>4</sup>. “Velho/a” é um conceito que se trouxe de forma a ir forjando uma concepção afirmativa da velhice, de velhos/as, visto que este conceito, no senso comum, traz presente uma imagem negativa e pejorativa do processo de envelhecimento. “Pessoas de mais idade” é um conceito que aparece mais ao final da dissertação, devido à autodenominação das mulheres entrevistadas, quando se referiam ao envelhecimento.

Ainda, para falar de Movimento social enquanto sujeito político, será utilizada a palavra com inicial maiúscula (Movimento), diferente da palavra movimento com inicial em minúscula, que pode significar movimentar-se ou mover-se.

Esta pesquisa trabalhou com um grupo social específico, formado por mulheres camponesas idosas, proprietárias de 2 a 15 hectares de terra, que fazem parte de um núcleo de

---

(FEAB), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR), ABEEF (Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e Pescadores e Pescadoras Artesanais.

<sup>5</sup> Na legislação brasileira, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos ou mais (Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso).

produção familiar, com produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte para o consumo e a comercialização.

As quatro mulheres idosas entrevistadas possuem 78, 63, 63 e 58 anos. Residem nos municípios de Cacique Doble, Rondinha, Seberi e Novo Barreiro. Uma delas possui o terceiro grau incompleto; outras duas a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental e, por fim, uma idosa analfabeta. As entrevistadas possuem histórias pessoais e familiares diferentes, sendo duas casadas, uma viúva e uma solteira.

Considero que foi um grande desafio discutir esta temática, visto que pesquisei uma organização da qual fiz parte por nove anos e uma prática por mim desenvolvida por quatro anos. Desmistificar muitas coisas, colocar-se de fora daquele território e processo, analisando e compreendendo as práticas foi um grande desafio.

Que esta dissertação sirva de provocação para próximos trabalhos e que responda às expectativas e anseios das mulheres camponesas; que seja estímulo e força para outros pesquisadores e pesquisadoras na linha da educação e envelhecimento do campo e, acima de tudo, que seja um processo educativo, pois essa pesquisa considerou a vida, o cotidiano e as relações humanas como ponto de partida e de chegada.

## 1 – CAMPESINATO

Considerado como um modo de vida específico, em meio à diversidade de conceitos existentes para denominar o meio rural brasileiro, o campesinato se diferencia de outros modos de produção como o agronegócio, agrobusiness e a agricultura familiar. Será trabalhado neste capítulo, considerando as continuidades e rupturas próprias dessa forma de viver no campo, que é fundamentado no trabalho familiar, em uma cultura de produção de alimentos consorciada com a criação de animais de pequeno porte e de relação diferenciada entre as pessoas e o meio ambiente.

Pela importância do tema e pela presença das mulheres na agricultura, as camponesas também serão evidenciadas neste capítulo, visando a compreender sua participação nesse modo de vida, denominado camponês.

A escolha por discutir esse tema pauta-se na necessidade de compreendê-lo, visto que o MMC/RS, sujeito dessa pesquisa, se identifica como um movimento camponês, desde o ano de 2004. Sendo assim, compreender o que considera como um modo de vida, bem como a realidade das mulheres pesquisadas, se torna importante no contexto deste estudo.

### 1.1 – Agricultura Camponesa

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (2008), embora com peso relativo e inter-relações que variam conforme países, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo resultam de três arranjos político-econômicos distintos que se combinam, sendo eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central; a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

Para o autor, a diferença entre as duas últimas formas está no fato de que a agricultura camponesa é fortemente baseada no que se denomina capital ecológico, enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza, onde os insumos artificiais substituem os naturais e a agricultura vai sendo industrializada.

No contexto brasileiro, poderia ser acrescentado mais um elemento, que não está explicitado nas três categorias acima: a agricultura familiar. Neste texto, o campesinato



tradicional se difere da agricultura familiar. O primeiro é uma das formas sociais do segundo e a relação que as coloca em uma mesma condição é a propriedade, o trabalho e a família, presente em ambas as formas de pequena agricultura. No entanto, há diferenças que tornam essas duas categorias distintas uma da outra. Segundo Carvalho:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção global. (CARVALHO, 2005, p. 27).

Sendo assim, a agricultura camponesa se diferencia da agricultura familiar devido, especialmente, aos objetivos da produção, às experiências sociais que são desenvolvidas e à forma de inserção na economia local. Fazer a distinção entre o padrão camponês e os padrões empresarial, capitalista e familiar de produção é essencial para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento no meio rural brasileiro.

O campesinato, que constitui parte relevante da agricultura mundial no Brasil, reflete uma particularidade, devido aos processos sociais aqui vivenciados. A construção de um espaço camponês se efetuou, na grande maioria dos casos, de forma estruturalmente precária, que o torna “incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida, diferenciando-o, portanto, da estrutura européia”. (CARVALHO, 2005, p. 36).

Segundo Thiago Oliveira de Andrades e Rosângela Nasser Ganimi (2007), a chamada modernização da agricultura - fenômeno da década de 1950 que demarcou o segundo período de desenvolvimento do setor agrícola mundial - no Brasil foi implementada nas décadas de 1960 e 1970.

Com o slogan de acabar com a fome no mundo, a partir desse período, agricultura passa a adotar (de forma mais intensiva) sementes híbridas, que exigiam adubação química e a utilização de defensivos (venenos). Ainda, a adoção dessas práticas agrícolas veio somada a uma utilização maior de equipamentos mecânicos pesados, tais como tratores e colheitadeiras.

Esse fenômeno, que compreendeu o uso de novas tecnologias, resultando em uma expansão na produção de alimentos e em um rápido aumento na utilização de fertilizantes químicos, demarcou a entrada acelerada do agronegócio exportador no campo. De outro lado, a agricultura camponesa passa a viver um dilema, um conflito na forma de produzir, a

migração de muitos jovens do campo para a cidade e perda de elementos de sua cultura de produção de alimentos.

Aos agricultores/as - que tinham suas sementes, produziam sem utilização de químicos e possuíam uma relação diferenciada com a terra e o meio em que viviam - foram sendo atribuídos codinomes como atrasados, “jecas”, sujos, feios. Tudo que era característico e cultural do campesinato passa a ser considerado sinônimo de atraso.

Aos jovens, coube a dificuldade para estudar e as poucas possibilidades de lazer. Somado a isso, houve um incentivo cultural para a vida na cidade, supostamente mais feliz, com maior diversão e possibilidades de ter renda fixa, com acesso facilitado ao estudo e ao consumo.

Dessa forma, as décadas de 1960 e de 1970 demarcam um período no desenvolvimento da agricultura camponesa de mudanças e transformações, fazendo com que, aos poucos, camponeses/as fossem deixando suas formas características de produzir.

Devido a esse processo, a agricultura camponesa foi relegada à tarefa de sobreviver em em uma lógica que traduz o inverso de sua cultura. Segundo a Via Campesina RS, o efeito desse modo de produção capitalista agroexportador tem sido desastroso, pois:

(...) a área plantada para a produção de alimentos estagnou e em alguns casos diminuiu (arroz e trigo). Os gastos com importação de alimentos ampliou-se (o Brasil está importando feijão da China). A agricultura familiar incorporou-se a esta lógica, deixando de produzir alimentos e produzindo commodities. Ainda houve uma redução da biodiversidade (Documento Via Campesina, 2013, p.04).

Com a intensificação da migração dos jovens para as cidades, há ocorrência de um envelhecimento do campo e seu consecutivo esvaziamento. Nos dias atuais, percebe-se uma precariedade no atendimento de serviços públicos essenciais, tais como saúde e educação, endividamento e vivência cada vez mais frequente de situações climáticas extremas como, por exemplo, chuvas, temporais e secas.

A industrialização da agricultura é um processo que tem em vista especialmente os modos empresarial e capitalista de produção agrícola. Ela envolve diversas dimensões, muitas das quais se relacionam com as explicações para a crise atual. A industrialização da agricultura implica uma desconexão - frequentemente extrema - da agricultura com a natureza com as localidades: fatores naturais (tais como a fertilidade do solo, bom esterco, variedades cuidadosamente selecionadas e raças localmente adaptadas) têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais que se expressam na forma de insumos externos e novos equipamentos tecnológicos. Em vez de ser construída em função do capital ecológico, a produção agrícola se

tornou dependente do capital industrial e financeiro (PLOEG, 2008 apud SILVA 2012, p. 16).

A emergência desse novo modo de produção agrícola, dependente do capital industrial e financeiro ocasionou uma insegurança globalizada, em uma ameaça clara da continuidade de muitos sistemas agrários, inclusive o campesinato.

No entanto, mesmo diante deste quadro conjuntural, o campesinato brasileiro também possui elementos políticos e práticos que se associam na sua compreensão, que ora são positivos ora negativos pelo reconhecimento social que lhe é atribuído.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. (Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas, 2009, pág. 13).

Dessa forma, o campesinato ocupa na sociedade uma condição camponesa, que consiste “(...) na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2008 apud SILVA 2012, p. 12).

Essa luta por autonomia, expressa pela capacidade de prover o atendimento das necessidades imediatas e garantir a reprodução da família pelas gerações futuras, ainda tem como objetivo materializa-se:

(...) na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogestionada, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2008 apud SILVA 2012, p. 12).

Considerada por muitos autores como um modo de vida, a agricultura camponesa é bastante diversa. Sofre mudanças e se adapta aos diferentes contextos sociais, políticos, culturais e regionais e, portanto,

(...) não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta em uma série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas e, deixa ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas sua marca (CARVALHO, 2005, p. 15).

Assim, em termos gerais, o campesinato é um modo de produção, um modo de vida, constituído por poliprodutores, cuja base produtiva é a mão-de-obra familiar e a produção diversificada de alimentos, associada à criação de pequenos animais, em uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, na criação e no desenvolvimento de uma base autogestionada de recursos sociais e naturais, cuja legitimidade é por eles/as afirmada durante os tempos.

Seu sistema de produção, baseado na policultura-pecuária, pode ser considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” (CARVALHO, 2005, p. 28), em um equilíbrio entre atividades agrícolas diversas, combinando produção animal e vegetal o ano todo. Essa diversidade também cria identidades locais e ambientais, ligando territórios, práticas sociais, ambientes e culturas, ou seja:

Cimenta identidades culturais que se transformam em trincheiras de resistência, de planos e utopias. Produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida (Documento Via Campesina, 2013, p.02).

As relações na agricultura camponesa têm uma centralidade na vivência comunitária. Nesse sentido, o camponês e a camponesa tem um vínculo muito forte com a cultura, com um modo de vida carregado de história, resistência, vida familiar, vicinal e comunitária.

A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. (Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, 2009, p. 13).

O respeito à biodiversidade e à diversidade dos bens da natureza e dos ecossistemas, aqui entendidos como o conjunto das relações que são estabelecidas entre a natureza e os povos, aparece como sendo outro elemento de compreensão desta forma de estar e fazer agricultura:

(...) um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento do campesinato é o respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos,

enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e culturas, sendo ela a própria forma de vida como campesinato (CARVALHO, 2005, p. 07).

Segundo a Via Campesina do Estado do Rio Grande do Sul, a agricultura camponesa é uma economia que vai além da questão econômica, pois inclui produção, tecnologia, cultura e relações.

Economia camponesa não é apenas uma célula econômica. É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura, relações sociais e interação com a natureza. A virtude de sua economia é constituir-se em unidade de produção e consumo, em ser espaço de convivência que através das comunidades e suas empresas cooperativas constroem uma relação ampliada, maior que ela mesma, somando unidades de produção, comunidades e territórios (Texto base do programa camponês, maio de 2013, p.03).

Organizadoras dessa forma de economia camponesa estão a família e as relações que dela resultam. Segundo alguns autores, esses elementos são fortes na agricultura camponesa, por ser a única fonte de trabalho, sendo pressuposto necessário para haver produção:

A família é o fundamento da *empresa camponesa*. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados (CHAYANOV apud CARVALHO, 2005, p. 18).

Carvalho (2005, p. 29) ainda acrescenta que “Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”.

Nessa economia sem assalariados, os laços de família e o trabalho familiar são fundamentais para sua existência e reprodução, pois o estabelecimento agrícola é o resultado do trabalho da família proprietária. A existência de trabalho alugado de terceiros é própria da necessidade do contexto brasileiro, da existência de pouca mão-de-obra devido ao êxodo rural.

Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é o resultado do trabalho dos membros da família proprietária. Porém, em razão do próprio contexto em que se reproduz (no Brasil), ele revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar (CARVALHO, 2005, p. 43).

Desse modo, imersa em relações para além da economia, pode-se dizer, ainda, que a produção camponesa é baseada em uma relação de troca não mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias com o mercado para vender seus produtos finais. No livro “Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas”, afirma-se que a relação diferenciada com o mercado é uma característica desses produtores:

Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores, as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. (...) Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações. (Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, 2009, p. 10).

Afora isso, a agricultura camponesa é “profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (CARVALHO, 2005, p. 30), que pode ser denominada sociedade de interconhecimento.

A agricultura camponesa está tipicamente enraizada em (e ao mesmo tempo envolve) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias. (PLOEG, 2008 apud SILVA 2012, p. 16).

Sendo assim, o campesinato não pode ser identificado apenas como uma agricultura de subsistência, familiar e pequena, pois não é a dimensão da terra ou a quantidade de hectares que cada família possui que determina sua natureza, mas suas relações internas e externas, bem como seus mecanismos culturais de reprodução. Dela emergem muitos outros elementos que ultrapassam os limites da produção e de reprodução social da vida, por isso pode ser considerada como uma categoria analítica e histórica.

Para Carvalho, *apud* Conte, Martins e Daron (2009, p.122), na essência o conceito de “camponês” compreende um modo de vida baseado na propriedade/posse da terra e dos recursos naturais que ela suporta. E, ainda, a incorporação da força de trabalho do núcleo

familiar, composto pelos trabalhadores diretos do processo de trabalho da unidade de produção. Sua estrutura, ao contrário daquela da empresa capitalista, não tem como fim o lucro, mas a reprodução.

Para a Via Campesina RS, o campesinato é entendido como forma de produzir e viver, com particularidades culturais e regionais, em que a base comum que o unifica são os interesses sociais, econômicos e políticos, por isso se constitui como um ator político no cenário brasileiro.

(...) marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam, colocando-o como um sujeito político na história nacional em confronto com os interesses das classes dominantes e o pacto de poder manifesto nas políticas de Estado (Via Campesina, 2013).

Dessa forma, para que a agricultura camponesa seja reconhecida não basta considerar a especificidade da organização interna da produção, mas também os elementos políticos de referência identitária e de organização social. Assim:

(...) não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses de outros trabalhadores (urbanos e rurais) que não operam produtivamente sob tais princípios. (...) O camponês se constitui como uma categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns, ou, mediante luta, tornados comuns e projetivos. (Lutas camponesas e contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, 2009, p.10-11).

Sendo assim, discutir agricultura camponesa remete também a perceber as contradições que existem no próprio modo de vida que o modelo de sociedade vivenciado pelos países impõe e, ainda, considerar elementos territoriais e regionais para conferir tal conceituação. Por isso, discutir campesinato remete ao estabelecimento de um conjunto de relações, nem sempre presentes em todas as famílias camponesas.

No entanto, devido ao processo de marginalização, dependência e privação a que o campesinato vem sendo submetido, cabe o desafio, segundo o MMC/RS, de resgatar um saber que fora roubado das camponesas e dos camponeses e reestabelecer as relações construtivas entre as pessoas e com o ambiente.

## 1.2 – As Mulheres na Agricultura Camponesa

Percebe-se, no texto anterior, a complexidade e a diversidade que em que consiste a agricultura camponesa. Neste texto, serão trazidos elementos da contribuição das mulheres no contexto camponês, buscando explicitar o olhar diferenciado que as mesmas possuem sobre o campesinato, no sentido de alargar os conceitos. Ao mesmo tempo, pretende-se trazer questões desafiadoras para o avanço e a continuidade do campesinato brasileiro, entendido como forma de produzir, de relação/vida social e de resistência à desterritorialização do espaço, da identidade e da cultura.

Considera-se, a partir de estudos, que à medida que o ser humano foi se desenvolvendo, aprendia a identificar as plantas, sementes e frutos, a partir da observação, e os foi domesticando pela própria necessidade de sobrevivência. Nesse aspecto, as mulheres desempenharam um papel fundamental, iniciando as primeiras intervenções, enterrando caroços e observando seu processo de crescimento:

As mulheres são, com total evidência, agricultoras em tempo integral e as cultivadoras aportam uma contribuição substancial na conservação e na gestão geral dos recursos fitogenéticos para a conservação da agricultura. (...) No Sudeste Asiático, no Pacífico e na América Latina, as hortas cultivadas por mulheres aparecem entre os sistemas agrícolas mais complexos que se tem conhecido (LEÓN, 2003, p. 218 APUD, A economia (in)visível das mulheres camponesas 2012).

A figura da mulher colona, conforme Maria Aparecida Moraes Silva (2010, p.554 e 555) aparece no Brasil no momento em que a mão de obra escrava é substituída pela mão de obra livre na agricultura de exportação. No entanto, apesar de exercerem um papel muito importante no sistema de colonato, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras.

As mulheres e os jovens de 12 a 16 anos eram considerados *meia enxada*, como se produzissem a metade do que era capaz um homem adulto, embora em muitos casos, pudessem a chegar a produzir tanto quanto os homens. *Enxada* era o trabalhador adulto do sexo masculino, acima dos 17 anos, com plena capacidade física e dedicado integralmente ao trabalho no cafezal e na roça. (SILVA, 2010 apud PRIORE, p. 557).

Em um primeiro momento, as mulheres colonas cumpriram com papéis de produtoras de braços para as lavouras por meio de laços invisíveis na trama das relações de classe, gênero e raça/etnia que “prendem as mulheres que trabalham no campo, trama que se transforma em drama, em trauma” (SILVA, 2010, p.574). No entanto - embora fazendo parte do processo de



vida e de reprodução camponesa - o trabalho das mulheres não era reconhecido e essas não eram visibilizadas enquanto construtoras da agricultura, produtoras e reprodutoras da vida e das relações.

Para o MMC/RS, o não reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na agricultura faz parte do machismo presente no campo:

As mulheres têm papel fundamental nesse processo, pois, desde o início, garantiram a diversidade de alimentos, construindo as condições necessárias para a manutenção da vida, desenvolvendo um grande conhecimento sobre a produção, maturação, seleção, armazenamento, transformação e manipulação de plantas e animais. No entanto, por estarmos inseridas em um sistema patriarcal e machista, presenciamos a influência desta cultura na agricultura camponesa. Isso fica evidente nos espaços de poder das esferas públicas e privadas, também na desvalorização do trabalho de produção e reprodução realizado pelas mulheres (Cartilha Resoluções da 6ª Assembleia MMCRS, 2005).

Por sua vez, Emma Silliprandi afirma que:

Na formulação de políticas de segurança alimentar, é comum apontar-se para o fato das mulheres não serem reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na agricultura, seja na elaboração e preparo dos alimentos consumidos dentro das unidades domésticas e, portanto, acabam não tendo papel ativo como sujeitos dessas políticas. Quando são reconhecidas, tende-se a vê-las apenas como um “instrumento” para atingir a segurança alimentar das famílias (SILLIPRANDI, 1999, p. 75).

O papel invisibilizado relegado às mulheres na produção pode ser atrelado a uma cultura patriarcal, onde o trabalho doméstico e na lavoura desenvolvido por elas não é reconhecido, valorizado e nem valorado, e a divisão sexual do trabalho atua como forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho.

De acordo com Cristina Carrasco, a invisibilização desse trabalho é pouco inocente e serve aos interesses de uma cultura patriarcal da sociedade:

Os estudos econômicos e sociais costumam esquecer esse componente subjetivo das necessidades humanas, coberto usualmente desde o lar. Esquecimento que pouco inocente, já que oculta um conflito de interesses: os diferentes espaços, trabalhos e atividades que fazem parte dos processos de vida e reprodução não usufruem do mesmo reconhecimento social, mas existe entre eles um componente hierárquico de valores, resultado de uma longa tradição patriarcal e liberal (...). Mas essas atividades não valorizadas são precisamente as que estão diretamente comprometidas com a sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 1999, p.16-17).

Assim, além de o espaço privado receber novos significados, da mesma forma que dividido em nível de equidade com os homens, a tarefa de reprodução e produção do viver também deve ser de ambos. Ainda, segundo o MMC/RS, faz-se de comum importância o reconhecimento do papel que as mulheres desempenharam historicamente na agricultura.

Para o MMC/RS, a relação entre o campesinato e as mulheres se funda no reconhecimento da importância do trabalho que estas desenvolvem na unidade produtiva, de produção de alimentos, no trabalho com plantas medicinais, na preservação e conservação das sementes crioulas, na relação diferenciada com a terra e o ambiente e na reprodução da vida.

Mesmo com os avanços na condição das mulheres no meio rural, a maioria delas opina somente no território ao redor de sua casa, onde se localiza a horta, o pomar e a plantação das miudezas (por exemplo, mandioca, feijão etc.). Por isso, para superar as relações desiguais e considerar as mulheres como parte da agricultura, as camponesas ligadas ao MMC/RS discutem a necessidade de construir um projeto de agricultura camponesa que possui os seguintes eixos de atuação:

- Questão ambiental: as camponesas entendem que o ambiente é um conjunto constituído pelo espaço onde se estabelecem relações sociais. É compreendido como um todo, incluindo as pessoas e suas relações e, por isso, deve ser “cuidado, respeitado e preservado, a fim de que se garanta a continuidade de todas as formas de vida e respeitando o ciclo da natureza”. (CONTE e DARON, 2009, p. 126).

- Mudança da Estrutura Agrária: as mulheres do MMC/RS defendem a necessidade de “Desconcentrar a terra por meio da efetivação da reforma agrária e urbana, no sentido de repensar a apropriação e uso do território nacional. Isso é uma das condições para a superação efetiva dos problemas sociais e continuidade da reprodução da vida camponesa”. (CONTE e DARON, 2009, p.126).

- Produção e economia camponesa: cooperação e não exploração. Neste item, as camponesas discutem a dimensão da produção que explicita sua identidade, entendendo que:

É a partir da necessidade de uma vida digna que a produção vai se refletir diretamente na dimensão social e econômica das pessoas. Sendo assim, a produção camponesa deve ser agroecológica, com uso de formas alternativas de energia e com acesso e controle dos meios de produção. Ainda, a soberania alimentar é imprescindível neste processo, assim como a recuperação das sementes crioulas, respeitando a diversidade local e regional (CONTE e DARON, 2009, p. 127).

- Relações entre os seres humanos: para as camponesas, este eixo discute as relações entre as pessoas, e a relação dessas com o ambiente. Afirmam que:

O modo como nos relacionamos com as outras pessoas e o nosso jeito de nos relacionarmos com o ambiente reforçam a sociedade que está aí, ou vão construindo outra sociedade. É por isso que em nossas vivências cotidianas somos desafiados a continuar a recuperação e o cultivo de valores como a solidariedade, a partilha, a entreatajuda e o companheirismo entre as pessoas (CONTE e DARON, 2009. p.128).

- Políticas públicas: para as mulheres do MMC, as políticas públicas devem servir para viabilizar, potencializar, facilitar, ampliar e garantir os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Dentre as políticas públicas centrais defendidas por elas, estão: educação do/no campo de qualidade e não sexista; direito à previdência pública, universal e solidária; subsídio público para investimento na agricultura camponesa; campanhas de documentação; combate à violência; e investimento público na pesquisa, na ciência e nas tecnologias que estejam a serviço da vida e sejam adequadas às necessidades da agricultura camponesa.

- A Cultura Camponesa e Feminista: para as mulheres do MMC, a cultura é entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo. A identidade é um dos componentes fundamentais desta cultura que vem sendo ressignificada pelas camponesas, no sentido de valorizar o apego à terra, o respeito e o cuidado com a biodiversidade e a defesa da vida.

- Valorização e participação das mulheres: para essas camponesas, a valorização e a participação efetiva das mulheres na agricultura camponesa serão efetivadas quando da existência de um projeto de agricultura camponesa, entendido como uma ação política que:

(...) será viabilizado pelo protagonismo e cidadania do conjunto de camponesas e camponeses. Frente à herança histórica de discriminação das mulheres, coloca-se a necessidade de fortalecer a participação efetiva delas em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias, de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato. (CONTE e DARON, 2009, p.130)

Como é perceptível no texto acima, as mulheres camponesas ligadas ao MMC/RS, que possuem um acúmulo político e organizativo ligado ao tema das mulheres e da agricultura, entendem a natureza como um bem público compartilhado, onde a alimentação tem a ver com trabalho de cuidar da vida e se relaciona com escolhas políticas, e não somente domésticas.

Para as mulheres, a igualdade deve ser o princípio motor de um:

(...) florescimento econômico baseado nas necessidades e na dignidade das pessoas, sustentável e consciente na sua relação com a natureza, com equilíbrio entre produção e reprodução, e decidido de forma soberana e democrática (Agricultura na Sociedade de Mercado, 2006, p. 67).

Sendo assim, além de considerar a construção política e a prática da cultura e agricultura camponesa, se faz necessário, segundo as camponesas, reconhecer que as mulheres têm habilidades e conhecimentos diferentes dos homens e que isso não pode ser um fator de exclusão, opressão ou sobrecarga de trabalho.

Sendo a agricultura camponesa um espaço delimitado, composto por um território, pelas pessoas e por relações sociais, pode-se chegar à compreensão de que, para as mulheres camponesas ligadas ao MMC/RS, este espaço não é apenas para fins econômicos, mas de reprodução da vida. Como diz Cristina Carrasco (1999, p. 44), “as mulheres olham para a agricultura camponesa a partir da premissa da reprodução e sustentabilidade da vida”.

Todos os fatores acima apontam para uma ampliação da compreensão do campesinato, respeitadas as suas diversidades de expressão, englobando - para além da produção, da relação de trabalho - também elementos de reconhecimento da reprodução da vida, essenciais para a continuidade da existência da vida camponesa no Brasil.

Sendo assim, a agricultura camponesa, considerada pelos autores como um modo de vida, como uma empresa camponesa de economia baseada no capital ecológico, de relação diferenciada com a natureza, precisa reconhecer o papel histórico desempenhado pelas mulheres na agricultura, de maneira que seja compreendida e praticada de forma diferenciada.

A construção e a reprodução do campesinato brasileiro, mesmo em um contexto adverso de dependência, marginalização e privação, tem como desafio não perder elementos de sua cultura, mas deve superar o machismo presente nas suas relações, apontadas pelas mulheres do MMC/RS.

De outro lado, as camponesas provocam a necessidade de se pensar sobre a ambivalência existente entre a importância do grupo familiar para a existência da agricultura camponesa e a opressão que a instituição família exerce sobre as mulheres, ocasionando opressão e violência. Ao mesmo tempo, estes elementos impulsionam as mulheres para a organização e busca por sua libertação, visualizada a partir da organização popular.

Resumindo, a agricultura camponesa é composta por poliprodutores e poliprodutoras, produção de alimentos, criação de pequenos animais, relações de solidariedade e troca não mercantilizada de produtos com a natureza, e se insere no mercado para comercializar o produto final. Esse modo de viver vem convivendo com a dura realidade de êxodo rural,

envelhecimento e empobrecimento do campo, fazendo com que a reprodução desse tipo de agricultura vá se tornando cada vez mais difícil.

Por último, o campesinato, marcado por diferenças regionais e territoriais, unificado por interesses políticos, econômicos e sociais - o que faz com que seja considerado como um sujeito político no cenário brasileiro - além de resistir, conforme a análise realizada, precisa ressignificar sua cultura incluindo camponeses/as na sua construção e reprodução.

## 2 – ENVELHECIMENTO

Neste capítulo, propõe-se a discussão sobre o envelhecimento humano, de maneira a entendê-lo a partir de alguns conceitos básicos, para além da idade. Entende-se que esse é um campo de estudos amplo, complexo, heterogêneo e diversificado, que pode ser visto sob diferentes premissas como o viés clínico, físico, biológico, de construção social, psicológico ou mesmo enquanto um processo e uma construção histórica.

Devido essa pesquisa ter sido realizada no meio rural, optou em trazer alguns elementos específicos do envelhecimento do campo, embora que do ponto de vista prático, não exista um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano.

Por último devido às consequências da imagem social construída e atribuída à velhice, será feita a discussão acerca de alguns impactos do processo de envelhecimento humano para o indivíduo e para a sociedade. Parte-se do entendimento de que, ao viver em uma sociedade baseada na produtividade e em padrões jovens de estética e beleza, envelhecer significa redução da produtividade e perda de uma beleza até então considerada ideal.

No decorrer do texto, também se buscou trazer presente as diferenças do envelhecimento para homens e mulheres, fazendo o exercício de leitura a partir da discussão de gênero.

### 2.1 – Envelhecimento: conceitos básicos

Pessoas idosas sempre existiram na história da humanidade, apesar de representarem um fato isolado devido à presença em números relativamente baixos de velhos/as na sociedade. Este fato, que atualmente é corriqueiro devido ao processo de envelhecimento populacional, nos últimos períodos tem sido discutido amplamente por diversos setores da sociedade.

Segundo Matheus Papaléu Netto (2002), o século XX foi, principalmente, um século de crescimento populacional. Já o século XXI será um século de envelhecimento

populacional. O autor afirma que as taxas de crescimento da população brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 giravam em torno de 3% ao ano. A partir daí houve um processo de declínio, com redução acentuada nos níveis de fecundidade. Desta forma, a alta fecundidade do passado, aliada à redução da mortalidade em todas as idades, resultará em um crescimento elevado da população idosa nos próximos 30 anos, constituindo o que está sendo chamado de “Onda Idosa”.

Segundo o mesmo autor, há duas formas de explicar o processo de envelhecimento populacional. A primeira delas é o envelhecimento pela base, em que há uma queda da fecundidade que leva à redução na proporção da população jovem e a um consequente aumento da população idosa. A segunda forma é o envelhecimento pelo topo, que se caracteriza pela diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas, contribuindo para que esse segmento populacional sobreviva por períodos mais longos.

Sendo assim, o fenômeno do envelhecimento populacional pode ser traduzido pela diminuição progressiva das taxas de fecundidade e mortalidade em todas as idades, ocasionando um aumento da expectativa de vida. Outros autores ainda acrescentam a este fenômeno a migração, que vai delimitar as regiões que haverá maior contingente idoso ou jovem.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/ 2008) vêm mostrando que 10,5% da população brasileira (20 milhões de idosos/as) e 13,7% da população do Rio Grande do Sul se encontra acima dos 60 anos de idade; destes, 16,5 milhões viviam na área urbana e 3,4 milhões na área rural.

Outros dados, sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/ 2002) apontam que no continente americano vivem 12% da população mundial, da qual 28% possui mais de 60 anos. A América Latina, em 20 anos (1980 a 2000), teve um acréscimo de 120% da população como um todo e de 236% da população idosa. De 1990 a 2025, a população idosa mundial crescerá 2,4% ao ano, contra 1,3% de crescimento anual terrestre. Do total da população idosa brasileira, 76,7% vivem nos centros urbanos. Nos últimos anos, houve um decréscimo de 36% da população jovem e um acréscimo de 140% da população idosa no Brasil.

Estimativas apontam que, no ano de 2000, havia um idoso/a para cada 3,6 crianças. Em 2020, esses números passarão para um idoso/a para cada 1,57 crianças e, em 2050, cai para 1 idoso/a para cada 0,72 crianças. Assim, é possível perceber que o Brasil, assim como a maioria dos países do mundo, será um país de velhos/as.

Outro dado que chama atenção é que, segundo o IBGE, em 2010 55,7% eram do sexo feminino dos aproximados 20 milhões de idosos. Quanto mais velho for o contingente estudado, maior é a proporção de mulheres, porque em média as mulheres vivem cinco anos mais do que os homens.

Esse fenômeno, segundo estudos de Netto (2002), pode ser explicado devido aos seguintes fatores: as mulheres possuem naturalmente um fator de proteção a eventos cardiovasculares, presente no hormônio feminino; há uma diferença na exposição a fatores de risco, pois as mulheres permanecem mais no espaço doméstico, teoricamente mais protegido; há diferenças no consumo de álcool e fumo; há diferenças de atitude com relação a doenças. As mulheres procuram mais os serviços de saúde e o atendimento médico-obstétrico, com assistência ao pré-natal e ao parto.

Pesquisa realizada em 2010 pelo IBGE aponta, na diferença entre os sexos, que o número de mulheres idosas é maior do que o de homens nas áreas urbanas. Na região Sul do Brasil, a diferença entre os sexos é de 67 homens para cada 100 mulheres. Nas áreas rurais, a pesquisa mostra que existem mais homens idosos do que mulheres, sendo um número de 107 homens para cada 100 mulheres.

Essa diferença é resultado da migração rural/urbana em que as mulheres idosas dirigem-se com maior frequência às cidades para residir com filhos/as, netos/as ou parentes após ficarem sozinhas ou viúvas. Também se aponta para o fato de os homens terem maior presença em atividades tipicamente rurais (IBGE, 2010).

Os dados descritos demonstram um aumento no número de pessoas idosas no Brasil e na América Latina relativos ao processo de envelhecimento populacional que vem crescendo preocupações na sociedade como um todo. No entanto, cabe destacar que esse processo global também é individual, pois as pessoas envelhecem na medida em que a sua idade aumenta, sendo um processo irreversível e natural.

Segundo Mateus Papaléu Netto (2002, p. 26), biologicamente o envelhecimento começa tão precocemente quanto a puberdade. É um processo contínuo durante a vida. Socialmente são atribuídas características para os membros da sociedade, em que cada um/a tem funções e atribuições segundo sexo, cor e condição social. Em uma sociedade em que há desigualdades de condições, essas levam a desigualdades no processo de envelhecer. Intelectualmente diz-se que alguém está ficando velho/a quando começa a ter lapsos de memória, dificuldade de aprendizado e falhas de atenção, orientação e concentração, quando comparadas com suas capacidades intelectuais anteriores. Economicamente se define que uma pessoa se torna idosa a partir do momento em que deixa o mercado de trabalho, deixa de ser



economicamente ativa. Funcionalmente, quando começa a depender de outros para o cumprimento de suas necessidades básicas ou de tarefas habituais. Cronologicamente, aos 65 anos para países desenvolvidos (corte etário adotado pela Organização das Nações Unidas, 1985) e 60 para países em desenvolvimento<sup>5</sup>.

Dessa forma, o envelhecimento pode ser estudado ou olhado por meio do viés clínico, físico, biológico, de construção social, psicológico ou mesmo enquanto uma delimitação etária. Ainda, a velhice pode ser entendida como um processo e uma construção histórica, em que as sociedades atribuem diferentes significados e estabelecem funções e atribuições para cada grupo distinto, segundo idade, sexo e etnia que não se afirmam em uma materialidade, mas nas construções sociais que as fundamentam.

Guita Grin Debert (1999, p. 39) afirma que o “processo biológico é investido culturalmente, elaborado simbolicamente com rituais marcando fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam”.

Já Bosi (1994) acrescenta que a velhice, além de ser um destino, visto que todos nós envelhecemos um pouco a cada dia, também pode ser considerada como uma categoria social, uma vez que cada sociedade vive e trata de uma forma diferenciada o envelhecimento das pessoas.

Envelhecer não é algo homogêneo, acontece de maneiras diferentes mesmo em indivíduos de uma mesma sociedade. Segundo Doll (2012), as pessoas idosas constituem um grupo altamente heterogêneo, marcado por processos diferentes de envelhecimento, em que os aspectos biológicos, psicológicos e sociais interagem de forma complexa e diferenciada.

Nessas diferentes esferas, segundo Doll (2012):

Na parte biológica, existe um processo de envelhecimento celular<sup>6</sup> que leva a uma série de modificações físicas (...). O envelhecimento psicológico se refere principalmente às capacidades cognitivas como memória, inteligência e formas de resolução de problemas (...). As imagens da velhice nos remetem aos aspectos sociológicos do envelhecimento.

Sendo assim, cada pessoa vive a velhice desde onde está pisando. Por isso, o processo de envelhecimento não pode ser definido apenas de maneira cronológica, biológica e física, mas também pelas condições mentais, sociais, individuais e de suas definições nos diferentes

---

<sup>5</sup> Na legislação brasileira, são consideradas idosas as pessoas com 60 anos ou mais (Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso).

<sup>6</sup> Estudos apontam que, a partir dos 30 anos de idade, as pessoas começam a ter perdas celulares de 0,8 a 1% ao ano. Os sinais dessas mudanças começam a ficar visíveis a partir dos 60 anos.

momentos históricos. Constitui-se em um conjunto de elementos que envolvem todos os âmbitos da vida.

Portanto, há existência de muitas velhices em nossa sociedade atual. Sendo que na sociedade capitalista, essa complexidade que engendra a velhice, ao mesmo tempo em que a caracteriza e diferencia como um grupo social, também faz com que velhos e velhas vivenciem muitas formas de opressão por não caberem dentro dos parâmetros socialmente estabelecidos<sup>7</sup>.

Conforme Rodolfo Herberto Schneider e Tatiana Quarti Irigaray (2008, p. 585):

Condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso. Há uma correspondência entre a concepção de velhice presente em uma sociedade e as atitudes frente às pessoas que estão envelhecendo.

Sendo assim, pode-se dizer que o contexto social determina a idade da velhice, na medida em que indivíduo e a sociedade estão relacionados diretamente. Debert (1999, p. 40) acrescenta que a transformação das idades em um laço simbólico privilegiado é necessária para a constituição de atores políticos e redefinição de mercados de consumo, em que as idades cronológicas, nas sociedades ocidentais, se constroem como um mecanismo básico de atribuição de *status* (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho) e de formulação de demandas sociais (direito a aposentadoria).

Sendo assim, há uma validação cultural de cada estágio da vida das pessoas que não é apenas um reconhecimento de níveis de maturidade, mas uma autorização para a realização de práticas como trabalhar, casar e se aposentar.

Para Neri e Freire *apud* Debert (1999), o envelhecimento -inclusive nos dias atuais - está ligado à deterioração do corpo, ao declínio e à incapacidade, em que há uma forte associação da velhice com a morte, a doença, o afastamento e a dependência.

Constata-se, assim, que perdendo a agilidade e a força e sendo substituídos no trabalho, velhos e velhas muitas vezes deixam de ser produtores e reprodutores da própria

---

<sup>7</sup> As condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso. As concepções de velhice nada mais são do que o resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios. A velhice começou a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais a partir da segunda metade do século XIX. Elege-se a juventude como idade-padrão da sociedade contemporânea e o jovem, belo, moderno é igual a progresso, e a juventude passa a ser vista como um valor social. Sendo assim, é com os olhos da juventude que se percebe a velhice. Ela é vista como um declínio e, sobretudo, como a impossibilidade de ser positivamente valorizada na medida em que já se ultrapassou o ponto máximo do ciclo da vida.

existência, pois, no Brasil, se vive em uma sociedade de consumo na qual o novo é valorizado. Nessa dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já fora de moda, como um celular que já está com a tecnologia ultrapassada, que ainda se pode falar por meio dele, no entanto, ninguém mais o quer.

Assim, ser velho/a na sociedade capitalista, segundo Bosi (1994) tem sido resistir para continuar sendo gente, uma vez que nela todo o sentimento de continuidade é desfeito. O trabalhador não se reconhece mais naquilo que faz, ao mesmo tempo sabe que seu filho não continuará sua obra e que seu neto nem mesmo terá notícia dela.

BOSI (1994), ainda acrescenta que ser velho/a nesta sociedade tem significado:

(...) sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro. E este outro é um opressor (BOSI, Ecléa. 1994, p.19).

Aliado a isso, pode-se acrescer as contradições que o processo de envelhecimento vai construindo dentro da sociedade capitalista. Dentre muitas há contradição entre a natureza humana de um corpo que envelhece e as necessidades industriais de produção. Somado a isso se potencializa a longevidade, mas se nega a velhice, seu valor e importância social, onde ao mesmo tempo as pessoas querem viver muito, mas não querem ficar velhas e nem se parecer com velhos.

Para as mulheres, a vivência deste processo tem diferenças com relação ao homem, visto as construções e atribuições socialmente construídas para ambos.

A história da mulher - pelo fato de se encontrar ainda encerrada em suas funções de fêmea - depende muito mais que a do homem de seu destino fisiológico. Todo período da vida feminina é calmo e monótono: mas as passagens de um estágio para outro são de uma perigosa brutalidade; evidenciam-se através de crises muito mais decisivas do que no homem: puberdade, iniciação sexual, menopausa. Enquanto ele envelhece de maneira contínua, a mulher é bruscamente despojada de sua feminilidade; perde, jovem ainda, o encanto erótico e a fecundidade de que tirava, aos olhos da sociedade e a seus próprios olhos, a justificação de sua existência e suas possibilidades de felicidade: cabe-lhe viver, privada de todo futuro, cerca de metade de sua vida de adulta (BEAUVOIR, Simone. 1967, p. 343).

Sabe-se que a vida atual das mulheres não é como a descrita pela autora. No entanto, aqui se quer evidenciar que, se para os homens o afastamento do trabalho é causador de crises, para as mulheres a vivência do envelhecer é ainda mais dramática, pois, despojadas de

sua feminilidade, deixam de ser duplamente produtivas (trabalho e reprodução humana). Afora isso, pode-se citar a saída dos padrões de beleza e os estereótipos socialmente construídos e atrelados ao ser mulher jovem que também emergem com maior evidência nesse período da vida.

Todos os conceitos acima mostram a complexidade do processo de envelhecimento humano e dão uma noção de qual velhice se busca discutir neste texto: aquela que difere conforme sociedades, classe social, lugares, sistemas econômicos e gênero.

De outro lado, não há como discutir a velhice sem realizar uma abordagem crítica da atual sociedade capitalista que é vivida no Brasil, visto que a mesma descarta e empurra velhos e velhas para a uma marginalidade não assumida socialmente.

No entanto, essa mesma sociedade que exclui, cria resistências dos próprios velhos e velhas na busca de sua dignidade, de respeito e de direitos. Nesse sentido, basta considerar as lutas pela aposentadoria do campo e da cidade, que tiveram o apoio de outras categorias sociais, mas impulsionaram velhos e velhas, como atores políticos no cenário nacional.

Devido à consideração da importância das diferenças locais, na continuidade deste capítulo se buscou discutir o envelhecimento no campo, visto que esse estudo primou por discutir esse tema. Ao mesmo tempo, parte-se do entendimento que são relações, pessoas e ambientes diferentes dos centros urbanos.

## 2.2 – Envelhecimento do Campo

Do ponto de vista prático, não existe um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. No Brasil, este critério tem natureza mais administrativa<sup>8</sup> do que geográfica ou econômica. Para o IBGE (1997):

Na situação urbana consideram-se as pessoas ou domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

---

<sup>8</sup> São considerados urbanos ou não pelos poderes públicos municipais.

Desta forma, é difícil definir uma delimitação destes territórios, uma vez que se misturam e se atrelam geograficamente e culturalmente, um fazendo parte do outro, como em uma continuidade e não uma barreira/fronteira.

No entanto, o campo brasileiro tem sofrido profundas modificações, especialmente nos últimos cem anos. De acordo com Doll (2012), essas mudanças se referem não somente às condições econômicas ou às condições de vida, mas também tiveram impacto nas estruturas familiares e no papel que os idosos exercem hoje nos contextos familiar e comunitário.

Dentre as principais mudanças estão as formas e a produção de alimentos com mecanização e forte uso de insumos, o que acarretou em muitos casos perda de espaço. Paralelo a isso, ocorre um processo de industrialização, atraindo boa parte da população rural para a cidade em busca de melhores condições de vida. Além disso, estão ocorrendo desastres climáticos cada vez mais frequentes, aliados à falta de perspectivas, uma vez que o meio rural (aqui se refere à pequena agricultura) já sofre com a ausência de políticas públicas que atendam suas reais necessidades.

Esse fenômeno - que foi intensificado a partir da década de 1960-1970<sup>9</sup> - demarcou um período de mudanças e de transformações na agricultura camponesa que passou a conviver com um conflito na forma de produzir, perda da cultura camponesa e migração de muitos jovens do campo para a cidade.

De acordo com Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay (2009), entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas. Já nas duas últimas décadas (1990 e 2000) é do nordeste que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Considera-se que nos fluxos de origem rural predominam as mulheres, com exceção dos anos de 1960. Isso leva a uma crescente masculinização e esvaziamento do meio rural brasileiro.

Segundo DOLL, (2012) o êxodo rural:

Teve um impacto especialmente problemático para a população idosa, muitos daqueles que ficaram no campo não só perderam seu trabalho e sua forma de existência, mas também perderam amigos e familiares que se mudaram para a cidade.

Todas essas mudanças, segundo Valdir Júnior dos Santos e Tatiane da Silva Lopes (2010), tornam os idosos do meio rural mais vulneráveis ao sofrimento em razão de diversos

---

<sup>9</sup> Período denominado de Revolução Verde, já descrito brevemente no capítulo 1 desta dissertação.

tipos de privações devido, especialmente a ausência de infra estrutura de locomoção, longas distâncias e acesso precário a bens, serviços e direitos.

Sendo assim, discutir o envelhecimento do campo deve ir além de considerar que 23,3% dos idosos/as vivem no meio rural brasileiro, levando em consideração que o espaço é gênese de toda a cultura e processo que se vivencia. Afora isso, são agregados à vida das pessoas elementos históricos, ambientais, sociais, políticos, econômicos. Por isso, falar sobre o envelhecimento do campo é um desafio, devido à complexidade que o envolve, na medida em que existem poucas pesquisas que tratam desse tema.

Dessa maneira, a seguir foi feito o exercício de discutir o envelhecimento do campo, olhando a partir de quatro teorias que são a do desengajamento, da modernização, da atividade e da gerontologia ambiental. De forma sintetizada, buscou-se fazer as relações necessárias do envelhecer teórico com acontecimentos da vida das pessoas que vivem no meio rural.

A teoria que se denomina de Gerontologia Ambiental ou Ecológica, para Doll (2013)<sup>10</sup> chama a atenção ao discutir seus fundamentos a partir da psicologia ambiental, cuja abordagem dialoga com a importância da relação entre pessoa e o meio em que ela vive, tendo como foco principal o cotidiano.

Essa teoria aponta que as pessoas recebem marcas do meio e, ao mesmo tempo, interagem com ele. Afirma que a forma como as pessoas se comportam está intimamente relacionada com o ambiente, pois este exerce pressão sobre o comportamento das pessoas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o ambiente atua sobre as pessoas, as mesmas atuam sobre o ambiente. Destaca ainda, que quanto mais velha for a pessoa, mais ela depende do ambiente em que está inserida.

Um exemplo claro disso poderia ser a casa onde reside uma família que tenha pessoas velhas. Com o passar dos anos, subir escadas já não é um exercício que pode ser realizado por todas as pessoas. Dessa forma, se a casa possui escadas e se nela há uma pessoa idosa, é quase certo que essa pessoa já não mais frequentará aquele determinado cômodo da casa, se modificações na estrutura do patrimônio não forem realizadas.

No entanto, se poderia perguntar o que isso tem a ver com a discussão do envelhecimento no campo. A explicação pode ser dada no sentido que a gerontologia

---

<sup>10</sup> Elementos extraídos do texto elaborado por Johannes Doll, no semestre 2/2013 na faculdade de educação da UFRGS, na disciplina Educação e Envelhecimento.

ambiental pode trazer elementos importantes, na medida em que discute cotidiano e a importância do meio em que a pessoa vive para forjar seu comportamento.

No início deste texto, se percebeu que não há uma delimitação muito clara entre o que é rural e o que é urbano. Nessa teoria, fica claro que o urbano e o rural, por serem ambientes diferenciados, também forjam comportamentos diferenciados para as pessoas que ali vivem.

Além de comportamentos diferenciados, os/as idosos/as do campo também vivenciam situações diferenciadas dos/as velhos/as urbanos/as. Uma destas situações diz respeito ao afastamento gradativo do trabalho e o comando da propriedade rural, que aos poucos vai sendo passado dos velhos para os/as filhos/as. Destaca-se ainda, que por mais que os idosos do campo sejam afastados do trabalho, eles ainda permanecem ligados a ele no cumprimento de outras funções dentro da propriedade rural, auxiliando ou “ajudando” seus filhos.

De outro lado, velhos/as aposentados/as, nas pequenas comunidades rurais, constituem elementos importantes para a economia local, pois as movimentam com suas aposentadorias, renda fixa mensal, em uma relação com um campo empobrecido e com ausência de outras formas de produção que agreguem renda mensal ao trabalhador/a.

Esse fato pode ser explicado pela teoria do desengajamento que volta seu olhar para o funcionamento da sociedade como um sistema frente aos seus membros envelhecidos, enxergando-os como uma peça que pode entrar ou sair do jogo (funcionalismo estrutural<sup>11</sup>). Essa teoria entende o envelhecimento como um acontecimento mútuo e inevitável de retirada ou desengajamento, resultando em diminuição das relações sociais e modificação no tipo de relacionamentos das pessoas.

Além disso, considera que a velhice comporta vários tipos de afastamento, sendo eles classe social, profissão, renda, educação, *status* social, gênero, saúde física e psicológica. Entende que a retirada das pessoas mais velhas dos papéis úteis que desenvolviam anteriormente é boa para a sociedade e que há um movimento de mutualidade em que ao mesmo tempo em que a sociedade se afasta das pessoas idosas, as pessoas se afastam da sociedade de modo mais ou menos voluntário. Contudo, caso haja divergências, a imposição da sociedade tende a prevalecer. A teoria do desengajamento foi desenvolvida por Elaine Cumming e William Henry no seu livro clássico “Growing old” (1961).

Afora os elementos citados, ainda se pode dizer que os/as velhos/as do campo possuem uma relação comunitária bastante forte, que é parte integrante da cultura camponesa,

---

<sup>11</sup> Perspectiva utilizada para analisar a sociedade e seus componentes característicos enfocando a mútua integração e interconexão deles. Analisa o caminho que o processo social e os arranjos institucionais contribuem para a efetiva manutenção da estabilidade da sociedade. É uma teoria oposta às mudanças sociais. Tem como precursor Talcott Parsons (1902-1979).

mantendo relações comunitárias para além do ambiente familiar, a partir da participação em festas, cultos, missas, grupos de terceira idade e jogos. Essas atividades desenvolvidas por muitos idosos são fatores que os levam a ter uma satisfação maior em seguir vivendo. Outro destaque é a questão da religiosidade que faz parte do cotidiano de grande parte dos idosos, que mantêm crenças, valores pessoais e espiritualidade.

Assim, pode-se ilustrar o tema abordado acima com a teoria da atividade, cujas pesquisas realizadas a partir de 1940 apontam que as atividades informais (amigos) possuem uma ligação direta com a satisfação de vida, ligando elementos subjetivos da subcultura (autoconceito) ao processo de satisfação. Autores importantes que trabalharam na perspectiva dessa teoria são Robert Havighurst, no seu livro “Developmental Tasks and Education” (1953) (Tarefas de Desenvolvimento e Educação) e Bruce Lemon, Vern Bengtson e James Peterson (1972).

Por último, se faz de igual importância trazer breves elementos sobre o papel atribuído aos idosos/as na cultura camponesa que vem de encontro com a reprodução dos conhecimentos e das experiências, através das gerações. Embora a modernização tenha efeito sobre a vida no campo, alterando costumes, crenças e valores, ainda é possível se perceber uma resistência, atrelada à valorização dos idosos camponeses (especialmente as mulheres) por cumprirem com a função de reprodução do conhecimento e da cultura camponesa, seja da forma de produzir ou de se relacionar com a comunidade.

Nesse sentido, pode-se abordar a teoria da modernização - que trabalha com a imagem e as representações que influenciam o *status* social dos idosos nas diferentes sociedades, especialmente a moderna. Cowgill e Holmes (1972) chegaram a propor uma relação direta entre o *status* da pessoa idosa e o grau de modernização da sociedade, entendendo que a modernização é equivalente ao declínio no *status* dos idosos devido às construções sociais, em que, mesmo em famílias nucleares que respalda o velho, há certa perda de poder.

No entanto, há de se destacar, ainda, que existem diferenças de papéis sociais para mulheres e homens velhos, reproduzidos socialmente no campo e na cidade. Essas diferenças são visíveis no trabalho, nas relações sociais e no cotidiano da vida.

No MMC/RS, esses papéis socialmente construídos são questionados e percebe-se, nas mulheres camponesas idosas ligadas ao Movimento, uma memória histórica, cultural, coletiva e social que se explicita na mística<sup>12</sup> da concretude do trabalho com as sementes crioulas<sup>13</sup> e na valorização desse conhecimento, com o uso e a manipulação das plantas medicinais, o uso

---

<sup>12</sup> Ligada ao misticismo e a espiritualidade.

<sup>13</sup> Forma de resistência às sementes híbridas.



da enxada<sup>14</sup> para pequenas capinas na horta e espaços próximos de casa e do chapéu de palha<sup>15</sup>, resistindo às mudanças na agricultura, impostas pela modernização, em uma resistência muitas vezes silenciosa ou silenciada.

Portanto, embora o capitalismo - no campo, expresso de maneira mais agressiva pelo agronegócio, mas que de maneira sutil vai impregnando a partir da aculturação de valores - perca identidade e êxodo rural, algumas mulheres idosas (especialmente) que conseguem permanecer na roça acabam se tornando exemplos de coragem, força, ousadia, e teimosia em reproduzir uma cultura aprendida através das gerações.

### 2.3 - Impactos do envelhecimento para o indivíduo e para a sociedade

O fenômeno do envelhecimento populacional tem provocado impacto tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, porque ao viver em uma sociedade baseada na produtividade e em padrões jovens de estética e beleza, envelhecer significa redução da produtividade e perda de uma beleza até então considerada ideal.

Uma das primeiras questões que necessitam atenção é que a maioria das pessoas não se prepara para envelhecer. Segundo Debert (1999), há mesmo uma negação do próprio envelhecimento, uma recusa em pensá-lo ou planejá-lo, devido aos estereótipos de beleza, padrões socialmente estabelecidos e às imagens negativas e pejorativas associadas ao velho/velhice como traste, problema, inutilidade, dependência, perda, impotência.

Outro elemento causador de impacto para o indivíduo idoso é a sua associação à improdutividade, por estar sendo excluído do mundo do trabalho. Esse impacto é mais observado na população urbana, uma vez que, ao se aposentarem, os indivíduos são afastados do trabalho, que é algo que os identificava por fazer parte de toda a sua vida produtiva. Logo, ao afastarem-se dele, os idosos deixam de ser produtivos para serem olhados como improdutivos, um peso para a previdência e para a sociedade.

Nesse ponto é possível ver algumas mudanças no meio urbano, visto que muitos idosos/as estão retornando ao trabalho formal e informal após se aposentarem. A um primeiro olhar isso pode parecer um avanço, frente ao tratamento improdutivo dado aos idosos/as. No entanto, há de se perceber que com o decorrer dos anos, o dinheiro da aposentadoria vai

---

<sup>14</sup> Como forma de resistência ao uso dos agrotóxicos.

<sup>15</sup> Instrumento de trabalho e símbolo da resistência camponesa.

ficando insuficiente devido ao cálculo realizado pelo fator previdenciário e, assim, para manter as mesmas condições de antes idosos/as retornam ao trabalho. Santos e Lopes (2010) chamam a atenção para as empresas que lucram em readmitir idosos/as, pois são isentos de pagamento de INSS, vale alimentação e vale transporte.

Para as mulheres que vivem mais, segundo Debert (1999), outra consequência é a ocorrência de alta percentagem de viuvez e, em alguns casos, de solidão. Ocorre a perda de papéis sociais e há uma carga maior de preconceitos, visto que o estereótipo feminino é mais fortemente atrelado à beleza do corpo, que envelhece e sai dos padrões estabelecidos; as mulheres ficam “feias”, não desejadas e improdutivas (trabalho e fertilidade).

Com relação ao campo (meio rural) que está ficando velho e masculino, um dos grandes desafios será a sucessão rural, visto que os jovens (especialmente as mulheres) cada vez mais estão migrando para as cidades.

Todos os elementos citados devem fazer com que se reflita sobre o processo do envelhecimento para além dos números, dados e idade. Pontuar os impactos para os/as velhos/as é chamar a atenção para a importância de ressignificar a velhice, assumindo-a como um processo natural, pessoal e societário, construindo as condições para se viver de maneira saudável e respeitosa em todas as fases da vida.

### 3 – GÊNERO, FEMINISMO E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/RS

O presente capítulo terá como temas de abordagem gênero, classe, feminismo e MMC/RS que, como sujeito político concreto, entrelaça os conceitos citados, trabalhando-os em seus materiais e em suas práticas.

Em um primeiro momento, será feita uma discussão conceitual acerca dos temas gênero, classe e feminismo, incluindo elementos de discussão do próprio MMC, de maneira a fazer com que o leitor se aproxime das discussões do Movimento no decorrer de todo o texto.

Em um segundo momento, serão discutidas as relações entre gênero e classe, no entendimento de essas duas discussões necessitam estar interligadas pelo fato de que ser mulher pobre e camponesa é diferente de ser mulher rica e fazendeira.

Após, será feita a discussão sobre o feminismo, na qual serão tratadas a conceituação e as diferenças com relação ao gênero, buscando explicitar ideias de algumas das principais correntes teóricas do feminismo.

Para finalizar o capítulo, procurou-se fazer um resgate da história de construção do MMC/RS, dialogando com elementos organizativos e conceituais da luta das mulheres por melhores condições de vida, na garantia e na conquista de direitos. Juntamente com isso, se procurou dialogar com elementos dos subcapítulos anteriores e com a questão da comunicação, enquanto conceito, e como o MMC/RS a interpreta, visto que essa pesquisa (que traz esse recorte) reforça o papel importante desse meio comunicativo para as ações do Movimento e para a consolidação de outro olhar sobre o gênero.

#### 3.1 - Conceituando gênero

As mais variadas formas de luta e organização das mulheres perpassam por várias fases e momentos na história brasileira, sendo demarcadas pela diversidade do Brasil.

Com relação às trabalhadoras rurais ligadas ao MMC, seria possível dizer que a organização parte da necessidade concreta de reconhecimento político e prático do trabalho

que desempenham na agricultura, especialmente no reconhecimento de sua profissão de trabalhadora rural e no questionamento da divisão sexual do trabalho e da construção histórica do papel que as mulheres têm ocupado nos espaços de poder e de decisão.

Parafrazeando Beauvoir, apesar das diferenças no contexto atual, tem-se que:

As mulheres de nossos dias estão prestes a destruir o mito do "eterno feminino": a donzela ingênua, a virgem profissional, a mulher que valoriza o preço do coquetismo, a caçadora de maridos, a mãe absorvente, a fragilidade erguida como escudo contra a agressão masculina. Elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres em um gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina. (BEAUVOIR, 1967. p. 2).

A luta feminina por reconhecimento e valorização é permeada por debates políticos e práticos (embora não internalizados pelo conjunto da sociedade e mesmo dos Movimentos sociais mistos) de gênero, conceito que procura trazer elementos sobre as relações entre homens e mulheres. Este surge - após muitos anos de luta e de formulação feminista - na busca de explicações sobre a origem da opressão sobre as mulheres.

Esse conceito, segundo estudos, foi trazido inicialmente pela antropologia e pela psicanálise, situando as relações de gênero na definição das identidades e representações sociais, feminina e masculina, como base para a existência de papéis socialmente diferenciados e hierárquicos.

Conforme Heleieth Saffioti (2004, p.109) o conceito de gênero chega ao Brasil com mais intensidade na década de 1990: “o conceito de gênero, no Brasil, alastrou-se na década de 1990. Já no fim dos anos de 1980, circulava a cópia xérox do artigo de Joan Scott (1983, 1988)”, sendo incorporado nas elaborações das mulheres camponesas já neste período.

A discriminação da mulher só vai acabar se as mulheres entrarem de corpo e alma na luta pela dignidade, e é nosso compromisso trabalhar para que mais companheiras sintam-se responsáveis por esta tarefa. Só teremos condições de vida digna se juntos (homens e mulheres) lutarmos por terra, casa, comida, emprego, lazer, saúde... (Apresentação da Cartilha A Retomada do Trabalho de Base, MMTR, 1997).

Acresce-se a isso que os Movimentos de Mulheres passam a adotar este conceito pela negação da diferença hierárquica entre mulher e homem, justificados por elementos biológicos, sociais, religiosos, econômicos e culturais. Segundo Saffioti, “Uma das razões, porém, do recurso ao termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do *essencialismo biológico*, a

repulsa pela imutabilidade implícita em *anatomia é o destino*, assunto cadente naquele momento histórico” (2004, p.110). E acrescenta: “Era óbvio que se as mulheres eram, como categoria social, discriminadas, o eram por homens na qualidade também de uma categoria social” (2004, p.110).

Para o MMC/RS, trabalhar a partir do conceito de gênero ajudou a compreender as desigualdades existentes na construção social do papel de ser mulher.

O conceito de gênero ajudou a compreender que as visões religiosa, econômica, cultural e biológica justificavam as desigualdades nas relações entre homens e mulheres. A única diferença biológica que existe entre os homens e as mulheres, por exemplo, é a do sexo e esta diferença não justifica a exploração, dominação, violência e discriminação que a sociedade (homens) impõem sobre as mulheres. Isto é, esta visão ajudou a compreender que a identidade do feminino e do masculino, assim como o papel desempenhado por homens e mulheres, não depende das características biológicas de cada um (Cartilha Gênero, Classe e Projeto Popular. 2004, p. 09).

Portanto, sendo as relações de gênero hierárquicas, de poder e controle, logo, a leitura feminista afirma que estas relações de opressão são (principalmente), dos homens sobre as mulheres, devido a cultura patriarcal<sup>16</sup>. Segundo Ivone Gebara (2001, p.8) “gênero é um instrumento para entendermos as relações sociais e, particularmente, as relações sociais entre mulheres e homens”.

O MMC/RS entende que a distinção de gênero é a primeira relação vivida por todas as pessoas, pois são com elas que começamos a apreender o mundo. Por exemplo: as mulheres são educadas para serem mulheres, isso se expressa desde os brinquedos culturalmente diferentes para meninos (carros, bola = esfera pública) e meninas (bonecas, casinhas = esfera privada), bem como a diferenciação das cores azul para o menino (céu, o horizonte é o limite) e rosa para a menina (fragilidade, inocência, pureza).

Assim, o gênero é uma construção social, em que o *ser mulher* e o *ser homem* são papéis e funções construídos histórica e socialmente.

Saffioti acresce ainda que:

(...) o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar

---

<sup>16</sup> A palavra é originária do grego pater, e se refere a um território governado por um patriarca, de onde deriva a palavra pátria. País, pátria, patriarcado e pagão tem a mesma raiz, assim como PAI.

com as três funções na engrenagem descrita. (SAFFIOTI, 2004, p. 125)

Para o MMC/RS, essa construção social dos gêneros encontra sua materialidade na divisão sexual do trabalho, em que, inclusive em dias atuais, com avanços na participação feminina na esfera pública, o trabalho das mulheres é considerado uma ajuda para a renda familiar, mesmo que se desempenhem as mesmas funções masculinas.

Tão logo, mesmo saindo do espaço privado, ao retornar para ele muitas mulheres continuam a fazer as mesmas tarefas, em uma sobrecarga de trabalho (trabalho fora de casa, em casa, cuidado com filhos/as, pessoas idosas), que para as mulheres camponesas fica explícita na “ajuda” na roça, na realização do “serviço” (servir) de casa, no cuidado dado aos filhos/as e às pessoas mais velhas. Quando velhas, as mulheres (na maioria dos casos) dão conta do espaço da horta, e grande parte contribui nas tarefas domésticas e cuidado com netos/as, bisnetos/as.

Dessa maneira, o MMC/RS entende que esses elementos da opressão são complexos e difíceis de serem identificados e refletidos, em uma perspectiva de mudança. São elementos tão fortes que se fazem invisíveis, a ponto de legitimar, elaborar e romantizar o papel das mulheres na cultura de exploração e na superexploração da vida e do trabalho. Por isso, as mulheres também acabam sendo reprodutoras da cultura patriarcal.

Assim, muitas mulheres feministas entendem como uma necessidade a luta de gênero, contestando a dominação e a exploração masculina, em uma perspectiva de afirmação de que se podem construir relações diferentes entre as pessoas, pautando estratégias de luta para a construção de uma sociedade igualitária.

De outro lado, as camponesas afirmam que se faz necessário associar a luta de gênero à de classe para que se possa, efetivamente: “construir una sociedad nueva con ombres y mujeres igualmente nuevos en sus relaciones, valorizando, preservando y protegiendo la vida en todas sus dimensiones” (Cartilla Género, Clase y Proyecto Popular, Comprender más para luchar mejor, 2004, p. 12).

### 3.2 - Gênero, classe e patriarcado

Seguindo um resgate teórico sobre gênero, neste texto o conceito é entendido de maneira muito mais ampla do que o conceito de patriarcado, na medida em que, no

patriarcado, as relações são hierarquizadas, enquanto o gênero também compreende as relações igualitárias.

(...) com relação ao patriarcado, neste as relações são hierarquizadas entre os seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também as relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, sendo o patriarcado, em termos históricos, um recém-nascido. (SAFFIOTI, 2004, p. 119).

Do ponto de vista histórico, segundo Saffioti, o patriarcado expande-se para além da ordem de gênero, incluindo todas as áreas da vida e de convivência social. Pode ser considerado como uma hierarquia histórica e cultural em que as mulheres, de um lugar de destaque, passaram a ser consideradas inferiores, e, assim, elas mesmas foram colocadas - em boa medida - a aceitarem e reproduzirem essa “ordem” como verdade.

Lagarde (2011) nos ajuda na caracterização de modo mais detalhado: segundo a autora, o patriarcado é baseado no antagonismo genérico fundado enquanto concepção de mundo, norma, linguagem e instituições para o domínio dos homens e a opressão das mulheres; na clivagem do gênero feminino como produto da inimizade histórica entre as mulheres; no machismo cultural em que a inferiorização das mulheres é produto de sua opressão e na exaltação do masculino, produto de sua virilidade. Ademais, a autora destaca que o patriarcado não se limita à opressão feminina, mas, a todos considerados inferiores na hierarquia, seja de sexo, exercício da sexualidade, raça/etnia, religiosidade, idade, etc.

O patriarcado se sustenta no controle do corpo e da vida das mulheres, bem como no medo, formando um círculo vicioso causador de sofrimento, inclusive para os homens. Segundo Saffioti:

Há muito tempo, afirmou-se que os homens ignoram o altíssimo preço, inclusive emocional (mas não só), que pagam pela amputação de facetas de suas personalidades, da exploração-dominação que exercem sobre as mulheres. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente controle e medo (SAFFIOTI, 2004, p.121).

De acordo com Gebara (2002), de forma geral os estudos da história partem do patriarcalismo como se as mulheres não tivessem outra história, anterior a esta, que desgraçadamente fez as mulheres acreditarem em uma suposta incapacidade e docilidade: mulheres/seres frágeis, culpadas pelos pecados dos homens e, portanto, inferiores a eles. Então, romper com a denominação e o lugar destinado às mulheres como seres de segunda

ordem tem sido uma das saídas apontadas pelas Organizações específicas de mulheres ao redor do mundo, na contemporaneidade.

Negando a sociedade patriarcal, atrelada a discussão de emancipação das mulheres na utilização do conceito de gênero, alguns Movimentos de Mulheres, dentre eles o MMC/RS agrega o elemento de classe. Estas categorias têm gêneses e histórias distintas:

(...) datando o gênero do início da humanidade, há cerca de 250 a 300 mil anos e, sendo as classes sociais propriamente ditas um fenômeno inextricavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial deste modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

De acordo com Karl Marx (28ª edição, 2011), a classe social é definida por dois aspectos centrais que estão relacionados entre si. O primeiro aspecto diz respeito à posição ou ao lugar que as pessoas e os países ocupam em relação aos meios de produção. O segundo pela organização e luta das pessoas e dos países na defesa de seus interesses.

Neste sentido há uma dicotomia entre classes sociais no modo de produção capitalista, divididas entre quem detém os meios de produção (ricos ou burguesia) e os que possuem a força de trabalho (pobres ou classe trabalhadora) e a vendem para os donos dos meios de produção.

Quando falamos em ricos e pobres, estamos dizendo que há duas classes sociais distintas uma da outra. Estas duas classes trilham caminhos opostos, uma explorando e acumulando riquezas e, a outra, que vive para trabalhar sendo explorada. Na sociedade capitalista em que vivemos, essas diferenças de classes se acentuam cada vez mais, inclusive baseado em um “modelo” de economia, basta olharmos para o aumento de pobres e miseráveis no mundo. Os ricos são chamados de burgueses e os pobres de classe trabalhadora, embora não haja trabalho remunerado para todos (as) (Cartilha Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas, 2012, p.06).

Esse modelo de sociedade baseada em exploração de classe e opressão de gênero se explicita de forma diferente. No campesinato, ainda quem define o que vai produzir, em grande medida, são os camponeses e as camponesas, possuindo certa autonomia de decisão na produção, identificando-se com aquilo que é produzido - fruto do trabalho da família que também detém a posse da terra. No meio urbano, exceto em experiências de economia solidária, a decisão do que produzir já foi tomada pelo dono da fábrica ou empresa, baseada nas necessidades do mercado. Os trabalhadores/as não se reconhecem naquilo que produziram de forma parcial, não sendo donos do produto, muito menos da fábrica.



As classes sociais se apresentam de formas diferenciadas em realidades diferentes, mas a opressão de gênero é semelhante em qualquer das realidades. O que diferencia é a posição de classe que a mulher, nesse caso, ocupa. Ser mulher rica é vivenciar situações de opressão e violência diferentes das mulheres pobres, negras e camponesas.

Por isso, movimentos de mulheres, dentre eles o MMC/RS, defendem a integração dos conceitos de gênero e classe, na necessidade de organização e luta contra as mais diversas formas de opressão, discriminação e violência praticadas contra as mulheres. Entendem que a opressão de gênero é muito mais intensa sobre a classe trabalhadora e que somente de forma organizada é possível (aos poucos) ir entendendo os mecanismos de opressão e superando-os.

Dessa forma, as mulheres camponesas, pertencentes à classe trabalhadora, contestam a partir de sua posição social os direitos das mulheres, incorporando as dimensões de gênero e classe, afirmando em seus materiais e práticas que:

É com alegria que o MMTR/RS oferece a você este caderno de formação nº 1: Gênero, Classe e Projeto Popular: Compreender mais para Lutar Melhor. Este deve contribuir no debate que vem sendo feito pelo movimento sobre a necessidade de transformar a sociedade capitalista e as relações entre homens e mulheres, construindo um Projeto Popular para o Brasil, na perspectiva socialista (Apresentação da cartilha gênero, classe e projeto popular, novembro de 2001).

Assim, além de compreender a construção de gênero, também se afirma que essa construção acontece de maneira diferente, conforme a posição social que se ocupa. Por ser uma construção social, presente na cultura das relações, se faz necessário, segundo os autores acima, entender os mecanismos de opressão e transformar as relações entre as pessoas. Isso aconteceria de maneira gradual e cotidiana, mas também geral, por meio da construção política de um projeto popular para o Brasil, visto que a opressão de gênero e a classe social se misturam e se fortalecem na atual forma de organização da sociedade capitalista.

### 3.3 - Gênero e feminismo

Para finalizar as categorias abordadas na relação e na conceituação com gênero, se faz de comum importância discutir o feminismo, por entender que ambos se complementam. Gênero não implica necessariamente desigualdade ou poder e nem aponta a parte oprimida, o que é acrescido no debate feminista que contesta a dominação e exploração masculina.

Conforme Ivone Gebara (2011, p.13) “Com o feminismo, começamos a perceber que essas relações são eivadas de poder, eivadas de interesses, eivadas de dominação”. Ainda, “movimento feminista, significa um movimento social e político, uma postura em relação ao direito das mulheres” (2011, p. 14).

No que concerne ao debate feminista no Brasil esta concepção é discutida especialmente nos séculos XIX e XX por iniciativa das mulheres urbanas da classe média, em uma proposição de ideais libertários e igualitários.

Partindo da análise de relações de opressão de gênero, o feminismo pode ser considerado em uma ação individual, coletiva e política das mulheres, que as toma como sujeitos históricos da transformação coletiva e individual da condição social a que estão submetidas.

Segundo alguns estudos, o movimento feminista é bastante difuso e múltiplo. Vivenciou diferentes períodos, ou ondas. No Brasil, a primeira delas é situada do final do século XIX até 1932; a segunda “onda” pode ser descrita como pós 1968 e a terceira, relacionada de 1980 até os dias atuais.

No entanto, essas fases do feminismo brasileiro têm ligação com debates internacionais das mulheres sobre suas vidas, embora expressas de maneiras diferentes em cada local, especialmente devido às conjunturas políticas dos países.

A primeira fase, também elaborada por algumas feministas como Feminismo Liberal, surge com a Revolução Francesa. Dentre os textos fundadores, destaca-se a obra de Mary Wollstonecraft “A Vindication of the Rights of Woman”<sup>17</sup>, publicada em 1792, em Londres. Nessa obra, se reivindicava a extensão dos direitos políticos às mulheres - que até então eram somente para os homens - por meio da inclusão no campo da cidadania.

Assim, as principais reivindicações das mulheres eram o acesso aos direitos políticos desenhados pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões ligadas à família (proteção à maternidade) e ao trabalho. Nessa época, na Europa, as mulheres tinham seu estatuto social semelhante aos dos escravos.

No Brasil, no início do século XIX, as mulheres (em sua maioria), viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas em uma rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que foi a de aprender a ler e escrever, até então reservada ao sexo masculino.

---

<sup>17</sup> A reivindicação dos direitos da mulher.

Destaca-se, nesse momento, Nísia Floresta, nascida no Rio Grande do Norte e considerada a primeira feminista brasileira a romper com os limites do espaço privado, publicando textos em jornais da grande imprensa. Em 1832, publica a obra “Direito das mulheres e injustiça dos homens”.

Em outras obras feministas, são trazidos elementos que afirmam que essa primeira onda feminista no Brasil teve três tendências ou vertentes predominantes. A primeira delas, segundo estudos de Céli Regina Jardim Pinto (2003), teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz, de caráter conservador e sem questionamentos sobre a opressão da mulher. Nesse sentido, a luta era pautada pela inclusão e pelo acesso das mulheres à cidadania para o bom andamento da sociedade, e não se buscava uma mudança nas relações sociais de gênero.

A segunda tendência é marcada por uma gama heterogênea de mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, que além do debate político sobre as mulheres, também defendiam o direito à educação e falavam em dominação masculina, abordando temas como sexualidade e divórcio. Já a terceira vertente está ligada ao movimento anarquista e ao partido comunista, tendo como referência Maria Lacerda de Moura.

Segundo registros, com o golpe de 1937 ocorre um grande refluxo dos movimentos feministas que só reaparecem, no Brasil, em 1970.

Nesse período, internacionalmente aflora uma segunda onda feminista nos anos 1960 e 1970. Tal fase é marcada pela ruptura com o feminismo liberal e pela reelaboração de novas bases teóricas feministas que, agora, passam a ser referenciadas pelo feminismo radical. Essa ruptura ocorre por uma série de fatores, dentre eles a conjuntura de governo dos países.

No Brasil, essa fase se apresenta durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, ditador e nacionalista, o que fez com que as feministas brasileiras tivessem a necessidade de contato com outras mulheres de fora do país, inclusive do exílio. Isso fez com que o feminismo brasileiro tivesse a influência dos debates feministas da Europa e dos Estados Unidos que viviam cenários de grande efervescência política, de mudança e questionamento a costumes e transformação cultural.

Pela conjuntura desse momento, no Brasil não foi possível a existência de um movimento de libertação radicalizado. Destaques para esse período foram: o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros em 1972; o ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU em 1975, ocorrendo no Brasil um evento organizado por grupos informais de mulheres para comemorar essa data - o qual foi realizado no Rio de Janeiro com o tema “O papel e o comportamento da mulher na realidade

brasileira” - e a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; em 1975, se organizou o Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini e, ainda, houve uma participação maior das mulheres nos partidos de esquerda e nos sindicatos.

Segundo registros, outro destaque para esse período é o fato de que as mulheres exiladas pela ditadura brasileira, nos Estados Unidos e na Europa, estavam retornando para o Brasil, trazendo uma nova forma de pensar a vida e a condição de mulher, questionando os papéis de mães, companheiras e esposas submissas e dóceis.

Com a redemocratização, em 1980, o Movimento feminista rediscute seu papel e suas funções, inclusive sua relação com os governos democráticos, e a pauta passa a ser a luta pelos direitos sociais inclusos nas políticas públicas.

Nesse momento, se organizam grupos feministas temáticos e se desenvolve um feminismo acadêmico, tendo como base o Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação, realizadas em grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher.

Já a partir de 1985, as feministas começam a discutir a questão da violência contra as mulheres e são criadas delegacias especializadas. Ainda, ocorre a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, que envolvia três temas: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

Na terceira “onda” do feminismo no Brasil, ocorrem mudanças significativas em sua concepção e formas de pensamento, a partir dos anos de 1990 até os dias atuais.

Dentre outras mudanças, a primeira ocorre no âmbito da dissociação entre o pensamento feminista e o movimento feminista. A segunda refere-se à organização de grande número de ONGS feministas, de maneira a garantir a representatividade pública do feminismo neste século.

Como se percebe, na descrição acima, existem diferentes formas de entender o feminismo, que desde sua origem já possui diferentes correntes teóricas ou formas de concebê-lo. Por isso, muitos/as autores/as trabalham com o termo de feminismos no plural e afirmam, ainda, que estudar uma corrente feminista requer percebê-la inserida em um contexto histórico, com contornos e desdobramentos temporais e espaciais, articulados às especificidades locais, permanências e rupturas, continuidades e descontinuidades ao longo de sua trajetória.

Para esse estudo, acredita-se ser necessário conhecer um pouco melhor algumas das principais vertentes feministas, buscando perceber, ao final, o que o MMC/RS absorve de cada uma delas.

Os elementos descritos abaixo são fonte de pesquisa em sites e textos. Pela amplitude da discussão, podem ter leituras diferenciadas, inclusive porque a maioria das literaturas encontradas sobre o tema é escrita em língua estrangeira.

### 3. 3.1 - Algumas correntes teóricas do Feminismo

#### Ecofeminismo:

Termo originalmente construído pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em 1974, também utilizado e aprofundado pela indiana Vandana Shiva. Traduz uma síntese que junta a questão ambiental, ecológica e o feminismo.

Busca o fim de todas as formas de opressão, discutindo a questão das mulheres com recorte de classe. Relaciona a dominação por raça, gênero, classe social e dominação da natureza. Busca igualmente o resgate do ser, em um convívio sem dominante e dominado, em que há complementação e nunca exploração.

Nessa concepção, o entendimento é de que há uma ligação muito forte entre as mulheres e a natureza. Reconhece que foram as mulheres as primeiras a reagir contra a destruição ambiental, pela ligação que possuem com a reprodução da vida.

Traz em sua análise que as mulheres por todo o mundo sentem a mesma fúria e ansiedade, o mesmo sentimento de responsabilidade em preservar as bases da vida e de pôr um fim às raízes de sua opressão. O que uniria todas as mulheres seria o sentimento de solidariedade entre os povos e as nações.

Uma perspectiva ecofeminista apresenta a necessidade da existência de uma:

(...) nova cosmologia, que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos (...). Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam metáforas como "re-tecer o mundo", "curar as feridas", re-ligar e interligar a "teia". Este esforço para criar uma cosmologia a partir da antropologia holística, abrangendo toda a vida, deve implicar necessariamente em um conceito de liberdade diferente do utilizado no Iluminismo. (SHIVA, 1994. pag. 15).

#### Anarcafeminismo:

A teoria anarcafeminista surge durante a "segunda onda" do movimento feminista, iniciada no final dos anos 1960. Entretanto, o movimento é associado a autoras do início do século XX, como Emma Goldman e Voltairine de Cleyre, bem como algumas autoras da "primeira onda", como Mary Wollstonecraft. No Brasil, a anarquista feminista mais conhecida foi Maria Lacerda de Moura.

Essa corrente filosófica se opõe a todos os tipos de hierarquia, dedicando maior atenção ao debate sobre a desigualdade existente entre os sexos. Acreditam que as mulheres constituem a classe mais explorada pelo capitalismo, porque seu trabalho doméstico e de reprodução é considerado sem valor econômico.

Conceituam patriarcado como a exploração e a dominação da mulher. Este é o principal alvo de seu ativismo.

Segundo essa concepção, a desigualdade entre os sexos é o principal entrave para que homens e mulheres da classe trabalhadora possam se unir e lutar pelos seus interesses comuns.

O anarcafeminismo se diferencia do feminismo liberal por considerar que direitos conquistados dentro da sociedade capitalista serão sempre superficiais, visto que só poderão ser desfrutados integralmente pela classe dominante.

#### Feminismo liberal:

Essa corrente de pensamento pode ser caracterizada por uma forma moderna de feminismo. Parte da premissa de que a liberdade é um valor fundamental. É caracterizada pela crença de que as próprias mulheres, individualmente, têm o poder de alcançar a igualdade, no exercício da autonomia pessoal. Atua sobre a sociedade para integrar a mulher à sua estrutura e calca sua ação sobre a teoria do contrato social do governo instituído pela Revolução Americana.

Defendem que, para alterar a condição feminina na sociedade, é preciso mudar as leis existentes que são desfavoráveis às mulheres. Suas precursoras são Betty Friedan, dita mãe do feminismo moderno, a escritora Naomi Wolf e a jornalista Susan Faludi.

#### Feminismo radical:

Dentre os principais pressupostos teóricos dessa corrente feminista, estão as autoras Shulamith Firestone, com obra “A Dialética do Sexo”, de 1970; Kate Millet, com “Política Sexual”; Elizabete Rodrigues da Silva e a francesa Simone de Beauvoir em o “Segundo Sexo”, publicado em 1949. Essas obras discutiram âmbitos diferentes das origens da opressão feminina. No entanto, em todos os casos se descartou a possibilidade de explicação biológica da opressão de gênero. Assenta-se na afirmação de que a raiz da desigualdade imposta sobre as mulheres na sociedade é o patriarcado, na dominação do homem sobre a mulher.

Segundo estudos de Elizabete Rodrigues da Silva (2009), para essas feministas a teoria do patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão

feminina, e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam, em essência, diferentes.

Diante disso, para vencer a opressão das mulheres, defende-se que não basta concentrar esforços na busca de explicações sobre as diferenças entre os sexos ou sobre a subordinação das mulheres, mas que as mulheres precisam juntar suas forças na luta contra os homens, rejeitando o Estado e todas as instituições formais, produtos dos homens, logo, de caráter patriarcal.

Por isso, tiveram como pauta ativa a política de resistência e a contestação em todo o mundo, a defesa da legalização do divórcio e da aceitação dos chamados filhos “ilegítimos”; reivindicações de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras; a defesa de que as mulheres tivessem controle sobre seu próprio corpo (questões reprodutivas e descriminalização do aborto); a defesa da criminalização da violência praticada contra as mulheres; a luta pela politização da esfera pública e pela implantação de casas de acolhimento às mulheres em condições de risco; e a organização de grupos de autoconsciência e de autoconhecimento.

Dentre muitas ações, as feministas radicais queimaram sutiãs em praça pública, sabotaram comissões de peritos sobre o aborto, criaram espaços próprios de autoajuda e estudo, desenvolveram uma saúde ginecológica não patriarcal, motivando as mulheres a conhecerem seu próprio corpo. Também fundaram centros para atender e defender mulheres maltratadas pelos maridos.

Esse movimento questiona a separação entre o público e o privado, afirmando que o pessoal também é político.

### Feminismo socialista:

Tem como bases teóricas Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo (Alemanha) e Alexandra Kollontai (Rússia), as quais partem da premissa de que se deve forjar um grande e poderoso movimento feminino, fundado sobre as práticas orientadas pela teoria marxista e ligadas ao partido comunista.

Segundo estudos de Vanessa Cristina Santos Matos (2009), esse Movimento Feminista Socialista surge da realidade de exploração de classe (trabalhadora) e opressão de gênero (mulheres). Faz a articulação das lutas feministas e socialistas pela emancipação das relações humanas. Tem como objetivo estratégico a conquista da igualdade na diversidade, suprimindo

as desigualdades de classe e as relações hierárquicas de gênero, na implementação de uma nova sociedade.

Tal movimento baseava-se nos referenciais marxistas para construir a sua intervenção política, a partir de um programa que englobasse os direitos das mulheres, o voto e a sexualidade. Acreditavam, no entanto, que essas conquistas não eram suficientes para a superação das contradições de classe e para a verdadeira emancipação das mulheres.

Segundo registros, um dos marcos fortes dessa corrente teórica foram as mulheres que participaram ativamente do processo revolucionário da Comuna de Paris em 1871. Elas perceberam, pela prática, que a luta começa dentro de casa, pois, os homens não estavam dispostos a abrir mão de seus privilégios.

Dessa forma, foram entendendo que a luta contra o inimigo de classe (sistema capitalista) não significaria necessariamente a emancipação das mulheres na sociedade e que sua libertação seria fruto da própria luta organizada, tanto em casa quanto fora dela.

As feministas socialistas faziam a leitura da realidade a partir de elementos da sociedade capitalista (burguesa), identificando-a como suporte central para explicar a exploração e a opressão da mulher. Concebiam as relações desiguais como consequência direta da consolidação da propriedade privada e, assim, das contradições de classes.

Defendiam a incorporação da mulher na produção social e o fim da propriedade dos meios de produção, por meio da sua substituição para a propriedade social, um mecanismo que criaria as bases para a libertação das mulheres.

Essas feministas acreditavam que o inimigo comum da classe trabalhadora era o sistema capitalista e, enquanto mulheres, defendiam sua autonomia e a auto-organização.

Dentre os espaços em que essa discussão foi difundida, está a academia, por ser considerado um espaço estratégico para a luta das mulheres, uma vez que constrói conhecimento e reproduz discursos que justificam o poder dos homens sobre as mulheres, invisibilizando-as e reforçando estereótipos que reforçam sua exclusão.

Ainda, segundo o artigo elaborado por Vanessa Cristina Santos Matos (2009), essa teoria - baseada na análise marxista - permite o estudo da dupla opressão da mulher, em uma análise de classe, necessária para o estudo do poder, em um exercício de leitura histórica e dialética.

A partir desses referenciais, foi construído o 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, proposto por Clara Zetkin, no II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado em 1910 em Copenhague, na Dinamarca.



### Feminismo materialista:

Pensamento feminista radical, desenvolvido na França em 1970. Boa parte de seus fundamentos foram elaborados pela italiana Paola Tabet.

Surge no calor do movimento social de libertação das mulheres, com um pequeno grupo feminista radical do movimento francês que, com um conjunto teórico denso, permitiu dar conta de discutir e entender a opressão das mulheres a partir do recorte de classe social. Faz uma crítica radical à ligação naturalista da opressão feminina.

A questão central de seu pensamento é que homens e mulheres não são um grupo natural, biológico ou hormonal. Sua identidade é definida pela tradição, cultura e ideologia, em uma relação material, social, concreta e histórica.

É uma teoria pouco conhecida, segundo Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathie, devido a algumas questões. A primeira delas é que é uma teoria acadêmica, e por isso restrita ao acesso e ao conhecimento de muitas mulheres; a segunda pode ser o problema das traduções e o acesso a elas; a terceira hipótese é o cunho revolucionário dessa análise, que ameaça diretamente o poder e os privilégios masculinos e (em parte) de muitas mulheres. Vai muito além da exigência de uma simples valorização do feminino, sem questionar a suposta complementariedade (homem e mulher se completam) entre os sexos e muito menos a sua suposta existência natural.

Esse pensamento considera que as relações sociais que constituem a classe social das mulheres frente à classe social dos homens, em uma relação antagônica, em uma oposição de interesses, cuja resolução pressupõe o fim da exploração e o desaparecimento das mulheres e dos homens como classe.

As seguidoras dessa teoria acreditam que ela seja uma ferramenta crítica importante para combater a opressão e exploração das mulheres, analisando e desvelando os mecanismos do sistema patriarcal nas suas variadas configurações históricas e culturais para combatê-lo.

### Feminismo Camponês:

Movimentos Sociais do Campo, especialmente o MMC/RS, vêm partilhando mais uma categoria feminista, que é denominado feminismo camponês. Para as camponesas, essa forma de perceber o feminismo partilha de elementos de algumas das concepções descritas acima.

O MMC possui poucas elaborações sobre o assunto. O que se afirma é que o Movimento não se aproxima unicamente de uma ou de outra vertente feminista, mas bebe um pouco em cada uma.

Dessa forma, se percebe, nas escritas e em suas práticas, que o MMC/RS exercita o debate feminista com um viés de afirmação da ligação diferenciada das mulheres com o ambiente (ecofeminismo) e de que não se pode falar em feminismo sem fazer um recorte de classe (trabalhadora) e gênero (feminismo socialista).

De fato, as discussões feministas no Brasil têm origem com as mulheres da classe média. No entanto, o entendimento do Movimento é de que são as mulheres pobres as mais atingidas pelas relações desiguais de gênero.

Portanto, para falar em feminismo, segundo o MMC/RS, deve-se partir da crítica à sociedade capitalista (feminismo socialista) e patriarcal (anarcafeminismo e feminismo radical) produtora das desigualdades e de relações doentes entre as pessoas. Busca a construção de novas relações entre as pessoas e com o ambiente (ecofeminismo).

Ainda as camponesas afirmam que as mulheres são construídas enquanto mulheres em uma relação social, concreta, material e histórica. A superação dessa condição de opressão, para o MMC/RS, será fruto da luta coletiva e organizada, acabando com as relações hierárquicas de gênero e implementando uma nova sociedade, iniciada dentro de casa.

As camponesas ainda fazem o exercício de proporcionar momentos de estudo para as mulheres conhecerem seu próprio corpo, segundo uma análise de integralidade do ser humano. Afirmam que as mulheres camponesas lutam por uma necessidade pessoal concreta, e também pelo sentimento de solidariedade. Isso dialoga com uma perspectiva feminista que entende que a reprodução da opressão sobre as mulheres não deve dar-se no seu quintal e nem no quintal da vizinha, ou ainda que “em briga de marido e mulher metemos a colher”.

Dessa forma, entendem que:

O feminismo é um movimento de luta pela libertação das mulheres contra todas as formas de opressão sofrida por elas. Por meio dele se questiona e se nega as relações patriarcais estabelecidas como naturais. Denuncia todas as formas de violência na perspectiva de construção de novas práticas (Cartilha Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas, 2012, p. 23).

Ao longo de sua história, o Movimento entende que suas práticas sempre foram feministas. No entanto, a não explicitação desse conceito no início da organização, segundo esse estudo, decorre do pouco acúmulo teórico que se tinha sobre o tema e do uso pejorativo/negativo do termo pelo conjunto da sociedade.

Atualmente, esse debate tem sido mais evidenciado no MMC/RS, tanto nas falas quanto descrito nos materiais, muito embora se perceba que as mulheres camponesas idosas

não estão profundamente convencidas de que suas práticas sejam feministas. Isso é mais tranquilo entre as mulheres mais jovens e na idade adulta, em um sentimento quase de autoafirmação.

Dessa forma, é possível dizer que o debate feminista no MMC/RS, além de ser uma construção recente, é também geracional.

### 3.4 - Gênero, classe, feminismo e o Movimento de Mulheres Camponesas/RS

As leituras dos textos anteriores possibilitam olhar para uma parte dos conceitos que ajudam a entender a base teórica do MMC/RS, ou seja, gênero, classe e feminismo. Esses textos foram importantes porque o MMC/RS, objeto deste estudo, a partir de 2004 se afirma enquanto um Movimento camponês, de classe e feminista, portanto, toda sua leitura de realidade, as lutas que propõe e as formas de se organizar perpassam por essa forma de ver o mundo.

Assim, inicia-se esta discussão tendo como pressuposto que as mulheres e suas formas de resistência contra a violência e a opressão social e masculina foram invisibilizadas pela história oficial. Pouco se sabe da sua existência e os poucos registros que existem, em sua maioria, mostraram as mulheres atreladas a elementos desastrosos, pecaminosos e desprezíveis, e que foram “alguém” porque eram esposas de um indivíduo importante ou eram santas ou mortas, sacrificadas pela causa dos outros.

No entanto, mesmo tendo longa data de afirmação dos movimentos feministas, tanto na Europa quanto no Brasil, o fato de as mulheres se organizarem nunca foi tranquilo, mesmo no interior das organizações de esquerda que, por muito tempo, acreditaram que todos os problemas das mulheres seriam resolvidos assim que fosse feita a transformação nas estruturas do modo de produção capitalista, ou mesmo que a organização específica das mulheres dividiria a luta da classe trabalhadora. Assim:

Não raro as feministas recebem o rótulo de que toda feminista é mal resolvida, é mal amada. Também não é raro que muitos ditos companheiros preferem se relacionar afetivamente com aquelas mulheres que, de certa forma, não representam ameaça para eles. O temor da palavra feminista, ainda é muito forte (GEBARA, 2001, p. 15).

Esse fato pode ser justificado pela construção social de gênero, ligada à cultura patriarcal, que ainda entende as mulheres como propriedades masculinas e menos capazes,

mesmo diante das muitas mudanças no cotidiano das ações práticas, sociais e políticas que se está vivendo na sociedade moderna.

Conforme Beauvoir:

(...) marido é o senhor, a mulher, sua propriedade. As mudanças sociais, a prática do birth-control<sup>18</sup> enfraqueceram bastante esses motivos. Mas a vontade de manter a mulher em estado de dependência perpetua as proibições de que a cercam ainda (BEAUVOIR, 1967, p.320)

Dessa forma, as mulheres que viviam a opressão, no seu cotidiano, foram aos poucos e coletivamente construindo uma leitura diferente da realidade em que estavam inseridas. Perceberam a necessidade de construir espaços de poder, com a convicção de que, para chegarem a ter voz e vez, não havia alternativa a não ser se organizarem em Movimentos específicos de mulheres.

Para as camponesas, segundo registros históricos encontrados na secretaria do Movimento, esse processo de reconhecimento de seu trabalho no campo fora uma necessidade primeira. Mesmo desempenhando as mesmas funções que os homens, socialmente esse trabalho era visto como uma “ajuda”, tão logo não era trabalho e, portanto, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural e não possuía direito e acesso a benefícios concedidos parcialmente para os homens rurais.

Segundo Maria Ignez S. Paulilo:

A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torna-las visíveis e mais valorizadas. (...) É ela (categoria trabalho) que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”. (PAULILO, 2009, página. 179)

Esse movimentar-se das camponesas na década de 1980 também é fruto de um conjunto de ações e atividades de movimentos de mulheres que vinham organizando-se na Europa na década de 1970 e se reorganizando no Brasil no período de pós-ditadura militar. Segundo pesquisa realizada pelo Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE (Copa, 1988), na Europa, os anos 1970 foram marcados por uma reação das mulheres rurais à

---

<sup>18</sup> Pílula anticoncepcional.

dureza de seu trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem mais que “donas de casa”. No Brasil:

No campo político, na primeira metade dos anos 80, a preocupação em melhorar as condições de vida funciona como uma alavanca que mobiliza diferentes setores sociais em prol da redemocratização da sociedade brasileira. Esse objetivo é capaz de arregimentar e estimular setores que por muito tempo têm agido separadamente. (...) ocorre a união entre grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado. Vários desses grupos chegam, por caminhos diferentes, à necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho (GIULANI, 2010, p. 651).

Assim, nos anos 1980 dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres como “profissionais da agricultura”. Paulilo (2009, p.181) segue afirmando que “é nesses anos que surge no Sul o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que, mais tarde, se expandiria para todo o país”.

Ainda, Paola Cappellin Giuliani acrescenta que:

A vontade de articular os dois mundos é expressa na escolha do nome de seus grupos: Movimento de Mulheres Trabalhadoras, expressão que une os dois papéis que até pouco tempo eram considerados opostos quanto ao presumido bem-estar da família. Essa escolha expressa também a vontade de reagir a algumas vertentes políticas do movimento operário: aquelas que consideram fundamental o problema das desigualdades sociais e secundárias as diferenças de gênero (GIULANI, 2010, P. 651).

Dessa forma, a participação das mulheres trabalhadoras rurais enquanto Movimento se constrói a partir da necessidade da conquista de direitos, do reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais e do trabalho realizado pelas mulheres, especialmente na década de 1980.

Constam em registros do MMC/RS que, inicialmente, as mulheres da roça atuavam em Movimentos, Pastorais e Organizações Sociais mistas. No entanto, suas demandas de mulheres não eram reconhecidas, valorizadas ou mesmo encaminhadas.

Essa afirmação fica clara na fala da Coordenadora da Comissão Nacional da Mulher da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1989, registrada no livro História das Mulheres no Brasil, organizado por Mary Del Priori.

As relações entre sindicato e as mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho, desde o início do processo de industrialização, e atuação destacada na luta operária, os sindicatos não as incorporaram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores. (...) O sindicalismo tem que

caminhar para que se consolide como defensor ardoroso da luta contra a opressão e colocar em prática as importantes resoluções, tem que conferir respeitabilidade política às demandas trazidas pelas mulheres, tem que abandonar de uma vez por todas o fantasma da divisão da classe trabalhadora supostamente promovida pelo feminismo e, assumir, sem reserva, que a luta contra a opressão é parte fundamental da nossa luta (PRIORI, 2010, p. 650-651).

Por esse conjunto de elementos, vinculados à historicidade e à conjuntura de abertura política no período de pós-ditadura militar, aliada às discussões em torno da Constituição Federal de 1988, as mulheres do campo no Estado do Rio Grande do Sul se organizam, inicialmente na Organização da Mulher da Roça (OMR) em 1983; posteriormente, no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR RS) em 1989 e no MMC/RS, a partir de 2004.

(...) A condição de vida a que estavam submetidas as mulheres camponesas: a sobrecarga de trabalho, o não reconhecimento e não valorização, a violência, a exploração e a discriminação, são o núcleo de emergência da Organização das Mulheres da Roça, embrião do que viria a ser mais tarde o MMTR RS, que, por sua vez, compõe o MMC Brasil (CONTE, DARON e MARTINS, 2009, p. 94).

Paulilo ainda acresce:

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. (...) Temos que levar em conta que classe e gênero são construções, representações (PAULILO, 2009, P. 192).

Pautada pela necessidade de reconhecimento do trabalho e da profissão de trabalhadora rural, atrelada a discussões de gênero, segundo documentos da secretaria estadual do MMC/RS, a OMR é articulada a partir de 1983. Nesse período, as mulheres da roça construíram sua organização no norte do Estado do RS.

No livro “Mulheres Resistência e Luta em Defesa da Vida”, organizado por Conceição Paludo, fica evidente a necessidade de as mulheres se organizarem em busca de um poder que lhes fora historicamente negado. Sendo assim, “A OMR é construída justamente pelo entendimento de que as mulheres devem participar e comandar, desenvolvendo seu papel político na sociedade, deixando para trás o “ser menos”, para serem sujeitos da história”. (Mulheres, Resistência e Luta em Defesa da Vida, 2009, p.97).

Segundo relato das camponesas nesse período de grande efervescência da luta popular, muitas marchas e viagens foram realizadas até Brasília, assim como encontrões de estudo nas grandes regiões do estado do RS, com coleta de assinaturas e recursos para manter a Organização em pé e garantir as conquistas na constituição de 1988.

Conforme documentos e testemunhos de militantes do MMC/RS, ao longo dos anos constrói-se a necessidade de um Movimento Social que representasse os muitos anseios das trabalhadoras rurais, construído como um espaço próprio e autônomo que as identificasse.

Nesse processo de lutas é que se firmou a construção do movimento autônomo de mulheres. Refletindo e cantando músicas como ‘pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher’, ‘entrei na luta, da luta eu não fujo, pelos direitos da luta eu não fujo, pela igualdade, da luta eu não fujo, pra construir uma nova sociedade’ e participando das lutas e dos momentos de formação, as mulheres trabalhadoras alimentavam-se de uma forte mística e convicção, que lhes dava forças para enfrentar a dureza da sua realidade e das lutas que vinham travando como organização. O movimento foi sendo espaço aglutinador de milhares de vozes femininas ocultadas e silenciadas por uma sociedade machista burguesa (DARON, 2003, p. 66).

Dessa forma, a construção do MMTR/RS ocorre oficialmente em 1989, quando da realização do primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS.

Conforme analisa PALUDO (2002), a trajetória do MMTR/RS pode ser caracterizada em três momentos centrais: a) a sua constituição, inserida no bojo das lutas sociais populares de resistência no Brasil; b) a busca dos direitos, valorização e participação, opção pelo movimento autônomo; c) gênero, classe e projeto popular: síntese da identidade.

A partir dessa marca, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, além das lutas pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural<sup>19</sup> e acesso a direitos, discute também relações de gênero, cidadania, saúde integral e de qualidade. Soma-se a isso a discussão de projeto de agricultura e modelo de sociedade mais justo e igualitário.

Segundo Stephen,

(...) as preocupações iniciais do MMTR eram relacionadas com a saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas... Se os primeiros objetivos eram semelhantes, as mudanças de rumo também o foram, pois “mesmo que ainda firmemente enraizado em uma análise que ressalta o lugar da classe

<sup>19</sup> Até a constituição de 1988, as mulheres do campo não tinham profissão reconhecida, portanto não tinham acesso a direitos como salário maternidade, auxílio acidente de trabalho, aposentadoria. Aposentavam-se aos 70 anos ou quando o marido falecesse e com meio salário mínimo

trabalhadora...” na estrutura econômica capitalista, o MMTR aos poucos tem trabalhado com mais ênfase os aspectos culturais e sociais das diferenças referentes a gênero no Brasil (STEPHEN, 1996, p.36-7).

No entanto, os relatos das camponesas demonstram que era necessário ir além, visto que a opressão sobre as mulheres era nacional e internacional, fruto de um modelo de sociedade capitalista e patriarcal.

Dessa forma, para se chegar à identidade de Movimento social, popular, de classe, feminista, camponês e nacional houve muita reflexão forçada pela materialidade colocada.

Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), participação política entre outras. Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional. E esta consolidação acontece após muitos debates e discussões, com 1.500 mulheres reunidas em Brasília durante o I congresso nacional do MMC em março de 2004.  
(Texto Base: Uma Afirmação de Muitas Histórias, MMC Brasil 2004)

Sendo assim, em março de 2004, por ocasião da realização do I Congresso Nacional, é fundado oficialmente o MMC do Brasil.

Atualmente, o MMC é um Movimento social nacional, autônomo, de mulheres do campo, organizado em 23 estados do Brasil. Compõe a Via Campesina do Brasil. Nessa organização, segundo os materiais estudados, são as próprias mulheres que pensam e vivem o jeito de fazer movimento, desde os grupos nas comunidades até as instâncias de direção nacional.

O MMC possui uma trajetória de mais de 20 anos de organização das mulheres trabalhadoras rurais no estado do Rio Grande do Sul. Nesse Estado, há uma organicidade que permite que as camponesas participem de instâncias locais, regionais, estaduais e nacionais, experimentando novas formas e jeitos de se fazer Movimento. Essas instâncias devem responder às necessidades do Movimento, que entende sua organicidade como dois sentidos que se entrelaçam e se completam.



Capacidade de fazer com que as discussões e orientações percorram todo o corpo da organização, de forma permanente, desde o grupo de base até a direção estadual, mantendo a mesma sintonia. Jeito de organizar o movimento para que ele cumpra sua missão, lutando pelos interesses imediatos e pela transformação social. A estrutura dá sustentação ao trabalho e atende às necessidades das mulheres, contribuindo com a execução do planejamento. (Cartilha Resoluções da 6ª Assembleia Estadual do MMC-RS, 2005. p.23).

Dessa forma, as mulheres que fazem parte do MMC/RS se organizam a partir de grupos localizados nas comunidades rurais, que são denominados de grupos de base. Ainda há mulheres que não fazem parte de grupos, mas fazem parte do Movimento porque compartilham da sua concepção.

Nesses grupos, as mulheres se reúnem periodicamente para ler materiais, conversar sobre seus problemas e suas vidas, bem como planejar as ações do Movimento desde sua comunidade e município. A vivência no Movimento tem mostrado que esse espaço é de extrema importância educativa, uma vez que as mulheres solidificam laços de solidariedade, de partilha e de ajuda mútua na superação de seus problemas e dificuldades.

É importante registrar que as mulheres que participam desses grupos não se reúnem enquanto trabalhadoras somente, mas enquanto cidadãs-excluídas, ou usuárias mal atendidas dos serviços públicos essenciais. O ritmo e a intensidade de mobilização diferem de região para região, mas permanece claro que em todos os grupos as mulheres reivindicam direitos e não favores (GIULANI, Paola Cappellin, 2010, p. 648).

Além dos grupos, as mulheres se articulam em regiões no Estado do Rio Grande de Sul, totalizando um número de 10, sendo elas: Palmeira das Missões, Cruz Alta, Celeiro, Missões I, Missões II, Altos da Serra, Santa Maria, Planalto, Litoral e Vale do Rio Pardo. As mulheres dos municípios dessas regiões possuem suas coordenações. Dessas regiões/coordenações, saem representantes que compõem uma coordenação estadual. Nesse espaço, são escolhidas algumas mulheres que terão como responsabilidade, por um tempo determinado, fazer parte da coordenação e da direção nacionais.

Conforme a cartilha Resoluções da 6ª Assembleia<sup>20</sup> Estadual do MMC-RS (2005), a coordenação organiza seus trabalhos, estabelece as linhas de ação em que mulheres se distribuem e assumem tarefas específicas, com os seguintes objetivos:

---

<sup>20</sup> A Assembleia Estadual do MMC-RS é a instância máxima de decisão do Movimento no Estado. Reúne mulheres das regiões e simpatizantes que realizam processos preparatórios de estudo sobre a realidade, propondo e apresentando demandas durante a Assembleia que terão a vigência de períodos estabelecidos pelas camponesas.

- Acesso aos direitos e lutas: construir o processo de luta permanente do MMC, a partir das necessidades das mulheres camponesas.
- Promoção e resistência camponesa: dinamizar e implementar ações de resistência camponesa e feminista em defesa da vida.
- Formação – Escola da Mulher: garantir um processo de formação, capacitação e qualificação das mulheres camponesas, nos vários níveis, dando ênfase ao político-ideológico e à formação de militantes.
- Ampliação e fortalecimento: ampliar e fortalecer o MMC, nos grupos de base, municípios, regiões, estado e á nível nacional, envolvendo e comprometendo mais mulheres na luta.
- Estrutura e funcionamento: garantir a estrutura necessária para dar suporte às linhas de ação e funcionamento do MMC.
- Comunicação: garantir o fluxo de informações interno e externo, divulgando e dando visibilidade ao MMC.
- Relação com outros movimentos e organizações: fortalecer e ampliar as relações com outros movimentos e organizações que lutam para a concretização do Projeto Popular para o Brasil.

Destaca-se que, atualmente, nenhuma dessas tarefas é remunerada. As mulheres que as assumem são camponesas que, por sua militância, desenvolvem determinadas tarefas, por um tempo determinado coletivamente.

Segundo as camponesas, essa trajetória do MMC/RS, juntamente com as discussões e práticas das novas relações, afirma que há necessidade da construção de um projeto popular de agricultura camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia, no respeito à biodiversidade e no combate a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres e a classe trabalhadora.

Segundo elaborações, as ações do MMC/RS tem sido em vista da construção cotidiana de relações diferentes com as mais variadas formas de vida e de negação a tudo aquilo que oprime e violenta as mulheres e a classe trabalhadora.

As camponesas afirmam a importância do Movimento no empoderamento das mulheres do campo, na ampliação de seus horizontes. Pautam-se no entendimento de que a vida vai além do espaço doméstico e da horta. Entendem que a condição de mulheres - construída histórica e socialmente - não pode ser um fator que as leve eternamente a viverem sob a sombra dos homens, sejam eles pais, irmãos, maridos ou companheiros.

Segundo registros, as mulheres camponesas tiveram muitas conquistas nesses anos de caminhada. O exemplo disso é o reconhecimento da profissão como trabalhadoras rurais, o acesso a direitos como aposentadoria e salário maternidade, os avanços com relação ao

combate à violência doméstica e familiar e o entendimento de que sua vida pode ser melhor indo além do espaço doméstico.

Conforme as Resoluções da 6ª Assembleia do MMC/RS:

Nossa história está enraizada na missão do MMC, fortalecida nos princípios, valores e mística das camponesas. Assim, refletimos a realidade vivenciada por nós, mulheres e homens, e a convicção de transformá-la, propomos o Projeto Popular de Agricultura Camponesa na ótica feminista e revolucionária, bem como um Projeto Popular de Sociedade para o Brasil. Para superarmos o modelo vigente precisamos nos alimentar nos avanços e conquistas que tivemos, superando os desafios e projetando novos rumos para o MMC. Reafirmamos nossas lutas centrais com seus eixos fundamentados na Mudança nas Relações Sociais de Gênero e de Classe, no Projeto Popular de Agricultura Camponesa, na Ampliação dos Direitos Sociais, no Projeto Popular para o Brasil e no Feminismo, propondo linhas de ação para alcançar as conquistas que desejamos (Resoluções da 6ª Assembleia do MMC/RS, 2005, p. 28).

Percebeu-se no texto - que trabalhou o tema da cultura patriarcal e machista da atual sociedade - que essa cultura ainda faz com que a opressão sobre as mulheres seja cada vez mais sutil. Por isso, as camponesas afirmam em suas falas e elaborações que ainda há necessidade de as mulheres se organizarem, acreditando que “juntas temos força para resistirmos e lutarmos pela construção de uma sociedade feminista e socialista” (Cartilha Resoluções 6ª Assembleia MMC-RS, página 28).

#### 3.4.1 – Comunicação e suas diferentes leituras

Conforme descrito na sua introdução, o tema deste estudo são as leituras das cartilhas do MMC/RS realizadas pelas mulheres camponesas. Busca-se, assim, nesse pequeno texto, compreender o exercício comunicacional realizado pelo Movimento, por entender que dentre as formas de se exercitar está a escrita, contemplado como uma das ferramentas, as cartilhas.

Será realizado o exercício de trazer os conceitos acerca da comunicação, entendendo-a a partir dos elementos descritos pelo MMC/RS.

Assim, parte-se do pressuposto de que o ato de comunicar-se é tão histórico como o princípio da humanidade. Alguns autores chegam a afirmar que comunicar-se é tão importante quanto a própria vida. Assim, estando ligada à produção e à reprodução da vida das pessoas, a comunicação é permeada por relações de poder.

A comunicação é uma área de estudos ampla, que envolve relações, troca de informações e é fundamental para os seres humanos exercitarem sua democracia.

Comunicação é um campo de conhecimento acadêmico que estuda os processos de comunicação humana. Também se entende a comunicação como o intercâmbio de informação entre sujeitos ou objetos. A comunicação humana é um processo que envolve a troca de informações, e utiliza os sistemas simbólicos como suporte para este fim. O estudo da Comunicação é amplo e sua aplicação é ainda maior. Para a Semiótica, o ato de comunicar é a materialização do pensamento/sentimento em signos conhecidos pelas partes envolvidas. Estes símbolos são então transmitidos e reinterpretados pelo receptor. (Wikipédia, acesso em 25 de dezembro de 2011).

Conforme Herbert de Souza (Betinho), “O termômetro que mede a democracia em uma sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. (BETINHO apud GUARESCHI e BIZ, 2009, p. 13).

Portanto, discutir comunicação remete diretamente a conversar sobre democracia e, nessa perspectiva, sobre a socialização de informações e sobre poder.

A democracia de uma nação fundamenta-se em cidadãos dignos, possuidores de direitos iguais, além de deveres correspondentes. Para que alguém possa ser verdadeiramente cidadão, é fundamental que participe da construção de sua cidade, de seu país, através da apresentação de seu projeto. Essa só pode dar-se através da comunicação, como faziam os antigos gregos. Só recebia o título de cidadão quem falasse, apresentando seu projeto. A participação na comunicação é, pois, condição indispensável para a democracia. (GUARESCHI e BINZ, 2009, p.13).

Segundo essa análise, é possível afirmar que comunicação e a política têm uma relação muito próxima, que permitem dizer que o mundo da comunicação de massa é tão concreto, amplo e determinante quanto o universo da política, visto que detém o direito a palavra. O que a mídia veicula acaba se tornando fato, cultura e muitas vezes verdade.

GUARESCHI e BIZ (2009) ainda acrescentam que não há dimensão da vida que não tenha a ver com comunicação e informação. Atualmente a informação, pode ser considerada uma moeda, onde quem a detém também possui o poder, logo, determina o que deve ser dito, veiculado e reafirmado.

Há um pressuposto que não pode ser esquecido: a informação é moeda mais forte do milênio. Quem a possui detém o poder. Não há instância sequer em nossa sociedade que não tenha a ver com a informação e a comunicação. Economia, educação, política, religião, etc. cada uma dessas realidades se torna incompreensível fora da mídia (GUARESCHI e BIZ, 2009, p. 58).

Ainda, segundo os mesmos autores, toda comunicação trabalha com conotações, com ideologia, portanto, enquanto as pessoas são privadas de:

(...) dizer a 'sua' palavra, que é o que a pessoa tem de mais profundo, sagrado e original, faz com que se crie um ciclo de privilégios e exploração sem fim. Hoje, no Brasil, há uma estrutura que sufoca a palavra, portanto, a participação; portanto, a organização; portanto, as mudanças (GUARESCHI, 2003).

Devido à essa percepção é que as Organizações e os Movimentos Sociais entendem a necessidade de se haver outra forma de comunicar-se, por terem suas palavras sufocadas, realizando o exercício de uma contrainformação, com a finalidade de possibilitar o acesso à informação, a partir de suas premissas. Além disso, suas pautas e discussões não aparecem nos meios de comunicação de massa, ou quando aparecem, muitas vezes são de maneira distorcida.

Segundo esse estudo, e a partir de registros na Secretaria do MMC/RS, as formas de comunicação que vêm sendo utilizadas pelos Movimentos Sociais estão cada vez mais diversificadas, devido ao ritmo proposto pelas novas tecnologias e o acesso maior à informação. Atualmente, é possível acessar sites, assistir a vídeos e documentários elaborados pelos Movimentos, bem como ler suas cartilhas, jornais e folders, acompanhando suas atividades de diferentes maneiras.

Entretanto, a forma de comunicação mais utilizada entre os Movimentos e seus diferentes públicos - militantes, parceiros/as e sociedade em geral - é, geralmente, o meio impresso e a própria fala, por meio de ligações telefônicas, de reuniões ou de jornais e cartilhas elaboradas com ou sem participação de profissionais da área de comunicação.

Com relação às publicações, essas são dirigidas a segmentos específicos da população e acabam tendo um alcance limitado em termos de cobertura e número de pessoas que as leem, devido a sua especificidade, seus objetivos, seu contexto de produção e sua intencionalidade de conteúdo.

De acordo com registros, o MMC/RS parte do entendimento de que as mulheres têm o direito a se comunicar e isso deve ser preservado e respeitado. Desenvolve seu ato comunicacional na perspectiva de que as mulheres camponesas têm direito de dizer a sua palavra, que por sua vez tem uma intencionalidade.

Freire (1989) afirma, nesse sentido, que:

(...) é o da necessidade que temos, educadoras e educadores, de viver, na prática, o reconhecimento óbvio de que nenhum de nós está só no

mundo. Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros - não importa se alfabetizando ou participantes de cursos universitários; se alunos de escolas do primeiro grau ou se membros de uma assembléia popular - o direito de dizer a sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los. De escutá-los corretamente, com a convicção de quem cumpre um dever e não com a malícia de quem faz um favor para receber muito mais em troca. (FREIRE, 1989, p, 17).

De acordo com registros na secretaria estadual, o MMC/RS entende a comunicação que realiza como uma ferramenta, por meio da qual dialoga com a sociedade, com suas militantes e com a base em que atua. Ainda, é entendida como divulgação, *marketing* e espaço de elaboração proposta, de maneira a mostrar para o conjunto da sociedade o que é o MMC/RS e o que defende.

Segundo o Movimento, a comunicação acontece de maneira interna e externa:

Interna: é a comunicação realizada entre as mulheres camponesas, seja por meio da fala, das ligações, das reuniões e dos diversos espaços de formação realizados, bem como, da participação nas ações de rua (lutas). Ainda são considerados os materiais produzidos e que chegam aos grupos de mulheres nas comunidades como cartilhas, *folders* e jornal.

Externa: é a comunicação que o Movimento desenvolve para comunicar para a sociedade o que pensa, nega ou propõe. É realizada por meio da relação com a imprensa, o site e a produção de materiais.

Segundo o MMC/RS, essa mesma comunicação possui um diálogo muito próximo com a formação/educação, uma vez que envolve estudos, leituras e elaboração de materiais, além de sua prática ser educativa e formativa<sup>21</sup>.

Sendo assim, a produção de cartilhas (objeto deste estudo) está ligada diretamente às práticas educacionais e comunicacionais desenvolvidas pelo MMC/RS. Possui ligação com as linhas gerais de atuação planejadas pela Organização.

Para as camponesas, o ato de fazer é tão importante quanto o de planejar, olhar para a realidade, historicidade, memórias e vivências dos sujeitos envolvidos no processo comunicacional que envolve, ao mesmo tempo, informação, cotidiano, memória, construção de conhecimentos e educação. Estar em movimento, entender a comunicação nesse contexto envolve todos esses fatores em uma ciranda múltipla ainda pouco vista pelo conjunto da sociedade, lembrada ou estudada.

---

<sup>21</sup> Não há registros da descrição mais aprofundada do entendimento da prática educativa e formativa da comunicação que o Movimento realiza.

Conforme os autores, discutir gênero e classe é afirmar a diferença existente entre a vivência das mulheres segundo a posição social que ocupam. Essa distinção é importante, na medida em que justifica a importância da existência de movimentos de mulheres trabalhadoras ao longo da história da humanidade.

Com relação ao feminismo, percebeu-se o quanto é difuso e múltiplo. É com essa afirmação que se tem consciência de que existem outras formas e concepções que discutem esse tema. No entanto, neste trabalho se optou por discutir o feminismo a partir das referências do MMC, ainda que, por ventura, não fossem as ideais, devido à importância dessa discussão no questionamento do papel das mulheres e das relações de poder existentes nas relações de gênero.

Por último, neste capítulo em que se discute gênero, classe, patriarcado, feminismo, MMC/RS e comunicação, percebeu-se o quanto os temas discutidos são importantes por fundamentar as concepções do Movimento, bem como por discuti-lo no interior do contexto social brasileiro. Não há como discutir a sociedade, segundo os autores, sem discutir o papel das mulheres e a sua contribuição na resistência e na construção de relações diferenciadas entre as pessoas e com seus ambientes.

## 4 – A PESQUISA

### 4.1 – Objetivo da Pesquisa

Os movimentos sociais necessitam, para sua própria organização, uma comunicação interna, para que consiga levar suas definições e elaborações até seus membros militantes mais distantes. Entre as muitas formas possíveis de comunicação, existe a escrita por meio de cartilhas. Isso também vale para o MMC/RS, que elaborou entre os anos 2004 e 2012, além de outros materiais, sete cartilhas de diferentes temas para as camponesas que dele fazem parte.

Essas cartilhas, que são pequenos livros, podem ser afirmadas como o discurso oficial do Movimento, que as elabora com a finalidade de sistematizar temas, aprofundando estudos e conhecimentos juntamente com sua base militante. Também são utilizadas para informar para o conjunto da sociedade o que entende sobre determinado assunto.

De posse desses elementos, a proposta desta dissertação visa, em primeiro lugar, a compreender e analisar de que forma as mulheres camponesas idosas, que fazem parte do MMC/RS, estão lendo e compreendendo as cartilhas produzidas pelo Movimento, buscando perceber quais elementos ficam das mensagens que foram intencionalmente planejadas. Além de compreender o processo de comunicação interna, essa pesquisa visa, também, a uma descrição do conteúdo planejado pelo MMC/RS, sistematizado nas cartilhas produzidas dentre os anos de 2004 a 2012.

A delimitação temporal, de 2004 a 2012, se fundamenta no fato de que, no ano de 2004, o MMC se nacionaliza, quando o nome dessa organização é alterado de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS (MMTR /RS) para MMC/RS. Afora isso, as camponesas também passam a evidenciar elementos que estavam sendo realizados nas práticas, mas que não estavam explícitos para o conjunto da sociedade e nem assumidos por todas as camponesas: feminismo e campesinato. Somado a isso, se busca olhar o processo de elaboração de cartilhas até o ano de 2012, quando se finda esse estudo.

Sendo assim, busca-se evidenciar elementos educativos das práticas desenvolvidas pelo MMC/RS no exercício de sua comunicação interna, analisando as cartilhas produzidas,



dialogando com as camponesas idosas e buscando entender de que forma compreendem e como estão lendo esses pequenos livros.

#### 4.2 – Método de pesquisa

Todo estudo tem uma intencionalidade, que acaba sendo o princípio norteador/suleador na articulação entre as inquietações e as vontades de aprofundar determinado tema de estudo, ou seja, a questão que se coloca para a pesquisa, as pessoas que estão sendo envolvidas no processo de busca e as teorias que mais se aproximam com aquilo que se pensa em dialogar e discutir.

A pesquisa “Mulheres Camponesas Idosas e Suas Leituras das Cartilhas do MMC RS” não foge a esse interesse. Pelo contrário, afirma sua materialidade a partir da vivência militante e do interesse em aprofundar teoricamente o papel educativo do MMC, por meio da busca pelas leituras que estão sendo realizadas pelas camponesas idosas de um dos materiais elaborados pelo MMC/RS.

Sendo assim, desde a ótica da pesquisa em ciências sociais, este estudo foi realizado como metodologia participante, por meio de um diálogo de saberes que considerou história, elementos sociais, políticos, econômicos, culturais, cotidianos e pessoais, com o compromisso com as pessoas que estavam envolvidas no processo, com o MMC e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste estudo, buscou-se evidenciar que “cada caso não é um caso”, como afirma Claudia Fonseca, em que a vida das camponesas e o MMC foram considerados como um conjunto de relações que ultrapassam os limites da pesquisa.

Considera-se, ainda, como elemento preliminar, que toda pesquisa é sempre um recorte de uma pequena porção da realidade e que, muitas vezes, a interpretação - por mais fiel que tenha sido - é envolta de elementos subjetivos pessoais. Isso dialoga com Gilberto Velho (*Observando o Familiar*, p.43) quando diz que “(...) estou consciente de que se trata, no entanto, de uma interpretação e que por mais que tenha procurado reunir dados ‘verdadeiros’ e ‘objetivos’ sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho”.

Trazer os elementos acima implica dizer que muitas vezes pesquisador e pesquisa se misturam em um universo de sentidos, sentimentos e subjetividade, em um movimento de ação e de vida, onde a neutralidade acaba sendo desmistificada.

E foi nesse universo da vida das mulheres camponesas que essa pesquisa mergulhou, por meio de pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas, registro em diário de campo e enlances com a teoria, abordando questões relativas ao campesinato, envelhecimento, feminismo e Movimento de Mulheres.

No entanto, fazer pesquisa também é entrar em crise, é se emocionar com as pessoas que estão participando do processo e se desafiar a ir além do senso comum e da vida cotidiana. Não há como não se envolver com o momento, mas há como fazer com que aquele sentimento seja relacionado e transformado em teoria.

Assim, nesse misto de sentidos e sentimentos, essa pesquisa foi desenvolvida. Inicialmente, planejada para acontecer somente nos municípios da região de Palmeira das Missões (Seberi, Cerro Grande, Sagrada Família e Novo Barreiro) e, posteriormente, realizada com quatro mulheres camponesas idosas dos municípios de Novo Barreiro, Seberi, Rondinha e Cacique Doble.

Nesse sentido, é importante mencionar que a primeira escolha dos locais onde a pesquisa seria desenvolvida foi consequência do fato de que, como militante, atuei na região de Palmeira das Missões. Dessa forma, teria mais facilidade em obter as informações para a pesquisa, pois as mulheres me conheciam e me reconheciam como alguém que era próxima, tão logo, muitas informações poderiam ser socializadas, o que não aconteceria em um espaço diferente em que as camponesas estranhariam a minha presença ali.

Ainda, na região de Palmeira das Missões, as entrevistas foram realizadas nas casas das camponesas, em um tempo e espaço planejados anteriormente e de maneira que elas se sentissem bem ao conversar comigo. Assim, além de “Dona Estela Reis da Silva” buscar-me com seu fusca 1983 na parada do ônibus, tomamos chimarrão ao redor de seu fogão a lenha, conversamos sobre a vida, sobre a militância e sobre como nos conhecemos, afora, é claro, das perguntas que foram elaboradas no tema da pesquisa. Da mesma forma aconteceu com “Dona Vergina da Silva”, que me esperou com bolinho frito, fogo no fogão a lenha e leite quente, pois, como ela mesma disse, “na cidade sei que a gente não toma leite bom”.

Mas o que poderia facilitar também dificultou. Ao mesmo tempo em que as mulheres confessavam coisas que não falaria para outras pessoas, me envolviam naquele universo, pela proximidade que tínhamos enquanto mulheres e enquanto militantes daquele território, tendo a pesquisa que ser reorientada, e ampliado o campo/espaço de estudo.

Optou-se em sair de dentro das casas e das propriedades das camponesas, ampliando o território e aproveitando um momento em que as mulheres estavam em reunião, de maneira a ter os elementos da pesquisa sem uma ligação tão direta. “Dona Nadir Agnolin” (Rondinha) e

“Inelves Dalmoro” (Cacique Doble) foram entrevistadas durante uma reunião de que participavam no município de Passo Fundo, RS.

A escolha pelas mulheres buscou ser diversificada, de maneira a ter uma visão mais ampla do processo que estava sendo proposto. Assim, as idosas pesquisadas têm idades diferentes (78; 63; 63; 58 anos), residem em municípios diferentes e possuem histórias pessoais e familiares diferentes, sendo duas casadas, uma viúva e uma solteira.

Com destaque, chamamos a atenção para o fato de termos uma camponesa com 58 anos, contrariando a Legislação atual que aponta como indicativo a idade de 60 anos ou mais para os/as idosos/as. A opção em inserir uma “jovem idosa” se construiu a partir da leitura de que, no campo, o fato da aposentadoria é um rito que demarca a passagem para uma nova fase da vida, onde mudanças nas formas de atuação na família, comunidade e propriedade acontecem. A idade para a aposentadoria das mulheres rurais é de 55 anos. Assim, se trouxe Inelves com esta intencionalidade, buscando visualizar os elementos que trazia para a pesquisa, relatando como é entrar nesta nova fase da vida, das mulheres velhas.

As cartilhas utilizadas na pesquisa foram selecionadas a partir de dois critérios. O primeiro foi o recorte temporal, ou seja, produzidas entre 2004 e 2013<sup>22</sup>. O segundo foi quanto a produção. Nossa opção foi nos deter nas cartilhas produzidas, durante este período, pelo MMC RS.

Quanto ao território, mesmo ampliando, se optou em permanecer na região norte do estado do Rio Grande do Sul, que é onde se inicia a luta e a organização das mulheres camponesas na década de 1980.

Assim, a partir do objetivo de compreender e analisar as leituras das camponesas idosas das cartilhas produzidas pelo MMC RS, essa pesquisa passou por fases ou etapas que serão discriminadas abaixo:

- Diálogo com as dirigentes do Movimento, na secretaria estadual em Passo Fundo/RS, explicando o que era a pesquisa, quais os objetivos, método e quais seriam as camponesas que estariam sendo envolvidas no processo, solicitando autorização para realizar o estudo.
- Diálogo com as camponesas idosas sobre a pesquisa, solicitando um momento para a realização das entrevistas. Esse primeiro contato foi feito somente com duas idosas da região de Palmeira das Missões, a fim de coletar as primeiras falas.
- Coleta, descrição de conteúdo, forma e análise das cartilhas do MMC RS.

---

<sup>22</sup> Os elementos deste recorte temporal já foram mencionados anteriormente.

- Realização das entrevistas com Estela Reis da Silva (Seberi, RS) e Vergina da Silva (Novo Barreiro, RS).
- Readequação da pesquisa, contato e entrevistas com Inelves Dalmoro (Cacique Doble, RS) e Nadir Agnolin (Rondinha, RS).
- Transcrição das entrevistas, análise e elaboração da dissertação.

A realização das entrevistas, com perguntas abertas, que foram gravadas, passou por quatro momentos que continham temas distintos. O primeiro momento se constituía em uma apresentação pessoal, onde as camponesas disseram seu nome, idade, escolaridade e contavam um pouco de sua vida. No segundo momento, a partir de perguntas, as idosas relatavam como entraram no MMC RS, porque e qual a sua forma de atuação. No terceiro momento, além de manusear as cartilhas, assinalando quais elas tinham em casa, também contavam como receberam o material, o que mais chamava atenção nele, o que liam, como liam, o que fizeram com ele depois que receberam, o que gostariam de ler mais e qual a finalidade de uma cartilha. Ao final, no quarto momento, relatavam um pouco de como é ser uma “mulher de mais idade” morando no campo e quais os desafios para o MMCRS frente ao envelhecimento da população camponesa.

Com esse procedimento de pesquisa se buscou, compreender melhor o processo de comunicação e de leitura das cartilhas pelas mulheres idosas do MMC e ao mesmo tempo discutir o contexto maior em que esta leitura acontece, a saber, a questão do envelhecimento do campo, o feminismo e o MMC. Esse exercício considerou a realidade como ponto de partida e de chegada, em uma pesquisa que ao mesmo tempo foi movimento e diálogo.

#### 4.3 – Descrição das Cartilhas: o que são, para que servem e objetivos segundo o MMC/RS

Cartilhas são pequenos livros que, intencionalmente planejados, contêm um conteúdo que transmite um pensamento e algumas concepções dentro de uma conjuntura. A sistematização dos temas é fruto do acúmulo e da experiência das camponesas.

No entanto, não foram encontrados registros na secretaria estadual do MMC/RS sobre a data de início das elaborações das cartilhas, nem sobre a finalidade e tampouco sobre a decisão em escrever sobre determinado tema ou assunto. O que se sabe, a partir da vivência militante e do relato das dirigentes, é que o Movimento, desde o início de sua organização, elabora esses materiais, que são discutidos (conteúdo, forma, quem escreve) em reunião da coordenação ou direção estadual.

Segundo essa pesquisa, os temas que esses materiais comportam são diversos e compreendem dimensões que são discutidas pelas mulheres e entendidas como uma necessidade de escrita. Na prática, as cartilhas têm servido como ferramenta de estudo - tanto individualmente como nos grupos de mulheres - que, em reunião, leem os materiais e a partir dos textos fazem suas análises e reflexões, relacionando-as com seu cotidiano de vida. Ainda, as cartilhas são utilizadas para comunicar uma determinada discussão para o conjunto da sociedade.

Afora isso, todas as cartilhas possuem o conteúdo e junto dele questões que desafiam a pensar e a colocar as mulheres em movimento, em luta, de forma a garantir que suas experiências de resistência sejam valorizadas e implementadas. Considera-se que todas as cartilhas valorizam o conhecimento histórico das mulheres camponesas na agricultura, dando valor às experiências que, na maioria dos casos, são realizadas de forma coletiva. Somado a isso, todos os materiais estudados comportam uma crítica ao modelo de sociedade capitalista e patriarcal, presente no campo por meio do agronegócio. Essas questões aparecem nos textos de todas as cartilhas que fizeram parte desse estudo.

Em outras palavras, as cartilhas - ferramentas de estudo e comunicação - servem para sistematizar elementos de compreensão do Movimento sobre determinado tema ou assunto, que a partir da necessidade das camponesas é escrito com forma e conteúdo discutidos coletivamente.

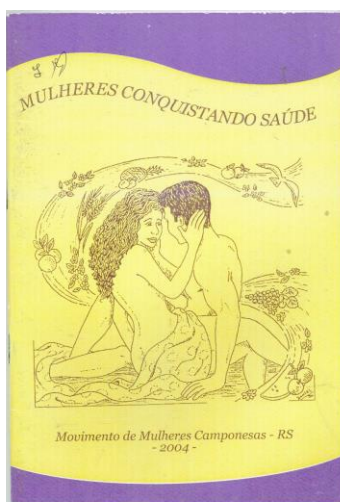
Segundo relatos das dirigentes, as cartilhas são distribuídas nas reuniões e nos encontros para as mulheres que participam desses espaços. Assim, ao serem discutidas, escritas, revisadas, diagramadas e impressas, ficam na secretaria do Movimento que, em reunião ou encontro, o distribui para as camponesas. Uma quantidade maior sempre é encaminhada para as mulheres que são referências das regiões, que as distribuem conforme a forma organizativa daquele território, podendo ser entregue uma cartilha para cada município, para cada grupo ou mesmo para cada mulher. Esses materiais não são impressos de forma massiva. Suas quantidades são discutidas em reunião, mas normalmente correspondem a um número X por grupo, município ou região. Dessa forma, não são materiais que todas as camponesas que fazem parte do Movimento têm em suas casas.

Destaca-se que, tanto as cartilhas quanto os demais materiais que são escritos pelo MMC/RS, na maioria dos casos, são elaborados pelas próprias camponesas que cumprem com funções dentro da Organização; e raras são as vezes em que estas recebem alguma remuneração para cumprir com tal função.

Ainda, para compreender o processo de leitura das cartilhas pelas mulheres, é importante conhecer um pouco desses materiais: seu formato, sua capa, seu conteúdo e as referências que foram utilizadas na elaboração. Na sequência do texto, estarão descritas as sete cartilhas que foram utilizadas nessa pesquisa com uma descrição do que o Movimento entende como objetivos de cada um desses cadernos, exercício realizado a partir da leitura da apresentação desses materiais. As cartilhas estão descritas em ordem cronológica para facilitar a visualização do processo desenvolvido durante os nove anos de elaboração.

- Cartilha Mulheres Conquistando Saúde, 2004.

Capa:



Essa cartilha possui 52 páginas, é escrita em preto e lilás e inclui desenhos.

Seu conteúdo está distribuído em momentos, sendo: “Apresentação”; “Nosso corpo e nossa sexualidade”; “E a saúde da mulher, como vai?”; “Câncer feminino”; “As doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e as mulheres”; “Planejamento familiar e métodos anticoncepcionais (métodos naturais)”; “Outros métodos de contracepção (químicos)”; “Métodos de contracepção cirúrgica”; “Contracepção nas diversas fases da vida das mulheres”; “Problemas sexuais femininos e masculinos” e “Pronto socorro vegetal”. Ao final de cada momento, são propostas questões para as mulheres discutirem, que estão ligadas ao tema de cada texto.

As referências utilizadas nesse material são: Boletim da SOF, Mulher e Saúde, 1995; CAMP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS. Cartilha Jeito de Mulher, Saúde e Sexualidade. POA, 1992; Constituição Federal 1988; Ministério da Saúde: Normas e Manuais Técnicos. Controle do Câncer Cérvico Uterino e de Mama. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1989; Ministério da Saúde: Normas e Manuais

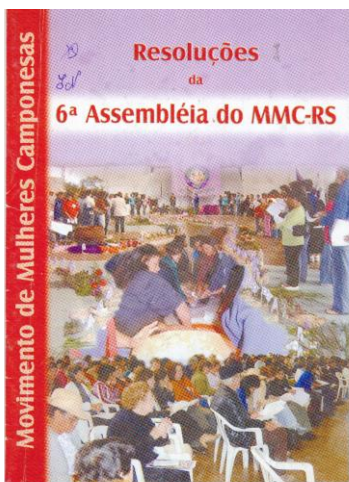
Técnicos. Assistência ao Planejamento Familiar: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987; MORETTI, Eleonor. Planejamento Familiar e Tecnologia Contraceptiva. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1992.

Na apresentação da cartilha, fica evidente a preocupação do Movimento com a saúde de todas as pessoas, entendida como estar de bem com o corpo e a mente. A cartilha é descrita como um instrumento motivador de mulheres e homens na conquista de saúde para todos. Essa conquista, segundo o MMC/RS, começa a partir do conhecimento do corpo, dos órgãos genitais, do funcionamento dos demais órgãos, conhecendo as doenças que mais atacam as mulheres, compreendendo o que é planejamento familiar, conhecendo métodos contraceptivos e resgatando o saber popular na cura de doenças por meio das ervas medicinais.

Segundo o Movimento, o lema e objetivo dessa cartilha - “Mulheres conquistando saúde” - resume ao que ela se propõe: além de ser um instrumento de estudo, deve construir com todas as mulheres camponesas a luta pela saúde.

- Cartilha Resoluções da 6ª Assembleia do MMC/RS, 2005

Capa:



Essa cartilha possui 28 páginas, escrita em preto. Contém fotos dos momentos que ocorreram durante a realização da assembleia. O conteúdo está organizado em quatro partes. A primeira destaca um pouco da história do Movimento e seu projeto político (missão, valores, princípios, mística). A segunda parte fala da realidade do campo, do projeto de agricultura camponesa e do feminismo. A terceira se refere aos avanços e desafios, bem como às definições da assembleia. A quarta parte apresenta a forma de organização do Movimento: instâncias, estrutura e relações com outras entidades.

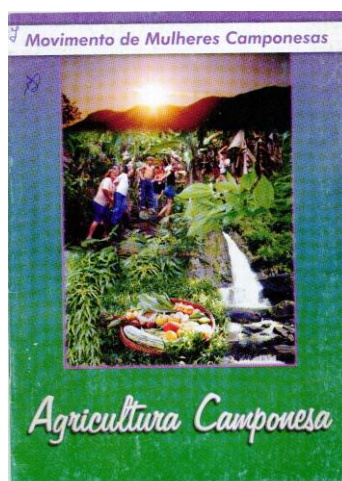
Nesse material, não são citadas referências. Nele são apresentadas as resoluções da 6ª assembleia estadual do MMC RS, realizada de 27 a 30 de maio de 2005 em Passo Fundo, RS.

Esse momento teve como lema “mulheres camponesas: luta e resistência!”, onde 178 mulheres camponesas, representantes dos grupos de base do MMC, trabalharam e estudaram a partir dos objetivos de aprofundar o Projeto Popular de Agricultura Camponesa e o Feminismo, definindo linhas de ação para o MMC/RS e fortalecendo a luta das mulheres.

Na apresentação, é descrito que, com a cartilha, busca-se contribuir com todas as mulheres camponesas que participam da luta para que entendam melhor a organização e o funcionamento do MMC/RS, construído com o jeito, o trabalho, a vivência, os desafios e as conquistas de cada companheira que integra essa organização.

- Cartilha Agricultura Camponesa, 2005.

Capa:



Essa apostila contém 27 páginas. Possui desenhos e textos corridos, escritos em forma de pequenos artigos. Os temas abordados, além da apresentação e das referências bibliográficas, são a importância histórica da agricultura, o modelo de agricultura imposto pela revolução verde, o agronegócio e a agricultura camponesa. Além disso, são descritos os principais elementos da natureza, os cuidados com o solo e o que são as plantas indicadoras. Por último, há receitas como biofertilizantes, adubos, repelentes e compostos naturais que podem ser utilizados na produção agrícola.

As referências utilizadas nesse material são descritas ao final, sendo elas: CAPA, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Cultivando a Vida. Erechim: Editora e Gráfica Massochin LTDA; CEPAGRI, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais; TERRA NOVA, Assessoria Ecológica. Livro Verde Agroecologia nº 2. Passo Fundo: Editora Berthier, 1997; CETAP, Centro de Tecnologias Alternativas Populares. Apostila da Alternativas sobre Agroecologia. Passo Fundo: Gráfica Imperial, 1997; FUNDEP, Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa; MMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras



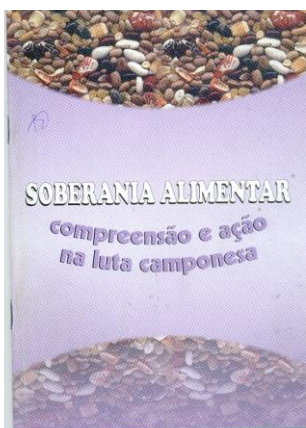
Rurais. Agricultura Ecológica e Saúde. FUNDEP, 2002; PAULUS, G; MULLER, A. M; BARCELLOS A. R. Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica. Porto Alegre: Emater/RS, 2000; ZAMBERLAM, J; FRONCHETTI, A. A Agricultura Alternativa. Passo Fundo: Editora Berthier, 1994.

Segundo a apresentação, essa apostila tem como objetivo realizar um debate formativo e prático com as mulheres camponesas, organizadas em grupos no MMC/RS. A proposta é que seja usada, primeiramente, nos cursos de agricultura camponesa, realizados nos municípios e acompanhados por técnicas do Movimento. Também deve servir de subsídio para todas as mulheres que querem realizar experiências de produção ecológica ou estão implantando as alternativas sugeridas nesta apostila.

Ainda se acresce que a apostila tem como finalidade melhorar o trabalho na agricultura camponesa, mostrando que é possível mudar a forma de produzir sem ficar dependente de um pacote tecnológico, como o imposto pela revolução verde e potencializado pelo agronegócio.

- Cartilha Soberania Alimentar: compreensão e ação na luta camponesa, 2007.

Capa:



Essa cartilha possui 55 páginas. Está escrita em preto. Contém textos escritos em forma de pequenos artigos e é ilustrada com fotos. Está dividida em três capítulos, mais apresentação, considerações finais e referências bibliográficas. Os capítulos são os seguintes:

- 1 - Produção de alimentos e a disputa de dois modelos de agricultura.
  - 1.1 - O Agronegócio: como funciona e quais as consequências.
  - 1.2 - As multinacionais e as transnacionais.
- 2 - A Agricultura Camponesa e a resistência das trabalhadoras e trabalhadores.
  - 2.1 - A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.
- 3 - Soberania Alimentar: autonomia dos camponeses, autonomia da nação.

As referências utilizadas estão descritas ao final do material, sendo elas: CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005; CARVALHO, Horácio Martins de. Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003; CONCRAB. O Agronegócio X Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, 2004 (cartilha); FIAN. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2005 (cartilha); MMCRS. Material de Apoio. Passo Fundo, março de 2007; PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. CREA-RS, 2005; ROSSET, Peter e MARTÍNEZ, Maria Elena. Soberania Alimentar, Proposta das Organizações Campesinas do Mundo. Artigo digitado, sem data; VIA CAMPESINA. Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética. Subsídio para estudo. Brasília, 2007; VIA CAMPESINA. Balanço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar. Mali, 2007.

Na apresentação, é descrito que a cartilha apresenta a discussão sobre a contradição entre o agronegócio e a agricultura camponesa, considerada complexa, mas necessária pelo Movimento.

Ainda, se espera que a cartilha seja um instrumento para fomentar as discussões, fortalecendo a luta pelo direito de produzir e consumir um alimento saudável e de base agroecológica. Também se busca fortalecer a organização que faz parte da luta e do cotidiano das mulheres camponesas e que vem garantindo importantes experiências de autonomia e produção, ainda que em áreas pequenas da propriedade rural.

- Cartilha Chega de Violência Contra a Mulher: Rompendo o Silêncio em Defesa da Vida, 2008.

Capa:



Cartilha com 55 páginas. Escrita em lilás e preto, com textos divididos em quatro capítulos, mais apresentação e bibliografia. Todos os pequenos artigos finalizam com um

trecho de poesia que afirma a importância de as mulheres entenderem a violência como um fenômeno que deve ser superado por meio da organização e da denúncia.

Os textos são assim distribuídos:

1 - O que é violência.

1.1- A violência como um fenômeno necessário do capitalismo patriarcal.

2 - A violência contra a mulher – Dados gerais.

3 - Tipos de violência

3.1 - A violência do agronegócio pela identidade camponesa

3.1.1 - A violência do agronegócio pela exploração ou invisibilidade do trabalho da mulher.

3.1.2 - A violência que nega o atendimento a saúde da mulher.

3.1.3 - A violência do agronegócio pela repressão das organizações.

3.1.4 - A violência pela sobrecarga de trabalho.

3.2 - As violências física, moral, verbal, psicológica, doméstica.

3.3 - A violência sexual.

4 - Lei Maria da Penha.

As referências são citadas ao final da cartilha, sendo as seguintes: Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural. Estatísticas do meio rural. 2ª edição. Brasília: MDA/DIEESE, 2006; FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. O trabalho das mulheres. São Paulo: SOF, 2003; LORENZONI, Carmem. A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. Trabalho de pós-graduação. Curso Estudos Latino Americanos. UFJF, 2005; Secretaria de questões de gênero e etnia. <http://www.contee.org.br>; Wikipédia. Enciclopédia livre. Acesso em janeiro de 2008.

Na apresentação desse material, as camponesas escrevem que a sociedade capitalista e patriarcal produz e aprofunda a violência praticada contra a classe trabalhadora e contra as mulheres. Essa violência se traduz de diversas formas nas quais as mulheres enfrentam, todos os dias, humilhação por sua condição social e de gênero. No entanto, a violência não é vista (nem pelas mulheres, nem pela sociedade) em sua totalidade. O que é visto são apenas as agressões físicas ou patrimoniais.

Dessa forma, apresenta-se essa cartilha que traz o tema da violência de maneira mais abrangente. Pretende-se, com ela - segundo o MMC/RS - ao mesmo tempo alargar a discussão sobre o tema e romper com a violência praticada contra as mulheres, a partir de denúncias e do fortalecimento dos laços de solidariedade entre as camponesas.

- Cartilha Plantando Saúde pelos Caminhos do RS, 2ª edição, 2010.

Capa:



Essa cartilha possui 48 páginas, está escrita em lilás e preto e apresenta desenhos. Está dividida em cinco encontros, no final dos quais há perguntas sobre os temas, sugerindo que as mulheres conversem sobre eles.

Em um primeiro texto, há orientações de como as mulheres devem utilizar a cartilha. Corresponde a um roteiro, que inclui orientações sobre ler o texto antes de ir para a reunião, preparar o ambiente onde ocorrerá o encontro, anotar e esclarecer as dúvidas coletivamente e encaminhar a data da próxima reunião.

Os demais textos estão assim distribuídos:

1º encontro: Ser Mulher e a Saúde.

2º encontro: Ser integral: saúde e doença.

3º encontro: Promovendo a saúde: um novo modo de vida.

4º encontro: A atenção à saúde e a história da medicina.

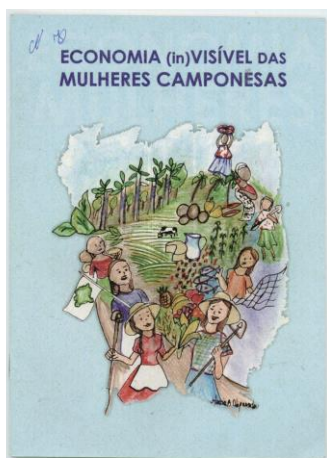
5º encontro: As plantas medicinais como fonte de vida.

Parte prática: partilhando nossas experiências, com receitas de elixires, pomadas e xaropes, que utilizam a manipulação de plantas medicinais para sua fabricação.

Não há referências citadas nesse material. A primeira edição dessa cartilha foi elaborada no ano de 2003, sendo base para um curso sobre plantas medicinais, que teve a duração de um ano, envolvendo quatro módulos de estudo. O curso era desenvolvido regionalmente.

Segundo a apresentação, esta 2ª edição foi reelaborada com o objetivo de provocar o debate sobre a promoção da saúde. As mulheres, na compreensão do Movimento, cumprem com o papel de serem multiplicadoras do saber que se tem nos grupos e famílias, socializando as práticas e as experiências acumuladas na história das camponesas, responsáveis por gerar e cuidar da vida.

- Cartilha Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas, 2012.



Essa cartilha é produto da sistematização de estudos, reflexões e pesquisas feitas a partir do curso Economia Invisível das Mulheres Camponesas, que aconteceu em uma parceria entre o MMC, o NEA (Núcleo de Economia Alternativa)/UFRGS e o FUNDEP (Fundação de Educação e Pesquisa da Região Ceilero) no ano de 2006.

O referido curso foi realizado em três módulos, de uma semana cada um, totalizando 140 horas. As participantes foram 14 mulheres do MMC/RS, sete mulheres do MMC/SC, uma camponesa de Minas Gerais e uma camponesa do Mato Grosso do Sul, além de uma mulher do MPA. Além disso, teve a participação de cinco crianças.

Possui 40 páginas, escrita em preto e lilás. Está dividida em capítulos com fotos e desenhos, sendo eles:

- 1 - Sociedade de classes e a economia dominante: entendendo porque existem pobres e ricos.
- 2 - Compreendendo a agricultura.
  - 2.1 - As grandes mudanças na agricultura nos últimos períodos.
  - 2.2 - Discussões recentes a cerca do biodiesel.
  - 2.3 - Formas de cooperação.
  - 2.4 - Como contraponto ao modelo de agricultura capitalista dependente:
- 3 - A óptica feminista com relação à economia.
  - 3.1 - Desafios
- 4 - As alternativas de mudanças já estão sendo feitas pelas mulheres!
  - 4.1 - Geração de renda.
  - 4.2 - Economia (in)Visível das mulheres camponesas do MMCRS
  - 4.3 - Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.

As referências são citadas ao final da cartilha, sendo elas: ARTICULAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL. Mulheres Camponesas em defesa da vida e da saúde. Chapecó: Passograf, 2008; EISLER, Raiane. O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996; LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. In: CARVALHO, Horácio Martins de. Sementes Patrimônio dos povos a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003; MAZOIER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agricultoras no mundo : do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Claudia F. Falluh, Lovois de Andrade Miguel e Maria Regina Pilla. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010; MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA. Alternativas de geração de renda. Chapecó: Rotta, 2011; MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos internos do coletivo de promoção à saúde e resistência camponesa. Passo Fundo: texto digitalizado, 2006; PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. Porto Alegre, (s/Ed.), 2005; POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Na apresentação da cartilha, fica explícito o desejo das camponesas de que ela sirva para que as mulheres sejam percebidas como sujeitos capazes de pensar outras formas de economia, considerando o cuidado com a natureza e com a vida dos seres humanos; mulheres com capacidade de problematizar, pensar, projetar, calcular e fazer embates políticos frente à hegemonia do capital e do patriarcado; mulheres camponesas, como seres que desafiam “as tantas ordens estabelecidas” e que constroem propostas concretas viáveis para um mundo mais justo e solidário.

Nas descrições acima, fica claro que as cartilhas são pequenos livros, que sistematizam um conteúdo oficial do Movimento. Seus temas variam de acordo com a conjuntura que o momento e o Movimento apresentam, pois servem para reafirmar determinado discurso.

Em todos os materiais acima, se percebe nitidamente a intenção do MMC/RS em fazer com que as mulheres percebam o mundo para além de suas casas, provocando a construção de um projeto que se denomina agricultura camponesa, baseado em mudanças nas relações entre as pessoas e com a natureza.

Nesse capítulo, também se buscou explicitar um pouco dos dramas da pesquisa e de sua complexidade, na medida em que aquilo que poderia ser algo mais tranquilo se tornou difícil a ponto de ter que mudar o espaço onde a pesquisa seria realizada, ou seja, a ligação próxima que as mulheres possuíam com o pesquisador.

O exercício de compreender as leituras das camponesas idosas, que será evidenciado no capítulo 5 deste estudo, foi um constante aprendizado de dar-se conta de relações até então não evidenciadas com tanta intensidade e de reafirmar a importância da pesquisa em ciências sociais em sua relação com a educação.

## 5 – MULHERES CAMPONESAS IDOSAS E SUAS LEITURAS DAS CARTILHAS DO MMC/RS

### 5.1 – Participantes da Pesquisa

Essa pesquisa envolveu quatro mulheres camponesas idosas dos municípios de Seberi, Novo Barreiro, Rondinha e Cacique Doble, municípios localizados na região norte do Estado do Rio Grande do Sul as quais, embora de formas diferentes, têm atuação no MMC/RS.

A escolha por essas idosas se construiu a partir da vivência militante e, por conhecê-las anteriormente, foi pensado em como poderiam contribuir com a pesquisa. Buscou-se diversificar o grupo pesquisado, abrangendo diferenças de etnia, idade, escolaridade, atuação no Movimento e vivência familiar.

Assim, tem-se, dentre as entrevistadas, uma mulher camponesa analfabeta, uma com ensino superior incompleto, e outras duas com a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental. Afora isso, duas mulheres são casadas, uma viúva e outra solteira. Todas são de municípios diferentes e suas formas de atuação no MMC/RS também são diferentes, sendo uma delas atuante na coordenação estadual, regional e municipal e que **integra** um grupo de mulheres em sua comunidade, onde realizam reuniões periódicas. Outra faz parte de um grupo de mulheres que trabalham com produção de panifícios, era dirigente do Movimento, mas que, nos últimos sete anos, encontra-se afastada das instâncias estaduais. Das outras duas camponesas, uma não integra um grupo de base, mas participa de reuniões em outros municípios e nas lutas estaduais e, a outra, participa somente de espaços como as lutas e atividades regionais.

Para o leitor poder ter uma aproximação maior com as mulheres que fizeram parte deste estudo, estas serão apresentadas abaixo. Estão descritas pela ordem em que as entrevistas foram realizadas.

**Estela Reis da Silva.** Nome fictício. Solicitou que seu nome não fosse colocado na pesquisa. Tem 63 anos, é casada desde os 16 anos com Otomar, com quem teve oito filhos, um deles já falecido. Sua escolaridade é o ensino superior incompleto.



A pesquisa foi realizada em sua casa no município de Seberi, RS, onde contou um pouco de sua trajetória militante de 1980 até 2006, a partir do resgate que fez de sua vida e da materialidade de sua biblioteca. Estela não atua mais diretamente no MMC. Atuava de forma orgânica até 2006, quando se afastou. Atualmente, é referência municipal e regional entre as mulheres do campo, mas não participa de atividades estaduais do Movimento. Faz parte de um grupo de produção composto por quatro mulheres que produzem panifícios, os quais comercializam em Feiras e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Possui as seguintes cartilhas: *Mulheres Conquistando Saúde*, 2004; *Agricultura Camponesa*, 2005 e *Resoluções da 6ª Assembleia do MMCRS*, 2005.

A propriedade dessa camponesa é bastante visitada por estudantes e militantes de Movimentos Sociais e ambientalistas, pois toda a produção é agroecológica. Estela ainda desenvolve um trabalho com as plantas medicinais e a saúde alternativa. Em sua biblioteca, há materiais do Movimento que não foram encontrados nos arquivos da secretaria estadual do MMC/RS.

**Vergina Fernandes da Silva.** Autorizou colocar seu nome na pesquisa. Tem 78 anos e reside na Linha Prestes, interior de Novo Barreiro, RS. Analfabeta, viúva e mãe de sete filhos, dos quais dois já são falecidos.

Vergina comenta que participou de aulas de um programa de alfabetização, onde aprendeu a escrever seu nome e a conhecer dinheiro.

Atualmente, reside com um neto, em uma casa que tem muito orgulho de dizer que reformou com dinheiro da aposentadoria e que, agora, “tem um banheiro dentro”.

Vergina não possuía nenhuma das cartilhas desta pesquisa. Quando lhe foi perguntado se conhecia ou tinha aqueles livros, confirmou que os conhecia, mas quando foi procurar em seus guardados, encontrou apenas uma cartilha do MPA, cujo tema era agricultura e outra do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sua forma de atuação no Movimento é mais pontual, em atividades como reuniões, encontros e mobilizações na região onde reside, há cerca de 20 anos.

A entrevista foi realizada em sua casa, em uma tarde chuvosa ao lado de um fogão a lenha, acompanhada de bolo frito e leite morno.

**Nadir Salete Agnolin.** Autorizou colocar seu nome na pesquisa. Tem 63 anos, é casada há 41 anos e possui seis filhos. Reside na Linha 11, interior de Rondinha, RS. Sua escolaridade é a 5ª série do ensino fundamental.

Atualmente, Nadir é responsável por duas netas, sendo uma de 15 anos e outra de 18 meses.

Nadir Agnolin participa de reuniões, encontros e mobilizações na sua região, no estado e nacionalmente. Não possui um grupo de base, mas se identifica com a luta das mulheres e dela participa há 16 anos. Possui as seguintes cartilhas: Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas, 2012; Plantando Saúde pelos Caminhos do RS, 2010; Chega de Violência contra a mulher, 2008 e Resoluções da Assembleia do MMC/RS, 2005.

A entrevista foi realizada durante o intervalo de uma reunião da qual Nadir participava, em Passo Fundo, RS.

**Inelves Dalmoro.** Autorizou escrever seu nome na pesquisa. Solteira, reside com três irmãos na comunidade de Capela Nossa Senhora das Graças, Pitangueira - Cacique Doble, RS. Tem 58 anos e estudou até a 8ª série do ensino fundamental.

Participa das atividades do MMC/RS desde 1987. Faz parte de um grupo de mulheres e coordena regionalmente o Movimento. Fala que o MMC é tudo em sua vida. Como seu sonho era continuar estudando, comenta que o Movimento foi e é mais do que uma Faculdade.

Inelves tem todas as cartilhas desta pesquisa. Salienta que leu algumas em grupo e outras individualmente.

A entrevista foi realizada à noite, durante o intervalo de uma reunião que participava em Passo Fundo, RS.

## 5.2 – Análise das Entrevistas

Partimos do pressuposto de que a vida das mulheres camponesas idosas é rica em sabedoria, história, trajetória e memória. Envolve sentidos tais como a preservação das sementes crioulas, o trabalho com as plantas medicinais, a troca de receitas e o repasse dos saberes entre as gerações, essas mulheres, que leem primeiro a vida, o mundo e a natureza, buscam nas palavras coisas que vêm ao encontro de suas necessidades, realidades e afazeres. Por isso, além das leituras, neste estudo também estão sendo analisadas as falas sobre o MMC/RS e o processo de envelhecimento.

Parte-se do pressuposto de que a leitura não se resume ao fato de decifrar palavras, mas contempla um conjunto de ações diretamente vinculadas à vida e ao cotidiano das

pessoas. Por isso, não é possível descrever neste pequeno texto todas as coisas ouvidas, ditas e sentidas durante a pesquisa. No entanto, ao fazer este exercício, tem-se a compreensão de que não está completo, mas repleto de sentidos ditos pelas mulheres idosas.

Dessa maneira, os resultados desta pesquisa, abaixo apresentados, serão descritos conforme ordem da própria entrevista, contendo elementos sobre comunicação, movimento social, leitura de cartilhas e envelhecimento no campo.

### 5.2.1 – Movimento de Mulheres Camponesas: memória, participação, paixão e necessidade.

O MMC, organização autônoma de mulheres do campo, data o início de sua organização no final dos anos de 1980. A participação nesse Movimento dá-se por meio da opção que as camponesas fazem a partir do momento que sentem a necessidade de se organizarem.

No entanto, a forma como as camponesas entram para a vida orgânica do Movimento acontece de maneira diversa. Durante esta pesquisa, as camponesas relataram que começaram a participar do MMC/RS impulsionadas por setores progressistas da igreja católica e pelo Sindicato.

Eu fiz a formação na Diocese, na escola paroquial e eles me pediram qual a opção que eu queria me capacitar, daí minha opção foi pros Movimentos Sociais, daí nós começamos a trabalhar o Movimento desde aquela época, né. No início tivemos um incentivo da Igreja. Até uma certa época a Igreja ajudou, depois foram achando que nós era umas louca. Mas nós era umas louca séria... Aliás somos<sup>23</sup>. (Inelves Dalmoro).

A condição de gênero faz com que a atuação das mulheres, de maneira autônoma, não seja tranquila, inclusive para os setores progressistas. Isso fica evidente na fala descrita acima, quando se diz que a igreja ajudou até certo momento, depois considerou as mulheres loucas e não contribuiu mais para com sua organização.

No momento que optam em ser Movimento, as falas das camponesas entrevistadas mostram como a história do Movimento se confunde com a própria história da mulher que faz o relato. Esse Movimento, que é histórico, também se torna particular quando as mulheres se assumem como lideranças, quando elas mesmas o fazem se espalhar pelos demais municípios e comunidades.

---

<sup>23</sup> Na transcrição das entrevistas, se tentou manter a fidelidade na forma de expressão oral das mulheres.

No entanto, essa vida em movimento também esboça momentos frágeis, quando as camponesas ficam mais velhas, assumem outras tarefas e quando o MMC/RS começa a sofrer um descenso em sua organização. Todas essas questões ficam evidentes nos relatos orais das camponesas, especialmente na fala de Estela Reis da Silva.

Participo das organizações sociais desde os anos 70. No início ligada a igreja e as pastorais, depois ao Movimento de Mulheres. Desde cedo trabalhava com mulheres e crianças, nos bairros de Seberi. Eu e meu marido éramos o casal que trabalhava nas CEB'S nas periferias. Em 1979 eu fazia parte de um programa de rádio que se chamava "Igreja no meio rural". Em 1985, fui para Porto Alegre, em um encontro que reuniu 15 mil mulheres trabalhadoras rurais no Gigantinho. Em 1989 ajudei a organizar um curso de formação regional com as mulheres em Panambi. Fui uma das mulheres que participou ativamente da constituinte da roça. Atualmente participo de atividades mais pontuais, reuniões em Palmeira das Missões quando posso, reuniões em Frederico e em encontros quando sou avisada com antecedência. (Estela Reis da Silva)

O relato acima reforça o princípio de que a história do Movimento se confunde e se mistura com a vida das camponesas que dele fazem parte, por isso se torna tão importante para essas mulheres que optam por estar nele.

Nesse processo, também fica marcado o apoio da família, especialmente o dos filhos, no ingresso e na permanência da ligação com o Movimento. Isso aparece na fala de Vergina Fernandes da Silva, que nos conta que há 20 anos participa do Movimento e que seu filho a incentiva para seguir nessa participação.

Í, mas isso aí já faz uns quantos anos, nem sei quantos anos faz, mais faz tempo que participo. Que era reunião no sindicato eu ia. Ah! e daí quando o Marcelino foi pro seminário, nos Oblatos em Viamão, em tudo os lugar que ele ia com os padre ele passava por aqui pra nós ir junto. Daí o pai não queria ir porque era doente, a Rosa quase não gostava de ir e eu ia. Ele chegava e convidava e os outro não queriam ir e eu ia. Aprendi muita coisa com ele, com os padre... bah... como era bom, né...de viajar junto... O Marcelino gosta muito que eu participe do Movimento, ele sempre diz: como é bom essas coisas e que é pra mim ir! (Vergina Fernandes da Silva)

Ainda, outro elemento citado é que as camponesas também ingressam no Movimento a partir de convites de pessoas conhecidas e de confiança, como amigas e vizinhas. Este é o caso de Nadir Salete Agnolin, quando relata que depois de sua sogra falecer e de se liberar das responsabilidades domésticas e com filhos pequenos, uma vizinha a convidou para viajar. Depois disso, Nadir nunca mais parou de participar. "Eu já conhecia o Movimento, mas nunca

dava pra sair. Daí a Inês Pitol, uma vizinha me convidou e vamos, vamos (insistiu), pra um encontro em São Leopoldo, daí comecei a participar e gostei e nunca mais parei”.

A participação no MMC faz com que as mulheres conheçam lugares e pessoas, saindo de suas casas e da opressão que sofrem pela sobrecarga de trabalho e por questões de gênero. Essa saída é relatada de forma entusiasmada por Vergina Fernandes da Silva, conforme vemos abaixo.

Ah, mais isso aí faz uns 20 ano já. Que quando tinha em Palmeira eu sempre ia. Bah, que a gente foi em muitos lugares. No sindicato tinha as reuniões, lá em cima, né, que a gente subia (fala do segundo andar do sindicato), mas como eu gostava... a gente pegava ônibus e ia. Eu gostava tanto de ir, tinha tanta mulher conhecida, de tudo que era lugar, aquilo era muito bonito.

A necessidade de conquistar direitos e o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural foram a porta de entrada de muitas mulheres no MMC/RS. No entanto, atrelada a isso vem a necessidade de libertação e, aos poucos, vai se construindo um amor pelo Movimento, que faz com que as camponesas reafirmem a necessidade de seguir nessa luta.

Entrei pela necessidade que as mulheres sentiam de se organizar, porque as mulheres não tinham direito de se aposentar. Daí a gente começou a se organizar como mulher da roça, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e depois no MMC. Hoje eu tenho grupo na minha comunidade e município. A gente se reúne todo mês na comunidade, junto com o Clube de Mães, mas são as mesmas mulheres. Quase sempre o assunto é o Movimento e quase sempre eu to levando o assunto. Sou coordenadora regional e coordenadora estadual do Movimento. (Inelves Dalmoro)

Esse sentimento de amorosidade pela causa do Movimento faz com que, mesmo afastadas, as camponesas idosas levem consigo o sentimento da necessidade da organização popular, conforme a fala de Estela Reis da Silva:

Faço reunião com as mulheres, estudamos os materiais do Movimento e trabalhamos juntas. Mas sempre estive na linha de frente, na articulação das mulheres e na coordenação das coisas, desde que comecei. Devo isso a uma jovem desta comunidade, hoje ela já é falecida, mas ela no início me chamava pras coisas... acho que deve ser porque ela via em mim uma liderança, eu acho. Hoje estou mais afastada das instâncias estaduais, mas tenho no sangue a luta das mulheres e de alguma forma, sempre mantenho um grupo de mulheres aqui na minha comunidade. Elas participam aqui na comunidade, mas quando toca para sair de casa, elas dão um monte de desculpas e não vão. Foi a necessidade e visão de libertação que me fez participar, porque naquela época éramos oprimidas e sombras de nosso marido. Não tínhamos direito a nos aposentar, somente os homens tinham

acesso a meio salário mínimo de aposentadoria. E foi esse desejo que fez com que eu participasse, a visão de libertação, de buscar os direitos da igualdade. (Estela Reis da Silva).

No entanto, mesmo com as diferentes formas de participação, as camponesas entrevistadas trazem elementos tais como a importância da reprodução dos conhecimentos que construíram ao longo de suas vidas e no MMC, afirmando isso com muita convicção mesmo que sejam as únicas em seus municípios a acreditarem no Movimento.

Participo só quando tem reunião, quando me convidam... fui pra Ronda Alta, também pra Liberato ensinar como fazer remédio. Também participo em mobilização. Brasília, fui em 2004. No meu município (Rondinha) as outras mulheres não querem participar. Elas participavam até que tinha o Plantando Saúde, depois fiquei só eu. (Nadir Agnolin)

Outro destaque importante e que fora explicitado nas entrevistas é que o MMC (para essas mulheres) se consolida como um ambiente de aprendizado, em que encontram um espaço que muitas vezes não existe em outros lugares. E é por isso que para as camponesas esse lugar é único e muito importante. Talvez esse seja um dos motivos que as faça continuar participando por vários anos do MMC: “Faço parte do Movimento desde 1987, desde que o Movimento foi fundado. Parei um ano e depois voltei com mais sede ao pote. O movimento pra mim era e é tudo.” (Inelvas Dalmoro).

No entanto, o MMC/RS afirma que esse processo de saída de casa, de libertação das mulheres não é tranquilo, muito menos fácil, pois implica romper com atitudes e valores construídos historicamente e que colocam as mulheres como seres inferiores. Por isso, muitas camponesas ainda não conseguem sair de suas casas, na dificuldade em romper com formas e estereótipos.

O papel educativo do MMC também pode ser citado no sentido de fazer com que as mulheres, no ato simbólico de sair de casa, possam ver outros mundos, outras pessoas e outras experiências, construindo novas práticas e novos olhares para além do espaço doméstico e de cuidados.

Nas falas citadas anteriormente, percebe-se a importante contribuição dos parceiros para a luta e a inserção das mulheres no Movimento, tais como a igreja e o sindicato. Ao mesmo tempo, percebe-se o quanto o MMC contribui para a vida das camponesas que optam em fazer parte do Movimento, construindo laços de amizade para além das relações familiares e locais.

As falas das camponesas entrevistadas confirmam que o Movimento é tudo para suas vidas; é mais que uma faculdade. Ainda falam de como é bom sair de casa e conhecer outras pessoas. Isso evidencia uma realidade de opressão sofrida pelas mulheres de maneira geral, mas aqui explicitadas pelas do campo e que, aos poucos, pode ir sendo superada quando as mulheres se dão conta e auxiliam outras camponesas a viverem esse mesmo processo, fazendo-se Movimento (nesse caso) - mesmo que sejam as únicas e chamadas de “loucas”.

### 5.2.2 – A Comunicação do MMC, segundo as camponesas idosas

A ação comunicativa desenvolvida pelo MMC/RS é um conjunto de táticas e estratégias que visa a fortalecer seus canais comunicativos com as mulheres, por meio de ligações, reuniões e encontros, e com a sociedade, a partir de protestos, e-mails e materiais escritos.

Essa ação, para as camponesas entrevistadas, perpassa pelas próprias mulheres ao vestirem uma camiseta, carregarem uma bandeira ou realizarem uma ligação informando de uma reunião. Chama a atenção, nesse sentido, que as próprias camponesas comportam em si a forma principal de comunicação do Movimento.

Das camponesas idosas entrevistadas, nenhuma delas consegue visualizar a comunicação do Movimento desvinculada da ação de informar sobre reuniões, encontros, estudo e mobilizações, pois a ação comunicativa perpassa e chega até elas por meio de ligações, recados e avisos no rádio, principalmente.

A comunicação acontece através das ligações para as reuniões, nas reuniões, nos bilhetes que mandamos para as mulheres, avisando das coisas. (Estela Reis da Silva)

Vejo que até que a comunicação é boa, porque tem as reuniões da Direção, daí tem da coordenação, daí tem da região e tem no município. Mas quando não dá para a gente tá presente, daí tem o telefone né. Acho que as próprias mulheres são a comunicação no Movimento. (Ineltes Dalmoro)

Sempre a Irmã Carminha me liga e me avisa quando tem atividade. (Nadir Salete Agnolin)

Para Vergina Fernandes da Silva, que não participa organicamente do Movimento, o rádio se constitui na principal forma de recebimento de notícias. É por meio dele e das pessoas que ela recebe as informações dos encontros e reuniões. “Pois é, ficava sabendo assim

pelo rádio ou por alguém que contava que tinha a reunião. Daí eu ficava sabendo e dizia ah... eu quero ir nessa... eu quero ir”.

Com relação às cartilhas, objeto desse estudo, as camponesas idosas as consideram ligadas ao estudo, acesso a informação e também como uma forma de conhecer o Movimento.

Agora outro dia aquela guria que foi pra Brasília do meu município me disse que gostava muito de ler, daí tenho uma daquelas cartilhas grandes, botei em um envelope e disse assim pra ela, agora quando eu for pra Passo Fundo se tem alguma a mais te mando... ela me disse que quando pega um jornal não pára de ler enquanto não acaba... Daí pensei, como ela não conhece nada do Movimento quem sabe lendo ela conheça um pouco. (Nadir Salete Agnolin).

Nesse sentido, as cartilhas são citadas como ferramenta de comunicação, por comportarem informações sobre o Movimento. “As cartilhas ajudam muito na comunicação, porque dentro das cartilhas têm as informações do Movimento” (Inelves Dalmoro).

No entanto, Nadir Salete Agnolin chama a atenção para outro elemento que é a linguagem com que os materiais são escritos, ao dizer que “Quem conhece o Movimento consegue entender a cartilha, meu Deus! Elas são bem claras”.

Na prática, esses cadernos são utilizados também como um atrativo para reunir as mulheres, especialmente porque alguma coisa sempre se aprende. “Servem pra unir as mulheres, os grupos. Pra elas aprenderem né, porque a gente ler e tudo né, sempre tem alguma coisinha pra aprender”. (Inelves Salete Dalmoro)

No entanto, devido à pouca ou nenhuma escolarização destinada às pessoas que residem no campo, as cartilhas podem ser desafios para aquelas camponesas que não são alfabetizadas, como é o caso de Vergina Fernandes da Silva, que relata um pouco dessa realidade que a impediu de estudar.

Nunca fui na aula... até parei na casa duma madrinha minha que tinha um filho, que estudou e ele me dava aula, me ensinava alguma coisa assim, quando eu era menina ainda. Depois a gente se mudou e naquele tempo quem ia na aula, quem estudava era só os rico mesmo que podiam pagar o professor que vinha na casa, pras criança estudar e o pai tinha que pagar. Acredita que naquele tempo não tinha escola. Depois tinha umas professoras que davam aula, mas quando a criança ia estudava ou se passava três, quatro dia que não ia, não falavam nada porque não tinha obrigação de ir, né. Depois que eu era casada e tinha filho também, tinha essas meninas da Jesuína (vizinha) que ficavam brincando por ali e diziam “ah hoje nos não vamos, a professora não diz nada”, era froxo assim, não era de ir e ter obrigação e ir na aula, dos pais mandar pra escola. Era assim, daí. Por isso que não fui na aula. Mas eu aprendi muita coisa com aquelas aulas do Mova. Aprendi a escrever meu nome e a conhecer dinheiro.



A forma encontrada por essa camponesa para ler coisas foi com o auxílio do filho, da filha e do neto que liam os textos para Vergina.

Com relação às formas de distribuição, todas as camponesas entrevistadas recebiam as cartilhas durante alguma atividade da qual participavam.

Eu pegava os livros quando ia nas reuniões. Quando ia na reunião, pegava o livro e trazia pra casa. Vergina Fernandes da Silva.  
Estas aqui eu recebi aqui no Movimento, quando temos reunião em Passo Fundo, daí eu peguei as cartilhas. Só esta que peguei em Brasília. (Nadir Salete Agnolin).

Talvez seja por isso que Vergina Fernandes da Silva não tenha nenhuma cartilha do Movimento, pois, ao não participar organicamente das reuniões regionais, ou mesmo municipais, não consegue ter acesso ao material. Esse mesmo fato explica porque essa idosa possui as cartilhas do MPA, porque as mesmas estão disponíveis no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. O inverso acontece com Inelves Dalmoro que tem todas as cartilhas do Movimento, devido a estar participando das instâncias do Movimento há muitos anos.

Sendo assim, conforme as entrevistas, a comunicação pode ser considerada como uma rede que se apresenta de diferentes formas e expressões para o Movimento e para as mulheres. As cartilhas, nesse conjunto, assumem o papel de representar a história e a opinião oficial do Movimento, visto que sistematizam os assuntos que se referem à vida das camponesas organizadas.

Nesse sentido, se torna um desafio pensar a comunicação, pois são as mulheres as portadoras da principal forma comunicativa do Movimento. De outro lado, as ações que são realizadas precisam ser o espelho das necessidades dessas camponesas, seja avisando com antecedência sobre uma reunião, utilizando o rádio, falando em uma linguagem clara ou escrevendo cartilhas.

### 5.2.3 – As mulheres de mais idade

Ao utilizar esse conceito, remeto à forma com que as camponesas se auto identificaram durante a pesquisa. O objetivo desse texto será de evidenciar elementos das vidas das mulheres entrevistadas na relação com o processo de envelhecimento.

Sendo assim, um primeiro destaque que aparece nas falas são as questões da família e da importância das relações comunitárias. Esses são elementos constitutivos da vida

camponesa, conforme evidenciado no primeiro capítulo dessa dissertação, mas muito presente na vida das mulheres de mais idade, independente de ser viúva, casada ou solteira.

Essas questões aparecem quando foi pedido a essas mulheres que falassem sobre suas vidas e todas relataram fatos referentes família, filhos/as ou irmãos/irmãs.

Moro com três irmãos. Meu pai morreu eu tinha 14 anos e a minha mãe morreu eu tinha 23 anos. Era Luiz e Celestina Dalmoro. Daí a minha opção em ser irmã e mãe foi com eles, porque acabei morando com eles e não casando, mas me acho que sou feliz na escolha que fiz, né... vou onde quero e sou feliz. (Inelves Dalmoro)

Tenho sete filho, dois já são falecidos. Casei e separemo porque ele faleceu, né. Nós nunca separemo. Me casei com 17 ano, bem novinha. Quando tinha 18 anos ganhei a Lurdes. Ganhei todos eles em casa, de parto normal. (Vergina Fernandes da Silva)

Sou casada a 41 anos, tenho seis filhos. Os mais jovens, que é um casal de gêmeos tem 28 anos. Todos foram estudar e não voltaram mais para casa (fala este dado com certa tristeza). Uma que tinha os nonos em casa, que não é fácil (fala bem baixinho), e daí foram saindo... até teve uma que fez ESCAJUR. As quatro meninas fizeram magistério. O piá mais velho foi pro colégio agrícola em Frederico (Westphalen), depois de lá trabalhou em casa uns quantos anos. Mas daí fez o concurso da EMATER e foi trabalhar no assentamento de Tupã, daí ele quis continuar estudando e fez mestrado e doutorado. Todos os seis estudaram em faculdade pública, não precisaram pagar nada e sempre moraram em casa de estudante. (Nadir Salete Agnolin)

A família, expressão que aparece com força nas falas das idosas, também identifica um sentimento de tristeza, especialmente com relação aos filhos que foram estudar e não voltaram mais para casa. Isso porque, algumas vezes, aparenta que seus filhos/as são entendidos quase como extensão ou continuidade da luta de Movimento e de resistência no campo que elas mesmas carregam.

Ele vivia com a bandeira dos movimentos nas costas. Depois de quase um ano da morte dele olhei, em um domingo ao redor de mim e vi que tinha ainda sete filhos/as que estavam ali e que precisavam de mim.. então resolvi erguer a cabeça e lutar por aquilo que meu filho tinha como sonho, já que ele não teve tempo de fazer. (Estela Reis da Silva)

Afora isso, o amor ao campo se soma à preocupação com a sucessão rural, uma vez que o campo esvaziado está cada vez mais velho.

Eu acho que é muito bom morar no campo, eu roça mesmo as condições físicas não me deixavam ir muito, né, mas o que eu podia fazer eu fazia. Até hoje, quando tenho um tempo vou na roça... nossa você tem uma batatinha nova, uma batata doce nova. Toda fase do ano você tem alguma coisinha nova pra botar cozinhar. Na roça é muito

bom. Quando o feijão vai pra amadurar e você vai lá tirar e fazer aquela sopa de feijão novo, quando tem alguma coisinha que tá querendo amadurar você já vai lá e tira ... é bom comer tudo fresco. Então você tem sempre as coisas. Lá na roça você nunca morre de fome, sempre tem alguma coisa pra comer. (Inelves Dalmoro)

Não tenho dificuldades em morar no campo. O que eu não me acostumo é na cidade (risos), tem que ser no campo. Sempre vivi no campo desde pequena. Não tenho dificuldades aqui porque as pessoas me conhecem e me ajudam. (Vergina Fernandes da Silva).

Olha, eu na roça, gosto de morar (fala suspirando e feliz), gosto! (Nadir Salete Agnolin)

Essa preocupação perpassa a entrevista quando se perguntou quais os desafios para o meio rural e todas as camponesas citam a preocupação com a juventude.

Eu penso assim, quanto que a gente queria trabalhar com a juventude, mas você tem uma juventude que tem uma cabeça feita desde berço, por causa desta televisão que só estraga com eles, que diz que eles tem que ter dinheiro cedo, que tem que ter aquele salário.. meu Deus do céu!! Não sei porque não gostam da roça, acho que depende muito dos pais, da família de trabalhar com eles desde pequeno, dizendo que na roça é bom de morar, que na roça sempre tem comida, que é mais saudável e que lá na cidade nem se sabe o que come, né.. tá com fome, tá ali a comida e você compra, mas nem sabe o que tá comendo, né. (Inelves Dalmoro)

As pessoas mais de idade entendem mais, que sempre deu seca um ano, outro ano não dava... e a juventude não, eles querem dinheiro. Nós temos que fazer o jovem voltar, né! Os jovens na cidade tem tudo muito fácil, daí na roça fica difícil né! Já vão de ônibus pra escola, aqui tem que ir a pé... chegando em casa tem só uns servicinhos pra fazer, e na roça quando vão já dói as costas. Pra fazer os jovens voltar pra roça, olha, não é fácil. Na cidade ganham dinheiro todo mês e no campo não! Eles saem pra estudar, ficam melhorzinho e depois pra voltar para casa não é fácil! A gente aguenta, né, fazer o que, mas a juventude diz vou fazer o que aqui, não tem dinheiro, não tem nada. (Nadir Salete Agnolin)

Já as jovens, acho que as que estão no meio rural estão perdidas, falta consciência para a juventude. Teria que pensar algo para elas se acharem novamente, darem valor para a vida no campo. (Estela Reis da Silva)

Percebe-se a necessidade do retorno da juventude para o campo, mas as camponesas sabem que esse retorno não é tranquilo e não será fácil. Citam que, além da televisão, a cultura citadina, a educação e a falta de condições de viver com lazer e renda faz com que muitos jovens ainda busquem na cidade uma vida melhor. Afora isso, Nadir Salete Agnolin chama a atenção ao afirmar que as pessoas mais velhas entendem o tempo da vida. Cita que sabem que em um ano faz seca, que em outro ano não dá a produção. Isso é diferente da juventude que vive em outro tempo, que é de mercado, da lógica fabril.

Frente à necessidade de continuar trabalhando no campo, pois a juventude foi embora, apresenta-se a dificuldade de um corpo que envelheceu, como relata Nadir Salete Agnolin: “A maior dificuldade é não ter mais força pra trabalhar. Trabalhar na roça não é difícil... agora tá mais difícil porque o sol tá mais quente e a gente fica mais de idade, né”.

Outro elemento que chama a atenção nas falas é o relato da opressão sofrida pelas mulheres, que, mesmo sendo lideranças, sofreram ou sofrem em seu cotidiano, tendo às vezes que optar entre a família ou a realização de sonhos. Isso fica evidente na fala de Estela Reis da Silva que teve que deixar de estudar para manter seu casamento.

Uma das professoras do curso disse que eu não deveria desistir, que era uma pena... mas tive que optar e optei pelo casamento. Sempre vivi pelos meus filhos, que são oito. Quando eram pequenos, quando iam na escola... não me arrependo de ter feito esta escolha, porque estão todos bem e encaminhados, mas agora que cresceram e são adultos, que eu poderia ter um tempo a mais pra mim, o marido não me deixa, incomoda.

Com isso, se confirma que a opressão de gênero, que perpassa por todos os âmbitos da vida, também se faz presente no cotidiano das mulheres feministas, possivelmente de forma mais forte, já que elas tomam uma posição de enfrentamento a essa situação.

Durante as entrevistas, as camponesas afirmam que gostam de morar no campo, especialmente porque lá não se passa fome. Junto a isso se soma a solidariedade e o cuidado com idosos/as que ainda têm papéis a serem cumpridos nas propriedades rurais. Essa “ajuda” vem de vizinhas, das famílias que residem próximas e mesmo dos filhos/as.

Não, a Claci (vizinha que é sua procuradora) pra mim, mulher... bah... foi uma pessoa muito boa, ela me ajudou muito... me leva em Palmeira fazer negócio..eles são uma pessoas que gostam muito de ajudar os outros. (Vergina Fernandes da Silva)

Agora eles tão ajudando nós, mandando dinheiro (filhos). (Nadir Salete Agnolin)

O sonho em continuar estudando também foi relatado pelas mulheres, que impedidas de estudar, seja por falta de políticas públicas para o campo, pela cultura machista que permitia somente ao homem de seguir seus estudos ou pela necessidade de mão de obra no campo (onde se deixava de estudar para trabalhar), as camponesas falam de um sentimento e de um sonho não realizado.

No nosso tempo não tinha como estudar mais. (Nadir Salete Agnolin)

Daí não podia caminhar 5 quilômetros na ida e 5 na volta, não tinha como fazer isso, né. Agora era um sonho meu estudar, me formar, mas... (Inelves Dalmoro)

O sonho de seguir estudando, o amor ao campo, a solidariedade, a produção de alimentos, a família, os filhos e a opressão foram sentimentos expressados pelas idosas em suas entrevistas.

Por isso, falar de mulheres idosas, a partir desse estudo, é levar em consideração a forma como as pessoas se denominam, “de mais idade”, nunca velhas. Isso pode remeter a um jeito próprio, tipicamente rural de conceituar, mas também pode identificar uma negação do conceito “velho”, que remete a conotações negativas construídas socialmente.

A forte inserção das mulheres entrevistadas em redes familiares e da comunidade, característica das mulheres em geral, como outras pesquisas gerontológicas apontam, também é reforçada nesse caso, em razão do envelhecimento no meio rural e de características do campesinato brasileiro.

A contínua subordinação da mulher no meio rural, oferecendo pouco espaço para o desenvolvimento individual e provocando situações de escolha e/ou de desistência, também acompanhou essa pesquisa. Isso faz com que a escolha por não casar, no caso de Inelves, ou a realidade da viuvez de Vergina não sejam percebidas como coisas ruins, mas pelo contrário, podem significar maior liberdade para fazer coisas que não poderiam se fossem casadas.

Por outro lado, a preocupação com a sucessão rural são falas muito fortes das mulheres. O esforço de garantir para os filhos e, principalmente, para as filhas uma melhor escolaridade leva os mesmos a abandonarem a vida do campo, que representa um valor grande para essa geração de mulheres, causando tristeza, culpa e preocupação.

Por último, é importante chamar a atenção para certa ambivalência da vida do campo, que, por um lado, é percebido pelas mulheres como muito boa - principalmente pelas relações sociais, pela proximidade com a natureza, pela alimentação saudável - e, por outro lado, difícil devido à dureza do trabalho, especialmente a partir de certa idade.

Todos esses elementos fazem com que se perceba a imensidão que é discutir o meio rural e as relações que nele permeiam, especialmente quando ligadas ao envelhecimento. Se, por um lado, a vida no campo, as preocupações com a sucessão rural, a opressão das mulheres são elementos presentes na vida das camponesas, estar ficando velha também implica limitações, de um corpo que envelhece um pouco a cada dia.

Levar em consideração esses elementos faz com que se reconheça a contribuição de idosos/as no campo. Ao mesmo tempo, evidencia uma realidade dura, mas permeada por uma

gama de relações comunitárias e de sabedoria que - segundo as idosas - necessitam ser reproduzidas para as gerações futuras, em uma perspectiva de continuidade da história e mesmo da existência do próprio campesinato.

#### 5.2.5 - Mulheres Camponesas Idosas e as Leituras das Cartilhas do MMC RS.

Conforme já nos dizia Paulo Freire, a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Para as camponesas, segundo essa pesquisa, essa afirmação se torna materialidade no trabalho com a terra, observando os elementos da natureza, as fases da lua, a vida em comunidade, o relato da militância no MMC e a preocupação com a continuidade da agricultura camponesa. Por isso, acima foram expostos elementos que discutem essas temáticas.

No entanto, considerar essas questões faz com que se tenha uma visão maior desde onde as mulheres estão falando, visto que um dos objetivos deste estudo foi compreender as leituras que as camponesas idosas fazem da palavra, das cartilhas produzidas pelo MMC/RS, contemplando os diferentes olhares e escolaridades.

Sendo assim, a seguir buscou-se categorizar os elementos ditos, expressos nos olhares e nas palavras das “mulheres de mais idade” que fazem parte do MMC/RS.

Nesta pesquisa, a primeira categoria que chama a atenção são as **leituras pela necessidade prática, imediata e direta das cartilhas**, que se vinculam à vida das mulheres, às coisas da agricultura, aos direitos sociais, ao Movimento (quando esse é compreendido como uma necessidade) ou a receitas e outras coisas que tragam retornos diretos. Essa necessidade vem ligada, especialmente, a mudanças buscadas para a vida e mesmo para a propriedade.

Me chama atenção as cartilhas que tratam dos direitos. Gostaria de ler mais coisas sobre agricultura, sobre a vida da gente. (Estela Reis da Silva)

Pois é, alguma quando tinha o que ensinasse a gente lia tudo. Primeiro ele lia tudo pra mim vê, depois lia de novo o que ensinasse. Alguma coisa a gente esquecia, outras eu lembro. (Vergina Fernandes da Silva)

Estudei ela (cartilha) sozinha em casa. Pego quando preciso e tenho tempo e leio. (Nadir Salette Agnolin)

Acredito que hoje as mulheres buscam retornos mais diretos para suas vidas e propriedades. Somente formação, nem eu vou mais, porque cansei... vou na formação e quando volto pra casa, as coisas continuam do mesmo jeito. E as mulheres também esperam isso, talvez um projeto, uma linha de crédito a fundo perdido, não sei, algo

que gere renda para a propriedade... juntando a questão financeira com o político. (Estela Reis da Silva)

As mulheres explicitam, acima, as vontades de ler mais, de ter acesso a mais informações, muito vinculadas às suas próprias necessidades de vida. Essas mulheres percebem, na leitura, uma fonte de apoio, de ajuda para sanar as dificuldades e mesmo a carência de informações. Como exemplo, pode-se citar Nadir Salette Agnolin que, atualmente, é responsável por duas netas, uma de 15 anos e outra de 18 meses. Relata dificuldades no cuidado de ambas e quando é questionada sobre o que gostaria de ler mais, pede cartilhas que falem sobre como trabalhar com adolescentes.

Olha, as mulheres mais novas elas se interessam assim, em coisas que falem sobre como é que a gente vai trabalhar com os adolescentes. Dizem que não conseguem mais com os adolescentes, não mandam mais.. teria que ter alguma coisa pra nos instruí! Elas dizem que até nas crianças, quando tem três, quatro anos tu não manda mais...

No entanto, as necessidades apresentadas são diversas, pois as pessoas são diferentes e enfrentam situações diferenciadas. Dessa forma, pode-se citar outro exemplo, relatado por Inelves Dalmoro, e que enriquece essa discussão:

Foi uma dificuldade quando eu fiquei doente com 10 anos e fiquei 5 meses em Porto Alegre sem alguém, um da família ir me ver, porque não tinha condições de ir porque nós era pobre. Nós não passava fome porque na roça não se passa fome! Fiquei na Santa Casa por causa da minha perna, só o prefeito que era meu primo que ia me ver. O que tive foi osseomelite. Pesava 17 quilos quando tinha 10 anos. Ninguém dizia que eu ia voltar viva do hospital. Sobrevivi porque tenho uma missão e acho que minha missão é o movimento, porque outra coisa não pode ser, lutar com as mulherada até que consiga caminhar! (Inelves Dalmoro)

A missão que Inelves acredita ter, vinculada ao Movimento, faz com que ela afirme a necessidade de resgatar a história do MMC/RS nos materiais. Segundo ela, “Deve fazer um texto falando muito da história do Movimento, desde o início. A história do Movimento ela é rica em sabedoria”.

A necessidade apresentada como uma demanda de leitura, pelas idosas, pode materializar-se por meio das receitas que algumas cartilhas contêm. Esses textos foram muito citados no decorrer da pesquisa, quando as camponesas afirmam que os materiais que contêm receitas são os que mais manuseiam e utilizam.

Como exemplo, durante a entrevista a cartilha “Plantando Saúde”, que contém receitas, é a que Nadir permanece folhando. Fica em dúvida se aquela cartilha é a que ela tem em casa mesmo, depois diz: “a minha tá terminada de tanto eu usar”. Sigo perguntando o que mais ela utiliza naquele material e ela diz:

O que mais ocupo é para fazer elixir figatil, do reumatismo, alergia, circulação, digestivo e a pomada cicatrizante, calmínex e a da alergia. Por exemplo a cicatrizante pra queimadura, sempre tem que ter na geladeira! Faço pra nós de casa e as mulheres pedem, perguntam. (Nadir Salete Agnolin)

Inelves Dalmoro também destaca que:

O plantando saúde foi um ano de escola e que jamais foi mexido tanto com as mulheres, como quando estava acontecendo o plantando saúde, acho que foi por causa dos remédios que se aprendeu e do bem que faz o remédio que a gente faz até hoje né (xarope e elixir).

E ainda acrescenta: “Têm umas cartilhas que têm receita, as mulheres ficam entusiasmadas no grupo que tá loco (riso)”. (Inelves Dalmoro)

Vergina também expressa a leitura pela necessidade quando fala “Pois é, alguma quando tinha o que ensinasse a gente lia tudo. Primeiro ele lia tudo pra mim vê, depois lia de novo o que ensinasse”.

Uma segunda categoria observada durante a pesquisa são as **leituras como um alívio de opressão e manutenção do sonho e da beleza**. Isso chama a atenção quando as camponesas afirmam que gostam de ler depoimentos de superação, imagens de pessoas felizes e questões que remetem a afirmar que, organizadas, as mulheres conquistam autonomia e liberdade.

No entanto, essa questão não aparece de forma explícita nas falas das mulheres. Ela fica nas entrelinhas e é observada quando afirmam que gostam de ver coisas bonitas e pessoas felizes.

Somado a isso se crescem as leituras de desenhos e imagens, em que as mulheres, mesmo alfabetizadas, em um primeiro momento olham as fotografias e as imagens que encontram nas cartilhas, afirmando que isso as instiga a ler os textos.

Sempre olho primeiro as fotografias, as imagens, que chama atenção e que dá vontade de ver o que é que tem escrito... ainda mais quando tem a fotografia das mulheres reunidas. Afora isso o conteúdo, né. (Inelves Dalmoro)



Primeiro passo ela e olho pras fotos (risos), daí vou começando... daí as vezes leio pareio (tudo), as vezes conforme o tempo leio uma parte. Mas eu adoro, gosto de ler! (Nadir Salete Agnolin)

Já Vergina Fernandes da Silva, limitada por não saber ler, também relata que gosta de ver as imagens nas cartilhas e nos materiais que tem acesso.

Pois é, me chama atenção que é muito bom, né... esses livros são uma coisa muito bom. Gosto de vê os desenho, as semente como tem ali (folhando a cartilha), tudo as coisa bonita, as família feliz. Silêncio – (Vergina Fernandes da Silva)

Vergina faz a leitura das cartilhas com outras pessoas, criando mecanismos de leitura, com o filho, a filha e seu neto, o que faz com que se aproxime e conheça materiais, mesmo sendo analfabeta.

Pois é, quando o Marcelino (filho) vinha aqui ou quando eu ia pra lá (Porto Alegre) eu levava junto. Ele lia os livros comigo. O Marcelino gostava muito e ele era muito de gostar que eu fosse nesses encontros de mulheres... ele me dizia, “bah mãe é muito bom... que bom que a senhora vai”, ele dizia.

Além das questões levantadas acima, uma das camponesas também busca nas cartilhas **leituras para conhecer melhor a sua realidade**, formando uma terceira categoria, de forma a entendê-la para reagir.

É muito bom a conjuntura né, estar dentro da conjuntura é muito bom né.. te faz se revoltar as vezes, mas daí se faz alguma coisa pra tentar mudar aquela conjuntura. (Inelves Dalmoro)

Por último, é interessante chamar a atenção para o fato de que, dependendo do assunto do material, as leituras são feitas individualmente ou em grupo, permitindo que se pense em questões para além da forma de distribuição, e também nas formas de utilização das cartilhas segundo as temáticas.

Isso parece óbvio, mas, as mulheres utilizam a cartilha dependendo do assunto que ela aborda:

Eu li todas elas, mas com o grupo não, porque a gente escolhia um texto pra estudar. Tem umas como aquela que é preparação para a assembléia que sim, pois a gente se preparava para vim com o grupo, né... essa da sexualidade, a do Plantando Saúde também”. Inelves Dalmoro.

A partir dessa fala, chama-se a atenção para as diversas formas de leituras dos materiais estudados que ora são individuais, ora são em grupo. Em alguns momentos, esses materiais são apenas escutados, porque não se sabe ler. Atrelado a isso, este estudo apontou para o papel que as cartilhas cumprem na vida das mulheres, que a possuem por uma necessidade, seja concreta, de informação ou mesmo para visualizar elementos de beleza, boniteza e libertação.

Percebeu-se, ainda, a importância das receitas, das imagens e da presença de depoimentos que podem produzir efeitos, muitas vezes maiores do que textos corridos.

Todas as questões acima expressam as leituras que as camponesas estão fazendo das cartilhas produzidas pelo MMC/RS. Essas leituras - que dialogam com as necessidades e a concretude da vida - tornam-se um desafio para o Movimento, na medida em que suas militantes precisam “saber ler” as necessidades das mulheres ao elaborarem um texto ou uma cartilha. Ao mesmo tempo, o MMC precisa dar-se conta das buscas das mulheres, que podem ser atendidas em cartilhas ou em outras formas de comunicação.

As cartilhas, como se pôde perceber, são apenas uma pequena parte das leituras que as mulheres fazem, ficando evidente que as leituras das cartilhas vêm carregadas de leitura de mundo e de necessidade concreta ou abstrata.

Dessa forma, compreender as leituras das cartilhas pelas camponesas idosas do MMC/RS remete a ir além do ato da entrevista; isso significa ter que olhar para a realidade das camponesas, entender suas necessidades e, acima de tudo, compreender os significados de estar em movimento.

Pensar sobre esses elementos vai além de projetar as cartilhas de forma que cumpram com sua função: é repensar textos e materiais que interajam com a vida de mulheres, de camponesas, de idosas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, tem-se a certeza de sua incompletude. Isso porque elementos da vida das mulheres idosas, da cultura camponesa e do MMC podem ter ficado nas entrelinhas, quando do exercício da escrita.

Colocar-se como aprendiz foi outro destaque desse processo. Olhar para um Movimento social, neste caso o MMC/RS, foi enriquecedor, na medida em se percebe que suas práticas são educativas, importantes e essenciais para um coletivo de mulheres, que sonha e materializa seu cotidiano na libertação de diversas formas de opressão. Isso se explicita nas ações e escritas a partir da participação no Movimento.

Ao olhar para o campo, para as mulheres de mais idade e para o MMC/RS, também revi uma trajetória militante pessoal, de minha família, compreendendo muitas coisas que o cotidiano, muitas vezes, não possibilitava. Isso somente foi possível pelo distanciamento do objeto estudado.

Discutir campesinato, neste trabalho justificado pelo fato de ser conceito presente na vida das mulheres militantes do MMC/RS, remete a pensar sobre outra forma de agricultura, muitas vezes não vista, nem reconhecida pelo conjunto da sociedade e negligenciada de estudos. Esse modo de vida estrutura sua produção articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. Para além de uma relação econômica, também são agregados elementos políticos, culturais e sociais em uma cultura que é, ao mesmo tempo, um modo de ser camponês.

Percebeu-se que a década de 1960-1970 foi um período de grandes mudanças na agricultura brasileira. Somado a isso, as taxas de crescimento da população entre as décadas de 1950 e 1970 giravam em torno de 3% ao ano. A partir daí, houve um processo de declínio, com redução acentuada nos níveis de fecundidade.

Assim, o incentivo industrial intensificado nesse período e a pouca necessidade de mão-de-obra na propriedade, facilitados por utilização de insumos químicos, compra de sementes e utilização de equipamentos agrícolas e ligados ao empobrecimento do campo pela ausência de políticas públicas - fazem com que os jovens comecem a migrar para os grandes centros urbanos. Esse processo pode ser um indicador do início do processo de

envelhecimento do campo, que hoje é preocupação de grande parcela da população, devido à sucessão rural e à continuidade da produção de alimentos.

É sabido, pelos dados do IPEA, que 70% da produção de alimentos diversificados, consumidos no Brasil, provêm das pequenas propriedades. Com o envelhecimento da população rural, e os limites que a idade vai acarretando, se poderia **propor**, a partir deste estudo, uma preocupação maior com relação ao futuro da produção de alimentos em nosso país.

De outro lado, percebeu-se a complexidade que engendra a velhice, que expressa de maneira ampla para além de elementos etários. Afora isso, pontuou-se a necessidade de ressignificar a velhice, visto que implica, devido às construções sociais que nela são impostas, impactos para a sociedade e para as pessoas velhas. As mudanças na estrutura etária da sociedade devem ser olhadas com atenção quando se planejam ações a curto, médio e longo prazo.

O MMC/RS, envolto nos conceitos de gênero, classe, feminismo e comunicação, remete a pensar sobre a realidade das mulheres rurais e a participação destas na produção e reprodução da vida, muitas vezes ocultada pela cultura machista e patriarcal de sociedade. Na sua história, construída pelas mãos de muitas mulheres, desde a década de 1980, percebe-se um grande avanço nas suas teorias e práticas após se assumir como Movimento Camponês e Feminista em 2004.

Ao mesmo tempo, as mulheres pesquisadas apresentaram um carinho muito grande quando falavam do Movimento que, em muitos momentos, se misturava com a própria vida dessas camponesas. Por isso, reafirma-se, ao final deste estudo, a importância dessa organização específica de mulheres, que faz com que as camponesas se identifiquem, conheçam outras realidades e, aos poucos, superem as opressões que vivem em seu cotidiano.

O que chama atenção para as leituras que as mulheres camponesas realizam das cartilhas do MMC/RS, é a própria utilização desses cadernos pelas mulheres e as diversas formas que as utilizam. Assim, quando Nadir não reconhece mais uma cartilha que está na secretaria, porque a sua está diferente de tanto manusear, não significa apenas uma mulher dizendo que manuseia um texto, mas que ela o lê, que liga esse material a possibilidade de aprendizado e porque ele significa algo para ela.

Outro destaque é que as mulheres buscam nas cartilhas textos, fotos e imagens que vão de encontro com suas necessidades concretas ou abstratas de libertação. Desta forma, as leituras das mulheres vêm carregadas de elementos de sua vida, de sua realidade camponesa e de mais idade.

Ao entrevistar cada camponesa, com seu jeito simples, mas convicto da importância de estar em movimento e de permanecer no campo, não há como não me lembrar de tantas histórias de mulheres oprimidas ou libertas que lemos nos livros de história. Da mesma forma não dá para deixar de agregar elementos diferenciados nesse estudo pela condição das mulheres serem idosas, de mais idade. Isso as diferencia como um grupo social. Também apresenta outros elementos de vida, específicos do envelhecimento humano e que na agricultura camponesa ainda tem um papel para cumprir.

Ao re-olhar para cada passo dessa pesquisa em direção a compreensão das leituras das camponesas idosas das cartilhas do MMC/RS, foi-se percebendo alguns desafios para o Movimento, que trabalha com mulheres que vivem no campo e que cada vez mais estão envelhecendo e migrando para as cidades.

Como se viu no decorrer dessa dissertação, pesquisas ligadas a teoria da atividade têm mostrado que para os idosos/as, o círculo de amigos/as tem representado uma maior satisfação de vida na velhice se comparando com a vivência em família. Desta forma, a organização de mulheres pode ser um fator importante para este grupo social, por representar relações maiores do que as familiares, mas também porque nele se estuda e se busca uma reação para as diferentes formas de opressão, violência e discriminação que as mulheres sofrem pela condição de gênero.

Durante as entrevistas e vivências, se percebeu que as mulheres idosas do MMC, fazem uma luta silenciosa e não valorizada pelo conjunto da sociedade, de resistência ao modelo capitalista no campo. Isso se evidencia na preservação e reprodução de saberes populares, na produção de alimentos e no trabalho com as plantas medicinais, ainda que, muitas vezes lhes faltem as forças para longas marchas e mobilizações de enfrentamento.

De todo modo, essa nova conjuntura de envelhecimento do campo deve ser incorporado ao cotidiano de ações do MMC. Sendo assim, os temas que o Movimento pauta, devem se adequar as necessidades e demandas deste público, onde as mobilizações e atos de rua tenham trajetos mais curtos e incluam pautas demandadas pelas mulheres camponesas acima de 55 anos. Ainda, os materiais que o MMC produz devem ter letras grandes, desenhos e imagens, visto que com o processo de envelhecimento, a visão vai ficando ofuscada e ainda vivemos em uma realidade em que muitas camponesas idosas não sabem ler.

Potencializar entre ajuda e o mutirão para o trabalho no campo, resgatando sentimentos de solidariedade, visto que com o processo de envelhecimento o corpo vai perdendo a força e a elasticidade são elementos que apareceram durante as entrevistas e frisados como importantes pelas pesquisadas.

Devido à migração dos jovens para a cidade, é necessário e urgente que o MMC, juntamente com outros Movimentos Sociais, discuta e pautue políticas públicas que visem ao retorno dos jovens para o campo. Alguns indicativos do que essas políticas públicas devam conter as idosas já citaram durante as entrevistas: a importância de uma reeducação escolar que valorize o rural, geração de trabalho, renda e lazer.

Afora isso, para as camponesas idosas é de fundamental importância que o MMC, juntamente com a Via Campesina, continue pautando e lutando por um projeto de agricultura camponesa, que garanta mais dignidade para as pessoas do campo, com políticas públicas em âmbito micro e macro econômico.

Por último, devido às elaborações do MMC/RS evidenciarem o resgate das práticas culturais, do trabalho com as plantas medicinais e das sementes crioulas, a partir deste estudo se percebeu a importância do trabalho intergeracional, visto que as camponesas idosas têm essas práticas muito presentes em seu cotidiano, ao contrário das camponesas jovens que são citadas durante as entrevistas como “perdidas”.

Novas relações com o trabalho, a terra, a vida e entre as gerações só podem ser possíveis, segundo o MMC/RS, se transformadas as relações sociais, construindo um Projeto de Agricultura Camponesa. Dessa forma, segundo o Movimento, todas as mudanças nas relações cotidianas das pessoas também devem ser gerais, do conjunto da sociedade, de maneira que se efetivem.

Sendo assim, finaliza-se esta dissertação, na certeza de sua incompletude. O conteúdo desta pesquisa será devolvido para as camponesas, bem como para o MMC/RS. A forma como isso acontecerá será discutida com o Movimento em momento posterior à defesa.

Estudar esse conjunto de temas não foi apenas buscar na teoria sua fundamentação, mas entender suas relações, que se materializam na vida das pessoas e que tentam ser traduzidas em cartilhas pelo Movimento. Realizar este estudo não foi fácil e nem tranquilo, mas foi necessário para compreender o exercício da comunicação interna do MMC/RS e contribuir com uma parte da vida das mulheres camponesas idosas. Isso porque, para elas, o Movimento se mistura com sua vida, sendo considerado, “bem mais do que uma faculdade”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADES, Thiago Oliveira de e GANIMI, Rosângela Nasser. *Revolução verde e a apropriação capitalista*, p.43 - p.56. *CE S Re v i s t a*, v.21. Juiz de Fora, 2007.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 2ª edição.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 16ª edição. Introdução e capítulos I e II.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: Capítulo II – Introdução a uma sociologia reflexiva*. Páginas 16 a 68.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY Ricardo. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos*. RJ, IPEA: Janeiro de 2009.

CAMARANO, Ana Amélia e Kanso, Solange. *Envelhecimento da População Brasileira, Uma Contribuição Demográfica*. Texto para discussão nº 858. Rio de Janeiro, janeiro de 2002. Fonte: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2002/td\\_0858.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2002/td_0858.pdf)

CARRASCO, Cristina. Artigo A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *Cadernos Sempre Viva Organização Feminista*. São Paulo, 2003

Cartilha *A retomada do Trabalho de Base*. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-RS. Passo Fundo, 1997.

Cartilha *Gênero, Classe e Projeto Popular: Compreender mais para Lutar Melhor*. Passo Fundo: Gráfica Battistel, novembro de 2001.

Cartilha Resoluções da 6ª Assembleia Estadual do MMC-RS. Outubro de 2005. Documento impresso.

Cartilha *Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas*. Passo Fundo: Passografic, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel; tradução Klaus Brandini Gerhardt. *O poder da identidade*. São Paulo: editora Paz e Terra, 1999.

COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS AGRÍCOLAS DA CEE. *As mulheres na agricultura*. Bruxelas, 1988. (Mimeogr.)

DARON, Vanderléia. L. P; *Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

DEBERT, Guita. *História de vida e experiência do envelhecimento para mulheres de classe média em São Paulo*. Cadernos do Ceru, n.19, julho de 1984.

Documento da Via Campesina RS: Por Um Programa de Promoção, Valorização e Sustentabilidade da Agricultura Camponesa. Porto Alegre: Abril de 2013.

Documentos e relatórios da Secretaria Nacional do MMC Brasil. Pesquisa feita em janeiro de 2013.

Documento tese de fundação do MMC – texto Uma Afirmação de Muitas Histórias. Documento impresso. Arquivo Secretaria do MMC/Brasil, Passo Fundo/RS.



DOLL, Johannes; Gomes, Ângela; Hollerweger, Leonéia; Pecoits, Rodrigo Monteiro; Almeida Sionara Tamanini de. *Atividade, Desengajamento, Modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento*. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Porto Alegre, volume 12. p. 7 a 33, 2007.

DOLL, Johannes. *Idosos do campo*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EHLERS, Peixoto, Clarice. *Família e Envelhecimento*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2004.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de e PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas*. Volume II. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FONSECA, Claudía. *Quando cada caso NÃO é um caso*. Pesquisa etnográfica e educação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS). Outubro de 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. Entrevista: *Impossível falar em democracia no Brasil enquanto existirem meios de comunicação privados*. Por Rosângela Gil, São Paulo, 22 de novembro de 2003.

GUARESCHI, Pedrinho A. Palestra: *comunicação e religião na UCPel*. Pelotas, 22 de abril de 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A (org). *Uma nova comunicação é possível: mídia, ética e política*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A. e BIZ, Osvaldo. *Mídia & Democracia*. 5ª edição. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

GUILLAUMIN, Colette, TABET, Paola e MATHIEU, Nicole Claude. *El Patriarcado al Desnudo*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

<http://alemdogenero.wordpress.com/2008/03/05/tiposdefeminismo> - Pesquisa realizada em julho de 2013.

<http://censo2010.ibge.gov.br> – pesquisa realizada em 21 de janeiro de 2013. Às 17:05.

<http://cirandas.net/mulheres-da-economia-solidaria>. pesquisa realizada dia 25/12/2011, às 16:50.

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2002/07/08/001.htm> - Pesquisa realizada em julho de 2013

<http://www.mmcbrasil.com.br> – pesquisa realizada no dia 29 de outubro de 2011, às 11:30.

<http://pt.wikipedia.org>. Pesquisa realizada em 25/12/2011, às 16:57.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Pesquisa realizada em 26 de janeiro de 2011, às 10:12. Site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

LAGARDE, Marcela y de los Ríos. *Los cautiverios de las mujeres*. Madresposas, monjas, presas, putas y locas. Madrid: Horas y Horas la editorial, 2011.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1, volume 1. O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. *Contradições, limites e avanços: uma história do movimento feminista marxista*. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 8, n. 22, pp. 134 a 156, de abril de 2009. ISSN 1676-8965 – ARTIGO.

MIES, Maria e SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MORAIS, Eliane Pinheiro de. Tese de doutorado: *Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada*. Ribeirão Preto, 2007. USP.

MOTTA, Alda Brito da. Artigo *Chegando pra idade*. Livro: *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora – 4ª edição, 2006.

NETTO, Matheus Papaléu. *Gerontologia, a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu, 2002.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. *Envelhecendo na cidade: a produção das localizações urbanas de idosos*. Artigo da Dissertação de mestrado, USP, 2006.

PALUDO, Conceição. *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Rio Grande do Sul – MMTR RS: síntese da trajetória*. Porto Alegre: Porto & Vírgula, n. 46, p. 19-23, 2002.

PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres Resistência e Luta em Defesa da Vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PALUDO, Conceição e DARON, Vanderléia L. P; *Gênero, Classe e Projeto Popular Compreender mais para lutar melhor*. Caderno de formação n. 1, MMTR RS. Gráfica Battistel, Passo Fundo, novembro de 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. Coleção História do Povo Brasileiro: *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

PINTO, C. R. *Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992

PRIORY, Mary Del (ORG) e PINSKY, Carla Bassanezi (coordenação de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Abril de 2007.

SANTOS, Valdir Júnio dos e LOPES, Tatiane da Silva. Artigo: *A onda idosa e o envelhecer no campo: Dilemas e Paradoxos Contemporâneos do Sistema de Seguridade Social na América Latina*. Artigo apresentado ao “VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010”.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto e IRIGARAY, Tatiana Quarti. *O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais*. Revista Estudos de Psicologia, Campinas, SP. Outubro – dezembro 2008.

Sempreviva Organização Feminista. *Agricultura na Sociedade de Mercado: As Mulheres Dizem Não à Tirania do Livre Comércio*. São Paulo: 2006.

SILIPRANDI, Emma. Artigo Políticas de Alimentação e Papéis de Gênero: desafios para uma maior equidade. Cadernos Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2003.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Feminismo Radical – Pensamento e Movimento*. Unioeste SC: Revista Travessias, número 04, 2009.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Artigo *De colona a bóia-fria*. Livro História das Mulheres no Brasil. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

STEPHEN, L. *Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil*. In: NAVARRO, Z. (Org.). Política, protesto e cidadania no campo. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRJ, 1996.

Texto: *Idosos no Brasil Vivências, desafios e expectativas na 3a idade*. Fundação Perseu Abramo, maio de 2007.

Texto Base: *Uma Afirmação de Muitas Histórias*, MMC Brasil 2004. Arquivo em PDF.

TRIPPO, Karen Valadares. *Envelhecimento populacional no contexto urbano*. <http://www.strictosensu.inf.br/principal/?p=61>

VELHO, Gilberto. Texto *Observando o Familiar*. Páginas 36 à 45.

#### Cartilhas utilizadas na pesquisa:

- Cartilha Mulheres Conquistando Saúde. Produção: MMC RS, Gráfica Battistel, Passo Fundo: 2004.
- Cartilha Resoluções da 6ª Assembleia do MMC RS. Produção: MMC/RS. Gráfica e Editora Battistel, Passo Fundo: 2005.
- Cartilha Agricultura Camponesa. Produção: MMC/RS. Gráfica e Editora Battistel, Passo Fundo: 2005.
- Cartilha Soberania Alimentar: compreensão e ação na luta camponesa. Produção: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Gráfica e Editora Battistel, 2007.
- Cartilha Chega de Violência contra a Mulher: Rompendo o Silêncio em Defesa da Vida. Carmem Lorenzoni, Elisiane Jahn e Mariane Martins. 2ª edição. Passo Fundo, Battistel: 2008.

- Cartilha Plantando Saúde pelos caminhos do RS, 2ª edição. Produção: MMC/RS. Gráfica e Editora Battistel, Passo Fundo: 2010.
- Cartilha Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas. Publicação: MMCRS e NEA/UFRGS. Gráfica e Editora Battistel, Passo Fundo: 2012.

## ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA – MOVIMENTO DE MULHERES  
CAMPONESAS/RS.

O Movimento de Mulheres Camponesas do Estado do Rio Grande do Sul, uma organização específica de mulheres do campo e que possui mais de 20 anos de história, vem através deste, autorizar Elisiane de Fátima Jahn a realizar sua pesquisa de mestrado acadêmico, que está sendo realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nesta organização.

**Título da dissertação:** Mulheres Camponesas Idosas e Suas Leituras das Cartilhas do MMC RS.

**Objetivos:**Objetivo geral:

- Compreender e visualizar de que forma as mulheres camponesas idosas estão lendo e compreendendo as cartilhas produzidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas/RS, percebendo quais elementos ficam das mensagens intencionalmente planejadas.

Objetivos específicos:

- Analisar o discurso planejado pelo Movimento de Mulheres Camponesas/RS, através da análise de cartilhas produzidas.
- Perceber elementos educativos e pedagógicos das práticas desenvolvidas pelas camponesas no desenvolvimento da sua comunicação interna.
- Analisar de que forma estas cartilhas estão sendo lidas e entendidas pelas camponesas idosas.
- Devolver o conteúdo elaborado, fruto da pesquisa, às camponesas e ao MMC/RS de maneira que sirva de acúmulo para o Movimento e à comunidade acadêmica, no aprofundamento dos temas envelhecimento, campesinato, comunicação, memória e Movimento Social.

Temos ciência que esta pesquisa será realizada somando a análise das cartilhas que produzimos com entrevistas que serão realizadas com quatro mulheres camponesas idosas de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. As falas das mulheres, registros e citações são de inteira responsabilidade da estudante, que deverá dialogar anteriormente com as mulheres sobre suas intenções, métodos e escritas, bem como, a devolução deste material para as mulheres e para o Movimento. Desta forma, de acordo com o termo acima, autorizamos a pesquisa.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos,

Carmen Lorenzoni

Pela Direção do MMC RS

Passo Fundo, julho de 2012.

## ANEXO B – DESCRIÇÃO EM TABELA DAS CARTILHAS

Nome da Cartilha	Capa	Dados Catalográficos	Conteúdo/Temas	Bibliografia
<p>Mulheres conquistando saúde, 2004.</p>	<p>Amarela e lilás. Acima título da cartilha, abaixo escrito MMC/RS – 2004. No centro há o desenho de um homem e uma mulher se acariciando, sentados na terra e ao seu redor há flores, frutas e alimentos.</p>	<p>Produção: MMC RS  Pesquisa/texto: Mariza Scariot e Lucia M. Gorgen.  Desenho: Daniel Salvador.  Diagramação e Impressão: Gráfica Battistel.  Apoio financeiro: Ministério da Saúde.</p>	<p>Cartilha com 52 páginas. Escrita em preto e lilás, com escritas em arial tamanho 12 e desenhos. Apresentação  1º momento: Nosso corpo e nossa sexualidade.  2º momento: E a saúde da mulher como vai?  3º momento: câncer feminino.  4º momento: As doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e as mulheres.  5º momento: planejamento familiar e métodos anticoncepcionais (métodos naturais).  6º momento: Outros métodos de contracepção (químicos).  7º momento: Métodos de contracepção cirúrgica.  8º momento: Contracepção nas diversas fases da vida das mulheres.  9º momento: Problemas sexuais femininos e masculinos.  10º momento: Pronto socorro vegetal.</p>	<p>- Boletim da SOF, Mulher e Saúde, 1995.  - CAMP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS. Cartilha Jeito de Mulher, Saúde e Sexualidade. POA, 1992.  - Constituição Federal 1988.  - Ministério da Saúde: Normas e Manuais Técnicos. Controle do Câncer Cérvico Uterino e de Mama. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1989.  - Ministério da Saúde: Normas e Manuais Técnicos. Assistência ao Planejamento Familiar: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.  - MORETTI, Eleonor. Planejamento Familiar e Tecnologia Contraceptiva. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1992.</p>



<p>Agricultura Camponesa, 2005.</p>	<p>Verde e lilás. Acima MMC. No centro uma foto de mulheres, plantas, frutas, água e sol (ao fundo). Abaixo o nome de cartilha.</p>	<p>Publicação do MMCRS. Elaboração: Coletivo de Promoção e Resistência Camponesa. Diagramação: MDA Comunicação: Gráfica e Editora Battistel. Outubro de 2005.</p>	<p>Contém 27 páginas. Em preto e branco, com desenhos e textos corridos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação</li> <li>- Importância histórica da agricultura.</li> <li>- Modelo da Revolução Verde.</li> <li>- Modelo do Agronegócio.</li> <li>- A Agricultura Camponesa.</li> <li>- Principais elementos da natureza.</li> <li>- Cuidados com o solo.</li> <li>- Composição do solo.</li> <li>- Plantas indicadoras.</li> <li>- Adubação Verde.</li> <li>- Biofertilizantes.</li> <li>- Outras receitas práticas.</li> <li>- Referências Bibliográficas.</li> </ul>	<p>CAPA, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Cultivando a Vida. Erechim: Editora e Gráfica Massochin LTDA.</p> <p>CEPAGRI, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais; TERRA NOVA, Assessoria Ecológica. Livro Verde Agroecologia nº 2. Passo Fundo: Editora Berthier, 1997.</p> <p>CETAP, Centro de Tecnologias Alternativas Populares. Apostila das Alternativas sobre Agroecologia. Passo Fundo: Gráfica Imperial, 1997.</p> <p>FUNDEP, Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa; MMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Agricultura Ecológica e Saúde. FUNDEP, 2002.</p> <p>PAULUS, G; MULLER, A. M; BARCELLOS A. R. Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica. Porto Alegre: Emater/RS, 2000.</p> <p>ZAMBERLAM, J;</p>
-------------------------------------	---	---	--	---

				FRONCHETTI, A. A Agricultura Alternativa. Passo Fundo: Editora Berthier, 1994.
Resoluções da 6ª Assembleia do MMCRS, 2005	Lilás e vermelho. Acima o título da cartilha, ao lado MMC e no centro fotos dos momentos da Assembleia como simbologia do Movimento, planárias, mulheres estudando e fazendo pão.	Publicação: MMCRS Fotos: Arquivo MMCRS Diagramação: MDA Comunicação Impressão: Gráfica e Editora Battistel Outubro de 2005.	28 páginas, preto e branco com fotos. Dividida em 4 partes mais apresentação e considerações finais. - Apresentação 1ª parte: Com organização e resistência, fortalecemos nossa história de luta em defesa da vida. 2ª parte: Compreendendo a realidade em que vivemos. 3ª parte: Avanços e Desafios do MMC. 4ª parte: Organicidade do MMC. - Considerações Finais.	Não há nenhuma citação no caderno. As referências devem ser de outros materiais produzidos pelo Movimento.
Soberania Alimentar: compreensão e ação na luta camponesa, 2007.	Lilás. Acima imagem de sementes e abaixo também. No centro o nome da cartilha.	Publicação: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Projeto Gráfico: MDA Comunicação Integrada. Impressão: Gráfica e Editora	55 páginas, em preto e branco, contendo textos e fotos. Divida em 3 capítulos mais apresentação, considerações finais e referencias bibliográficas. - Apresentação 1 – Produção de alimentos e a disputa de dois modelos de	CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005.  CARVALHO, Horácio Martins de. Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

		Battistel. Junho 2007.	<p>agricultura.</p> <p>4.4 – O Agronegócio: como funciona e quais as conseqüências.</p> <p>4.5 – As multinacionais e as transnacionais.</p> <p>5 – A Agricultura Camponesa e a resistência das trabalhadoras e trabalhadores.</p> <p>5.1 – A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.</p> <p>6 – Soberania Alimentar: autonomia dos camponeses, autonomia da nação.</p> <p>- Considerações Finais.</p> <p>- Referências Bibliográficas.</p>	<p>CONCRAB. O Agronegócio X Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, 2004 (cartilha).</p> <p>FIAN. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2005 (cartilha).</p> <p>MMCRS. Material de Apoio. Passo Fundo, março de 2007.</p> <p>PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. CREA-RS, 2005.</p> <p>ROSSET, Peter e MARTÍNEZ, Maria Elena. Soberania Alimentar, Proposta das Organizações Campesinas do Mundo. Artigo digitado, sem data.</p> <p>VIA CAMPESINA. Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética. Subsídio para estudo. Brasília, 2007.</p> <p>VIA CAMPESINA. Balanço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar. Mali, 2007.</p>
Chega de Violência contra a mulher: rompendo o	Lilás, vermelho e branco. Acima o nome de quem escreveu. No	Elaboração: Carmem Lorenzoni, Elisiane Jahn e	55 páginas. Em lilás e preto, com textos divididos em 04 capítulos mais	Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. Núcleo de estudos agrários e

<p>silêncio em defesa da vida, 2008.</p>	<p>centro o desenho de uma mão e o título da cartilha.</p>	<p>Mariane Martins. 2ª edição. Passo Fundo: Battistel, 2008. Publicação: MMC RS.</p>	<p>apresentação e bibliografia.</p> <p>- Apresentação.</p> <p>1 – O que é violência.</p> <p>1.2- A violência como um fenômeno necessário do capitalismo patriarcal.</p> <p>2 – A violência contra a mulher – Dados gerais.</p> <p>3– Tipos de violência</p> <p>3.1 – A violência do agronegócio pela identidade camponesa</p> <p>3.1.1 - A violência do agronegócio pela exploração ou invisibilidade do trabalho da mulher.</p> <p>3.1.2 – A violência que nega o atendimento a saúde da mulher.</p> <p>3.1.3 – A violência do agronegócio pela repressão das organizações.</p> <p>3.1.4 – A violência pela sobrecarga de trabalho.</p> <p>3.2 – As violências física, moral, verbal, psicológica, doméstica.</p> <p>3.3 – A violência sexual</p> <p>4 – Lei Maria da Penha</p> <p>- Bibliografia.</p>	<p>desenvolvimento rural. Estatísticas do meio rural. 2ª edição. Brasília: MDA/DIEESE, 2006.</p> <p>FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. O trabalho das mulheres. São Paulo: SOF, 2003.</p> <p>LORENZONI, Carmem. A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. Trabalho de pós graduação. Curso Estudos Latino Americanos. UFJF, 2005.</p> <p>Secretaria de questões de gênero e etnia. <a href="http://www.contee.org.br">http://www.contee.org.br</a>.</p> <p>Wikipédia. Enciclopédia livre. Acesso em janeiro de 2008.</p>
<p>Plantando Saúde pelos Caminhos do RS, 2ª edição, 2010.</p>	<p>Capa colorida em lilás e amarelo. Acima o nome da cartilha. Abaixo MMCRS. No</p>	<p>Publicação: MMC RS</p> <p>Produção: Coletivo de Promoção à Saúde</p>	<p>48 páginas, em lilás e preto, com desenhos. Dividida em 05 encontros que ao final tem um momento de</p>	<p>Não há citação direta e nem indireta nos textos.</p>

	<p>centro o desenho de uma bruxa com as mãos estendidas segurando a logomarca do Movimento e na sequencia emergem sementes, flores, plantas e frutos. Ao fundo há o desenho de um sol amarelo com 07 raios, utilizado pelas organizações sociais de esquerda como representação do socialismo.</p>	<p>e Desenvolvimento. Contribuição nos textos: Lourdes Maria Prado Duarte, Susete Queiroz e Vanderleia Daron. Projeto e Edição Gráfica: Luiz Fotolitos. Impressão: Gráfica e editora Battistel. 2ª edição, 2010.</p>	<p>reflexão, mais uma parte prática com receitas de elixires, pomadas e xaropes. - Apresentação. - Orientações para o uso da cartilha. 1º encontro: Ser Mulher e a Saúde. 2º encontro: Ser integral: saúde e doença. 3º encontro: Promovendo a saúde: um novo modo de vida. 4º encontro: A atenção à saúde e a história da medicina. 5º encontro: As plantas medicinais como fonte de vida. Parte prática: partilhando nossas experiências.</p>	
<p>Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas, 2012.</p>	<p>Azul claro. Acima o título da cartilha. Ao centro, desenhos de mulheres com bandeira, enxada, plantas, sementes, terra, água, animais e produtos.</p>	<p>Organização da Cartilha: Isaura Isabel Conte. Publicação: MMCRS e NEA/UFRGS. Passo Fundo, Passografic, 2012.</p>	<p>40 páginas, em preto e lilás. Divida em capítulos com desenhos. - Apresentação - Introdução 1 – Sociedade de classes e a economia dominante: entendendo porque existem pobres e ricos. 2 – Compreendendo a agricultura. 2.1 – As grandes mudanças na agricultura nos últimos períodos. 2.2 – Discussões recentes a cerca do biodiesel.</p>	<p>ARTICULAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL. Mulheres Camponesas em defesa da vida e da saúde. Chapecó: Passograf, 2008.  EISLER, Raiane. O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.  LEÓN, Irene. Mulher, vida</p>

			<p>2.3 – Formas de cooperação.</p> <p>2.4 – Como contraponto ao modelo de agricultura capitalista dependente:</p> <p>3 – A óptica feminista com relação à economia.</p> <p>6.1 – Desafios</p> <p>7 – As alternativas de mudanças já estão sendo feitas pelas mulheres!</p> <p>7.1 – Geração de renda.</p> <p>7.2 Economia (in)Visível das mulheres camponesas do MMCRS</p> <p>7.3 Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis.</p> <p>- Referências</p>	<p>e semente. In: CARVALHO, Horácio Martins de. Sementes Patrimônio dos povos a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.</p> <p>MAZOIER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agricultoras no mundo : do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Claudia F. Falluh, Lovois de Andrade Miguel e Maria Regina Pilla. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.</p> <p>MMC/SC. Alternativas de geração de renda. Chapecó: Rotta, 2011.</p> <p>MMC/RS. Documentos internos do coletivo de promoção à saúde e resistência camponesa. Passo Fundo: texto digitalizado, 2006.</p> <p>PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. Porto Alegre, (s/Ed.), 2005.</p> <p>POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p>
--	--	--	--	---

ANEXO C – PERGUNTAS REALIZADAS PARA AS MULHERES CAMPONESAS,  
DURANTE ENTREVISTA.

- Conversa inicial e explicação sobre a pesquisa, objetivo e método da entrevista para as camponesas.

Questões:

- A Senhora autoriza colocar seu nome nessa pesquisa?
- Qual sua idade?
- Endereço?
- Até que ano estudou (escolaridade)?
- Me fale um pouco de você e de sua vida?
- Faz quanto tempo que participa do Movimento?
- Como começou a participar?
- Hoje, qual a sua forma de participação no Movimento?
- Como recebe as informações no Movimento? Como recebe o convite para ir para as reuniões, como fica sabendo das atividades, como recebe os materiais do Movimento?
- Como você vê/percebe a comunicação no Movimento? Como ela acontece? O que é a comunicação pra você?

Agora gostaria que a senhora olhasse as cartilhas e faça um sinal em qual delas a senhora tem.

- Como recebeu estas cartilhas?
- Você conseguiu ler algumas delas? Que parte mais chama a sua atenção e porque
- O que mais te chama atenção na cartilha?
- Estas cartilhas são importantes para o Movimento? E para a senhora
- O que gostaria que o Movimento escrevesse para as outras mulheres? O que você gostaria de ler, se interessaria em ler mais?
- E a senhora o que gostaria de ler mais?
- Da forma como estão escritas as cartilhas, a senhora consegue entender?
- O que uma cartilha deve ter, em sua opinião (formato).
- Como é ter --- anos morando na roça (relação com a família, comunidade, Movimento)?
- Qual o desafio do Movimento olhando para a realidade de que há, cada vez mais, mulheres de idade residindo na roça?
- E aposentadoria no campo, ajuda?

Agradecimento pelas informações, me colocando a serviço para qualquer dúvida sobre a pesquisa.